



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS

ALEX MONTEL DE SOUSA

**VOZES DISSONANTES NA LITERATURA ORAL DE ARAGUATINS -
TOCANTINS: MEMÓRIAS QUILOMBOLAS NA ILHA DE SÃO VICENTE**

MARABÁ - PA
Junho de 2019

ALEX MONTEL DE SOUSA

**VOZES DISSONANTES NA LITERATURA ORAL DE ARAGUATINS -
TOCANTINS: MEMÓRIAS QUILOMBOLAS NA ILHA DE SÃO VICENTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras, Instituto de Linguística, Letras e Artes, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Letras.

Orientador: Gilson Penalva

MARABÁ - PA
Junho de 2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa

Sousa, Alex Montel de

Vozes dissonantes na literatura oral de Araguatins - Tocantins: memórias quilombolas na Ilha de São Vicente / Alex Montel de Sousa ; orientador, Gilson Penalva. — Marabá : [s. n.], 2019.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Linguística, Letras e Artes, Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), Marabá, 2019.

1. Literatura (Ensino fundamental) - Araguatins (TO). 2. Letramento. 3. Oralidade na literatura. 4. Quilombolas – Araguatins (TO) - Narrativas pessoais. 5. História oral - Araguatins (TO). I. Penalva, Gilson, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Programa de Mestrado Profissional em Letras. III. Título.

CDD: 22. ed.: 807

ALEX MONTEL DE SOUSA

**VOZES DISSONANTES NA LITERATURA ORAL DE ARAGUATINS -
TOCANTINS: MEMÓRIAS QUILOMBOLAS NA ILHA DE SÃO VICENTE**

Dissertação apresentada ao programa de Programa de Pós-graduação em Letras – Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), do Instituto de Linguística, Letras e Artes da Universidade Federal do Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Letras.

Marabá-PA, 27 de Junho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em 27/06/2019

Prof. Dr. Gilson Penalva

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA
(Presidente)

Prof. Dr. Gilmar Bueno Santos

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA
(1º Examinador - Membro Interno)

Profa. Dra. Érica Alessandra Fernandes Aniceto

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)
(2º Examinador - Membro Externo ao ProfLetras)

Marabá - PA
Junho de 2019

Dedico este trabalho a meus pais, Adiel Cruz e Rosália Montel, pelo zelo e esforço para que seus filhos pudessem estudar.

À minha madrinha Jacy Rodrigues, responsável, ainda no ano de 1992, por me iniciar no caminho das letras, ao me alfabetizar.

À minha pequena Alice, filha, nascida durante o curso e responsável pelos meus novos objetivos de vida a partir de então.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. e orientador, Gilson Penalva, por me conduzir durante este caminho. Por descortinar minhas vistas para um campo tão rico e maravilhoso para se pesquisar e, mesmo assim, ainda desconhecido também. Agradeço, ainda, pela amizade e pelas conversas prazerosas a respeito de vários temas da vida que sempre tivemos em nossos encontros.

À professora e coordenadora do curso, Dra. Àustria Rodrigues Brito pelo carinho e atenção com que sempre me atendeu quando precisei da mesma.

À minha esposa, Lívia Maria de Carvalho Cardoso Montel, pelo companheirismo e apoio, por me incentivar desde as primeiras seleções, mesmo quando não obtive êxito. Por compreender minhas inúmeras ausências durante este período, em especial durante os últimos dias de gestação de nossa Alice e logo após ela nascer.

À minha sogra, dona Teresinha de Jesus Carvalho Silva, pelo grande apoio, ao cuidar de Livia e Alice, logo após o nascimento de nossa pequena, dando todo carinho e atenção, inclusive dormindo com elas quando não pude, por estar dedicado às leituras e à escrita, até alta madrugada.

À minha irmã Marcelle Montel, que, por duas semanas, no primeiro mês de nascimento de Alice, assumiu meu posto ao lado de Lívia, possibilitando que eu pudesse estudar, e por sempre acreditar em mim.

À colega de curso, Rogeane Fróis, pessoa sensacional, que se tornou amiga nesta caminhada. Obrigado pelas inúmeras caronas até o *campus*, pelos inúmeros trabalhos feitos e apresentados juntos e pelas longas horas de conversas neste período.

À colega de curso Nelcilene Moraes, pessoa sensacional que, nesta caminhada, tornou-se uma boa amiga. Agradeço pelas conversas, por ouvir minhas angústias, pelas risadas, brincadeiras e, em especial, pela companhia durante o Abralic 2018.

Aos demais colegas de curso, pela boa convivência e troca de experiências.

A todos os professores que contribuíram grandemente para uma ressignificação de minha prática enquanto professor e por expandir meu conhecimento na área das letras.

Aos membros da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, por me receber tão bem em seu meio e por me proporcionar inúmeras horas de conversas enriquecedoras. Em especial, agradeço, na comunidade, à Fátima Barros, pela receptividade e informações relevantes, e ao Sr. Pedro Barros, pela humildade e conhecimento de mundo que me passou durante nossas entrevistas.

Ao professor Ademar Borges, por todo o conhecimento local a mim repassado.

À amiga e companheira de trabalho, Prof.^a Especialista Patrícia Montenegro, pelas contribuições com minha pesquisa.

À minha cunhada Ludmyla Carvalho, pela disponibilidade em ler e dar suas contribuições à minha pesquisa.

A Richard Peterson de Sousa Borges, pela presteza e dedicação quando solicitado.

Aos meus colegas de trabalho no Colégio Estadual Osvaldo Franco, em nome da ex-diretora Lidiane Alves, por me permitir a disponibilidade necessária, sempre que necessário, para me dedicar à pesquisa, por todo apoio e compreensão durante este período.

À minha turma de nono ano um do ensino fundamental no colégio Osvaldo Franco em 2018.

“Entre o consumo de um texto poético escrito e de um texto transmitido oralmente, a diferença só reside na intensidade da presença”

Paul Zumthor

RESUMO

Este estudo propõe uma reflexão sobre o ensino da literatura oral no ensino fundamental e tem como objetivo discutir o letramento literário, cultural e a apropriação da memória local em uma turma de nono ano de ensino fundamental no Colégio Estadual Osvaldo Franco, na cidade de Araguatins – Tocantins. Buscou-se desenvolver o letramento literário, cultural e apropriação da memória local na turma estudada, a partir de intervenções realizadas com utilização de literatura oral coletada na comunidade quilombola Ilha de São Vicente em Araguatins - TO, a partir de narrativas orais coletadas na cidade de Araguatins, uma vez que se mostraram riquíssimas, além da história oral coletada e através de entrevistas com moradores da zona urbana de Araguatins e remanescentes quilombolas da Ilha de São Vicente. As narrativas orais presentes na literatura oral da cidade de Araguatins e na comunidade quilombola apresentam-se como fonte atrativa e grande aliada para a formação de sujeitos que compreendam o letramento literário, cultural e que possam compreender e valorizar a memória local de onde residem. Busca-se, aqui, entender a literatura oral não somente como um meio para diversão ligada ao imaginário popular. Pretende-se trazer à tona a poesia presente no ato performático da literatura oral, abarcando, assim, todos os sentidos utilizados quando se trabalha com a voz em literatura oral. Resgata-se, ainda, com esta intervenção, a identidade, a memória e cultura da cidade de Araguatins bem como a dos quilombolas estudados, marginalizados na construção da história da cidade. A construção deste trabalho fundamentou-se em Duarte (1970), para abordagem da história Araguatinense; em Lopes (2014), com os traços de identidade da ilha de São Vicente; Cascudo (2006), com a fundamentação da literatura oral; Zumthor (1993, 2000; 2010), para os estudos oralidade e performance acompanhado aos estudos de Ong (1998), que trata da problematização da oralidade nos dias atuais. Verificou-se, com os resultados da intervenção, que a literatura oral foi importante para o desenvolvimento do letramento literário e cultural dos alunos participantes da pesquisa, pois perceberam esse tipo de literatura como parte integrante da região onde vivem, podendo, assim, reconhecer e valorizar os traços de cultura e memória local através da literatura produzida por meio de narrativas orais de membros quilombolas e da cidade de Araguatins.

Palavras Chave: Literatura oral; Narrativas; Memória; Quilombolas.

ABSTRACT

This study proposes a reflection on the teaching of oral literature in elementary school and aims to discuss literary literacy cultural and the appropriation of local memory in a class of ninth grade elementary school at the Colégio Estadual Osvaldo Franco in the city of Araguatins - Tocantins. The aim was to develop literary literacy, cultural and appropriation of the local memory in the group studied from interventions carried out using oral literature collected in the quilombola community Ilha de São Vicente in Araguatins – TO, oral narratives collected in the city of Araguatins since they showed very rich, besides the oral history collected and through interviews with the residents of the urban area of Araguatins and remaining quilombolas of the Ilha de São Vicente. The oral narratives present in the oral literature of the city of Araguatins and in the quilombola community are an attractive source and a great ally to the formation of subjects who understand literary literacy, cultural and that can understand and value the local memory of where they reside It is sought here to understand oral literature not only as a means for fun linked to the popular imaginary it is intended to bring to light the poetry present in the performatic act of oral literature, thus encompassing all the meanings used when working with the voice in oral literature. The construction of this work was based on Duarte (1970) to approach Araguatins history. Lopes (2014) with the identity traits of the Ilha de São Vicente Ferrer. Cascudo (2006) with the foundation of oral literature. Zumthor (1993, 2000; 2010) to the studies orality and performance accompanied to the studies of Ong (1998) the problematization of orality in the current days. It was verified with the results of the intervention that the oral literature was important for the development of the literary literacy and cultural of the participating students in the research because they perceived this type of literature as an integral part of the region where they live, thus being able to recognize and value the traces of culture and local memory through the literature produced through oral narratives of quilombola members and the city of Araguatins.

Keywords: Oral Literature, Narratives, Memory, Quilombolas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Primeiro imposto cobrado em Araguatins- TO	21
Figura 2 - Exportações em 1954	23
Figura 3 - Imagem da Ilha de São Vicente feita por Satélite	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Você gosta de ouvir histórias?	65
Gráfico 2 – Em caso positivo para a resposta anterior, qual sua preferência? .	66
Gráfico 3 – Em casa você gosta de ouvir histórias?	66
Gráfico 4 – Em caso positivo para a resposta anterior, quem às conta para você? .	67
Gráfico 5 – Você gosta de contar histórias?	67
Gráfico 6 – Você acha que entende melhor as histórias quando um(a) professor(a) conta para turma ou quando você lê sozinho?	68
Gráfico 7 – Você tem gosto por Leituras?	69
Gráfico 8 – Em caso positivo para a resposta anterior, que tipos de textos e/ou livros você gosta de ler?	69
Gráfico 9 – Você já se interessou em ler livros com temas (assuntos) do mesmo tipo de histórias que ouviu em casa?	70
Gráfico 10 – Fora da escola, você gosta de ler ou ouvir histórias?	71
Gráfico 11 – Você sabe o que é Literatura Oral?	72
Gráfico 12 – Você gosta de lendas?	73
Gráfico 13 – Em caso Positivo para a resposta anterior, de que tipo?	73
Gráfico 14 – Conhece alguma lenda, mito ou causo de Araguatins?	74
Gráfico 15 – Você conhece a história da comunidade quilombola Ilha de São Vicente?	75

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	DA FUNDAÇÃO DE SÃO VICENTE À ARAGUATINS E A FORMAÇÃO DO QUILOMBO	18
1.1	Araguatins: Origem e Ocupação	18
1.1.1	Araguatins e as Enchentes	23
1.1.2	A Madeireira Internacional e a destruição dos Babaçuais	24
1.1.3	Araguatins nos dias atuais	25
1.2	Quilombo São Vicente: alguns elementos históricos, políticos e culturais.....	26
1.2.1	Festejos Religiosos na Ilha São Vicente.....	31
1.2.2	Conflito: Desapropriação e reconhecimento da identidade.....	33
1.2.3	A Ilha em sua atualidade	36
1.3	Origem dos quilombos e os processos de territorialidade.....	37
2	MEMÓRIA, ORALIDADE E LITERATURA	43
2.1	Memória.....	43
2.2	Oralidade: Algumas ideias.....	47
2.2.1	Oralidade na sala de aula.....	50
2.3	Literatura: é possível conceituar?	52
2.4	Literatura oral.....	56
2.5	Performance, recepção e a formação do leitor	59
3	ANÁLISE: DOS DADOS À INTERVENÇÃO	64
3.1	Apresentação da turma.....	64
3.2	Primeiros Dados: Análise dos questionários.....	65
3.3	Intervenção: Procedimentos metodológicos	76
4	NARRATIVAS ORAIS E A MEMÓRIA DE SÃO VICENTE A ARAGUATINS	98
4.1	Memória e discurso nas narrativas orais de São Vicente e Araguatins	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	109

	ANEXOS	113
	ANEXO A – TEXTOS ORAIS COLETADO	114
A.1	Narrativas orais	114
A.2	Memórias de Fátima Barros	122
	ANEXO B – FOTOS	126
B.1	Fotos das oficinas	126
B.2	Fotos família Barros	128
B.3	Espaços citados em narrativas	130

INTRODUÇÃO

O exercício da leitura de textos literários é de suma importância na escola, pois oportuniza um contexto de aprendizagens que compreende as variadas categorias de conhecimentos. Permite, ainda, a conscientização dos sujeitos diante da sintetização do mundo apresentada pela Literatura. Os obstáculos para esse tipo de trabalho são comprovados em vários estudos e pesquisas que demonstram os erros cometidos durante o ensino de literatura nas escolas de nosso país. Diante disso, é preciso continuar buscando alternativas para o ensino efetivo das literaturas que levem o aluno a compreender o texto e o mundo no qual está inserido.

Desta forma, apresentamos este estudo intitulado *Vozes dissonantes na literatura oral de Araguatins - Tocantins: Memórias Quilombolas na Ilha de São Vicente*; que tem como objeto a ser trabalhado em sala de aula as narrativas orais, lendas, causos e mitos, que compõem a literatura oral da comunidade quilombola, bem como as narrativas orais e lendas da cidade de Araguatins, que se mostraram riquíssimas para a realização desta pesquisa. As narrativas orais utilizadas aqui visam a desenvolver a leitura literária do alunado, apresentando-se como um especial atrativo, pois inserem os alunos no contexto social cotidiano, fornecendo-lhes formas e conteúdos dos saberes populares presentes em seu dia-dia. São constituídas de estruturas sonoras que levam a uma interação imediata com o produtor da fala, fazendo do próprio aluno parte integrante da produção oral enquanto ouvinte das narrativas expostas. A literatura oral da Ilha São Vicente, ainda não foi coletada e publicada em coletâneas, guardando, assim, um certo ineditismo por permanecer restrita ao espaço do município e de moradores locais. Tem-se, então, muito a oferecer aos alunos e a quem mais queira estudá-la.

O estudo da literatura oral permite a inserção do aluno ouvinte/leitor no mundo da imaginação e do prazer estético oral, através da performance dos narradores que comporta um universo narrativo com seus ritmos e métodos próprios do contar. Com isso, a oralidade aproxima o aluno ouvinte, do autor narrador, e essa proximidade pode levar o aluno ao gosto estético da criação literária, possibilitando a melhor compreensão do texto e do mundo, atenuando a problemática que se tem dito do gosto pela literatura.

As dificuldades de compreensão na leitura e desinteresse pelo texto, possivelmente devido a equívocos referentes aos conhecimentos prévios da leitura, de mundo, linguístico e textuais, abordados por Kleiman (1989), associadas a um mediador (professor), com lacunas em sua formação, e a aulas que não propiciam um despertar para o saber artístico e poético das mais variadas formas de texto, acabam deixando vazios para a perspectiva de conhecimento de novas realidades, outras imagens de mundo, o que leva o aluno a ter dificuldades na leitura dos mais variados tipos de texto, em especial o literário.

Diante dessas questões, propusemos como objetivo principal utilizar a literatura oral na sala de aula, em uma turma de nono ano, do ensino fundamental, buscando formar a competência leitora através do letramento literário e promover a eles, a partir do gosto pela literatura oral, um primeiro passo para os demais gêneros de literatura, além de conhecer a sociedade e a cultura na qual estão inseridos, pois a oralidade permite essa fuga dos livros e da sala, indo ao encontro da comunidade onde o aluno se insere.

Outros objetivos também foram colocados como específicos para a pesquisa desenvolvida. São eles: (i) apresentar a literatura oral e seus aspectos estruturais, expressivos e estilísticos no contexto da nossa cultura; (ii) propiciar o gosto pela literatura oral, em especial as narrativas de lendas, causos e mitos; (iii) aplicar estratégias de performance, recepção e leitura, visando ao letramento literário; (iv) estimular a leitura oral de forma lúdica e prazerosa e (v) estimular a compreensão crítica e o aspecto social do texto. No decorrer da intervenção, acompanhamos como estes esses objetivos foram alcançados, conforme as habilidades e competências dos alunos na turma trabalhada.

O recorte teórico apresentado por alguns pesquisadores acerca da literatura oral e do letramento literário insere-se na nossa proposta interventiva para mostrar que estudar literatura oral é desmistificar ou desconstruir preconceitos de que o nosso aluno não gosta de ler, e, por conseguinte de literatura. Este trabalho com as narrativas orais demonstra a oportunidade de utilização da oralidade da comunidade em que a escola e o aluno estão inseridos.

Trabalhar com oralidade local oportuniza ao aluno interagir com o seu próprio tempo, exercitar a criatividade, entender sua identidade cultural e a memória coletiva de sua sociedade. A memória aflora a partir de contextos nos quais ela é gerada, sendo reforçada por seus aspectos dialéticos, conflituosos, no interior das experiências cotidianas que ressignificam o sujeito diariamente. Segundo Cascudo:

Haverá, obstinadamente, em qualquer agrupamento humano sob a mais rudimentar organização, a memória coletiva de duas ordens de conhecimento: oficial, regular, ensinado pelo colégio dos sacerdotes ou direção do rei, e o não-oficial, tradicional, oral, anônimo, independentemente de ensino sistemático porque é trazido nas vozes das mães, nos contos de caça e pesca, na fabricação de pequeninas armas, brinquedos, assombros. (CASCUDO, 2006, p. 23).

Assim, o passado, que continua presente, é construído a partir da memória coletiva de forma oficial, sistemática e de forma não oficial por meio da literatura oral, que se constitui de histórias tão antigas quanto os homens, que sobreviveram porque foram contadas, reconhecidas infinitas vezes, passando de uma geração a outra com a mesma vivacidade.

A entrada de narrativas orais no seio escolar, trazidas pelos e para os alunos, permitirá uma inclusão e valorização da cultura local e da literatura oral, literatura essa, sempre marginalizada, esquecida e relegada pelos métodos tradicionais de ensino e pela literatura canônica. Assim, a inserção da oralidade através da literatura oral oportuniza conhecer o outro e a si mesmo, valorizando sua história de vida, os elementos culturais que o formam e que aparecem em cena através da oralidade, que oportuniza a riqueza de significações no ato do falar.

Para Gomes e Moraes (2013, p. 16), “[. . .] a oralidade é parte vital da cultura popular”. As crianças têm contato com a cultura popular oral desde muito cedo, com cantigas de ninar, de roda, lendas e mitos contados no seio familiar, assim, a criança chega à escola dotada de uma riqueza muito grande da tradição oral e isso precisa ser respeitado e valorizado pela escola em que a criança se insere. Ainda de acordo com Gomes e Moraes (2013, p. 17), “[. . .] deve ser valorizada, como conteúdo em seus mais diversos gêneros [. . .]”, a oralidade trazida pelos alunos dos seios familiares.

O que se expõe de mais relevante nesta dissertação é o desenvolvimento da sensibilidade estética dos alunos, por meio da literatura oral e dos recursos da mesma e, com isso, aflorar ou manter o gosto de ouvir, ler e refletir a respeito da sociedade em que estão inseridos.

Essa intervenção desenvolveu-se a partir de uma abordagem teórico-metodológica caracterizada como pesquisa-ação, tendo em vista que os participantes, sujeitos ativos das ações estudadas, incluindo o pesquisador, buscaram produzir conhecimentos para ressignificar suas práticas. Essa metodologia apresenta não somente uma estratégia, mas um modo de trabalho que permite a cooperação, a interação entre os seus participantes. Segundo Thiollent (2011), esse método caracteriza-se por proporcionar a associação dos participantes e pesquisadores na resolução dos problemas apresentados no início da pesquisa. A abordagem dos dados seguiu uma interpretação de natureza predominantemente qualitativa, em que a amostragem quantitativa serve apenas de guia para as situações estudadas e produzidas a partir da análise e aplicação da intervenção, com a mediação do professor pesquisador.

A escolha da turma deu-se pelos seguintes motivos: (i) ter entre os alunos uma remanescente quilombola; (ii) serem um grupo de alunos cuja grande maioria estuda junto há três anos, possuindo um certo nível amizade, o que facilitou o envolvimento de toda a turma e (iii) por estarem no último nível do fundamental, fazendo com que pudessem ter um contato mais próximo com a literatura ainda no ensino fundamental, antes de mudarem de escola e irem ao ensino médio. A intervenção deu-se através da aplicação de oficinas sugeridas por Cosson (2016), além de Kleiman (2012), realizadas através de oficinas de literatura oral.

Nessas vivências com o estudo da literatura oral através de narrativas, o aluno é estimulado a expressar seu ponto de vista frente ao tema em questão; com isso, participa da ação do ato de contar e torna-se sujeito na construção de histórias e saberes que fazem parte da sociedade ao seu redor. Nas atividades aplicadas junto aos alunos, os textos orais produzidos por narradores, ora o professor, ora os próprios alunos e também membros da comunidade local serviram de instrumentos motivadores para intervenção, que buscou alcançar objetivos que levassem à formação do sujeito leitor de textos da voz, produções do seu próprio povo e de si mesmo.

O trabalho foi organizado da seguinte maneira: a parte primeira apresenta um histórico da cidade Araguatins desde a sua fundação em 1868 até os dias atuais e a história do Quilombo desde a chegada dos primeiros negros na Ilha de São Vicente. A segunda etapa expõe a concepção de literatura oral, com embasamento em Câmara Cascudo, e a noção de oralidade para Walter Ong e Paul Zumthor. De acordo as teorias de Zumthor, apresentam-se, também, algumas ideias a despeito de performance e recepção. A terceira parte aborda o processo metodológico desta intervenção, bem como os dados e os resultados alcançados durante o percurso da pesquisa. Com o último capítulo, abordamos as noções de quilombos e como se deu a constituição do território para os remanescentes quilombolas, além de uma análise dos discursos presentes nas narrativas orais coletadas com a realização da pesquisa.

Por último, nas considerações finais, apresentamos uma síntese do projeto desenvolvido e concretizado nesta dissertação, os resultados alcançados e as falhas encontradas ao longo desta pesquisa.

1 DA FUNDAÇÃO DE SÃO VICENTE À ARAGUATINS E A FORMAÇÃO DO QUILOMBO.

Este capítulo atém-se a mostrar, através de dados históricos coletados em pesquisas bibliográficas e entrevistas, como se deu o processo de formação do que atualmente é a cidade de Araguatins, outrora São Vicente do Araguaia. Trata-se de um relato histórico, pois é preciso compreender a história local para que se alcance a verdadeira significação da fundação do quilombo da Ilha de São Vicente. Sendo assim, apresentamos dados desde a chegada do primeiro morador até os dias atuais.

Na segunda parte deste capítulo, apresentamos o processo de formação do Quilombo Ilha de São Vicente, a forma como se deu a chegada dos primeiros negros à ilha, a sua ocupação de forma pacífica e as dificuldades que os primeiros habitantes encontraram para que pudessem produzir e viver no local. Abordamos no decorrer da ocupação, as dificuldades encontradas, a evolução do grupo na ilha, suas festas religiosas, a briga que levou a população atual a se identificar como remanescente quilombola, forçando a uma resistência contemporânea na ilha em que vivem há mais de 100 anos, por fim, apresentamos como se dá a ocupação atualmente e os desejos para o futuro. Por fim, há uma abordagem a respeito das concepções do que seria quilombo e o processo de territorialidade que permite aos quilombolas terem um território para seu povo.

Compreender esse processo histórico é fundamental para que se entenda a oralidade e o valor da mesma para os remanescentes quilombolas na Ilha de São Vicente.

1.1 Araguatins: Origem e Ocupação

Os dados históricos datam o início da povoação do que hoje é Araguatins no ano de 1868, fazendo com que essa localidade tenha hoje um século e meio desde sua fundação. A história de Araguatins é pouco explorada, muito menos ainda escrita. Portanto, cabe ressaltar aqui que os fatos apresentados foram retirados do livro *De São Vicente a Araguatins: 100 anos de História*, de Leônidas Gonçalves Duarte, neto do Fundador. Nesse livro, o autor apresenta uma coletânea de dados da cidade, incluindo discursos, atas e registros da história local. Incluem-se, ainda, conversas com moradores mais antigos da cidade, em especial o Senhor Ademar Borges, nascido na cidade em 1942, filho de um ex-prefeito local, Manoel Borges, ex-professor na cidade, hoje aposentado e detentor de grande prestígio no município.

Vicente Bernardino, em 1868, residia na antiga Colônia Militar de São João do Araguaia e resolveu subir o rio a barco atrás de terras onde pudesse erguer morada para sua família e uma nova povoação na região. A princípio, vindo ele do Pará, aportou

em terras da margem paraense do Rio Araguaia onde fixou morada. Porém, logo no primeiro inverno, percebeu que as terras escolhidas por ele eram inundadas pela força do rio em tempos de cheia, trazendo, assim, complicações para a instalação de uma povoação. Em junho daquele ano, Bernardino atravessara o rio atrás de um local apropriado em terras hoje tocantinenses, naquele tempo, Goiás.

Ao aportar na confluência de um pequeno rio com o majestoso Araguaia, o desbravador descobriu que não era o primeiro a pisar ali. No local, já havia um morador. Segundo Duarte (1970, p. 14), “[. . .] o morador era um criminoso, de nome Máximo Libório da Paixão, que cometera um crime de homicídio no então presídio de São João do Araguaia ou São João das Duas Barras e aqui se refugiara”. Cabe ressaltar, aqui, que, tanto o livro citado quanto a conversa com pessoas mais velhas, não levam a entender ou desvendar se de fato o homem acusado pela história de homicídio era um assassino, visto que todas as informações referem-se apenas ao fato dele ter sido encontrado em terras tocantinenses por Vicente Bernardino.

Conhecendo o local às margens do Tocantins e vendo que eram de terras altas onde o rio deveria subir muito para que fizesse alagado, como nas margens do Pará, Bernardino retorna à margem paraense, comunica a boa nova à sua família e, no dia 09 de junho de 1868, aportam para fundar a nova morada, data em que se comemora o aniversário da cidade. A nova morada recebeu, então, o nome de São Vicente do Araguaia.

A partir daí, o povoado progrediu de forma lenta devido às dificuldades naturais e financeiras que a região apresentava. Uma década após Bernardino fundar o povoado, chegou, vindo de Xambioá, o Frei Savino; fazendo com que o povoado tomasse fôlego e começasse a crescer de forma mais acentuada, passando a receber aventureiros da região que desejavam edificar moradia na nova parada, às margens do rio Araguaia. Em São Vicente do Araguaia, a primeira ordem de Frei Savino foi a construção de um convento, maior prédio da localidade naquele momento, o que fazia com que as pessoas acreditassem no progresso da região. Segundo Duarte (1970, p. 35), “[. . .] efetivamente o progresso se transformou em realidade com a vinda de Frei Savino, vindo a estacionar com a morte de Vicente Bernardino em 28 de outubro de 1884”.

Após a morte do fundador de São Vicente do Araguaia, a liderança do povoado ficou por conta de Frei Savino, tendo se desenvolvido muito pouco e, ainda, perdido parte de sua população com a revolução de 1909, causada pela briga entre o Padre João Lima e Leão Leda, originada em Boa Vista do Tocantins (hoje Tocantinópolis), por desavença política e pessoal. Leão Leda, expulso de Boa Vista, montou moradia provisória em São Vicente do Araguaia, trazendo transtorno e medo para a população, fazendo com que muitos viessem a fugir da cidade para os lados do Pará, abandonando casas, plantações, deixando a vila à mercê de sanguinários do grupo de Leda. Após o

envio de tropas do governo, conseguidas pelo padre João Lima, Leda foi expulso, indo fixar-se em Conceição do Araguaia onde acabara sendo morto durante uma briga com um missionário católico local. Com isso, os moradores afugentados de São Vicente do Araguaia retornaram para o povoado, tendo que, praticamente, recomeçar tudo do zero, uma vez que haviam perdido suas plantações.

No ano de 1913, liderados por Leônidas Duarte, São Vicente do Araguaia conseguiu sua emancipação de Boa Vista do Tocantins, vindo a tornar-se município, iniciando, então, uma briga política de muitos anos, uma vez que o Padre João Lima, prefeito de Boa Vista do Tocantins, não aceitava a emancipação, por isso, apesar do decreto de criação, São Vicente do Araguaia não ganhou liberdade de fato e não se tornou um município livre. Para evitar a liberdade de São Vicente do Araguaia, o padre tirou do povoado o correio e o juiz que prestava serviços na localidade, deixando o local sem representação alguma e isolado da capital do Estado.

Em relato citado pelo professor Ademar Borges, a vontade de Leônidas Duarte e a contrariedade de Padre João Lima criaram uma situação de inimizades entre os dois, gerando “falatório” de ambos os lados, sobre o que Ademar nos cita o seguinte:

Os mais velhos contavam que um falava mal do outro, aí, dizem que o “vei” Leônidas falava mal do Padre dizendo que ele namorava com as beatas de Boa Vista, que era “tudim” amantes dele. O Padre ao saber disso ficou furioso, armou um grupo de capangas e saiu em direção a São Vicente pra dar um corretivo no “vei” Leônidas, no meio do caminho o padre fez “parage” na casa de um fazendeiro para almoço, lá o padre acabou abrindo a boca e contando o que iria fazer em São Vicente, na mesma hora, o dono da casa mandou um encarregado ir até o “vei” Leônidas e informar que o Padre vinha atrás dele, o encarregado saiu apressado o fazendeiro atrasou o almoço. Com isso, o “Vei” Leônidas fugiu para os lados do Pará e quando o Padre chegou não achou ele, por pouco ele não foi capado. Ficou muitos anos longe o “vei” Leônidas. (Entrevista realizada em 20/01/2018)

O professor Ademar refere-se ao historiador Leônidas Duarte utilizando o termo “véi”, por ele ser 52 anos mais novo que ele, e, segundo Ademar, era assim que o povo da cidade o chamava.

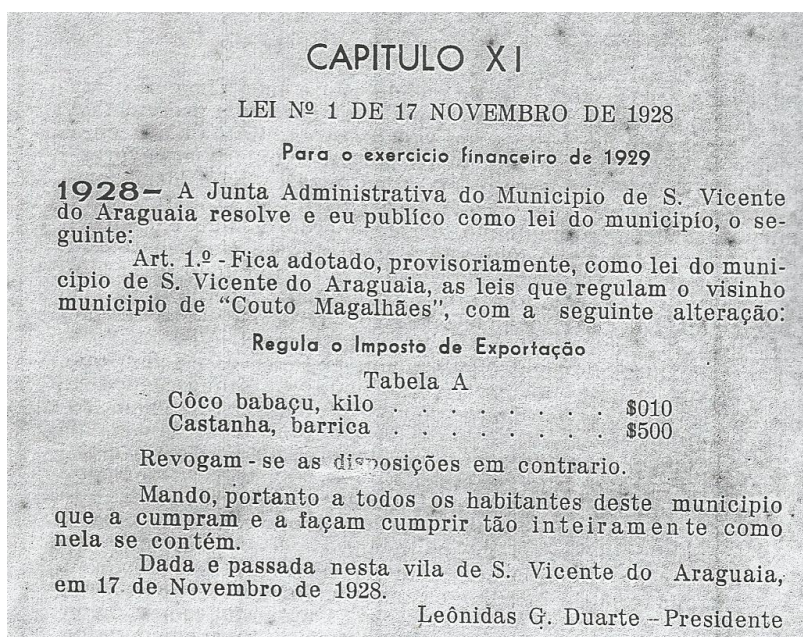
Em seu livro, Duarte deixa claro que, de fato, passou muitos anos longe da então São Vicente do Araguaia, saindo em 1919 em busca condições melhores para a família, que morou por Imperatriz-Ma e Marabá-Pa, onde trabalhou com extração da castanha-do-Pará, retornando somente nove anos depois, a pedido de pessoas da população que mantinham o desejo de se libertar de Boa Vista do Tocantins, e que, mesmo após 16 anos do decreto de emancipação, ainda se mantinha presa às ordens de Padre João Lima. Nota-se, aqui, dois pontos de vista para um mesmo afastamento do Leônidas. Um é a “verdade” que o povo contava, relatada pelo professor Ademar e o outro a versão de Leônidas, que diz ter saído de sua casa por força da vida e retorna

nos braços do povo como o único possível capaz de libertar politicamente São Vicente do Araguaia de Boa Vista do Tocantins.

Após sua volta, Leônidas realizou verdadeira odisséia, subindo o rio Araguaia em canoa, a remo, com mais seis homens, aportando em Leopoldina, hoje Aruanã-Go, chegando na então capital goiana, Goiás Velho, 53 dias depois. Retornou com garantias de que o município seria, de fato, criado e liberto, sendo recebido com festa no porto da cidade pelos moradores locais. Esse fato, Ademar Borges confirma ser verdade, visto que seu pai era um dos que estavam no porto da cidade aguardando a chegada do ilustre morador.

Tendo as garantias do governo, mas ainda não tendo a definição de fato, foi montada uma junta administrativa, presidida pelo próprio Leônidas, para tratar os trâmites da criação do município e organizar a primeira coleta de impostos em São Vicente, realizada com transação de bens locais, para que pudessem ter algum valor financeiro a aplicar no município, visando à sua melhoria.

Figura 1 – Primeiro Imposto cobrado em Araguatins-To



(DUARTE, 1970, p. 40)

Observa-se que o babaçu, hoje pouco explorado pela região da antiga São Vicente do Araguaia, era, naquela época, um produto valiosíssimo para a renda local. Segundo Duarte (1970, p. 44):

[...] o primeiro babaçu comprado em São Vicente foi por José Miguel Ferreira, no ano de 1927, quando adquiriu 3.395 quilos, em 1928 já era a maior produção do município, tendo o próprio Miguel, comprado nesse ano 19 mil quilos de babaçu.

Apesar de todas as garantias dadas pelo governo, e tendo São Vicente do Araguaia uma junta administrativa, a libertação veio somente em julho de 1931, por decreto do então governador, Pedro Ludovico Teixeira, e nomeação de prefeito. No ano seguinte, o povoado foi elevado à vila.

A independência de São Vicente do Araguaia durou poucos anos. Em 1943, no distrito de Santo Antônio das Cachoeiras foi descoberto um garimpo de diamantes, o que fez com que a população local e a circulação de dinheiro aumentassem bruscamente. Isso levou o então interventor do Goiás, Pedro Ludovico, com apoio do prefeito Antônio Carvalho Marici, a querer transferir a sede do município para a localidade garimpeira. Os habitantes da vila, liderados por Leônidas Duarte, fizeram uma carta protesto e enviaram ao então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, que, atendendo ao pedido da população, negou a transferência e continuou a Vila de São Vicente do Araguaia sendo a sede do município. Porém, após dois anos, o prefeito local, com apoio do interventor do estado, mudaram o nome do município de São Vicente do Araguaia para Araguatins, e fizeram novo pedido ao presidente Getúlio, que atendeu a solicitação e mudou a sede do município para a então chamada São João das Cachoeiras (hoje Itaguatins). Assim, a vila, agora com novo nome, junção de Araguaia com Tocantins, voltou a estacionar em crescimento.

Sob a tutela de Itaguatins, Araguatins passou três anos e veio a restabelecer sua independência em 13/10/1948, quando o então deputado José Sousa Porto, em reunião ordinária na Assembleia legislativa goiana trouxe à tona o projeto de desmembramento e recriação do município, sendo aceito o projeto e criado o município. Duarte (1970) em seu livro cita a criação, mas não as complicações ocorridas durante a criação, que segundo o professor Ademar Borges, deu-se da seguinte maneira:

[. . .] lá na câmara tinha que passar, na câmara do estado, e a assembleia não queria, era tudo contra a criação do município de Araguatins, mas o (José) Sousa Porto, no período de férias, o pessoal saía muito antes do previsto, antes saíram muitos e ficou gente lá, né!?, aí foi convocado pelo presidente uma última reunião e o Sousa Porto pediu o desarquivamento do projeto, aí, desarquivaram e colocaram em votação e aí passou, porque se não fosse assim não tinha criado Araguatins novamente. (Entrevista realizada em 20/01/2018)

Tanto o relato histórico grafado em livro quanto o relato oral do professor Ademar fazem referência ao mesmo deputado, porém com maneiras distintas de expressar a mesma situação, no que se refere à recriação do município. Havendo discordâncias ou não, fato é que Araguatins voltou a ser novamente município no então norte de Goiás.

Adiante com a história de Araguatins, vale ressaltar aqui um quadro de riquezas para exportação do município no ano de 1954, causando estranheza o fato dele valer-se de produtos que hoje são impensáveis ao seu comércio, mas que tinham, naquela

época, grande valor para as suas finanças, tendo uma quantidade elevada registrada como exportação do município.

Figura 2 – Exportações em 1954

RIQUESAS NATURAIS DO MUNICIPIO			
Quadro demonstrativo das exportações de cristal e outros produtos do Município, em 1954			
	Quilos		Valor
Cristal de rocha	15.875		Cr\$ 15.875.000.00
Babaçú	412.150		Cr\$ 2.822.531.70
Pele de Veado	7.698		Cr\$ 147.720.70
Idem de Queixada	2.036	Unidade	Cr\$ 100.310.20
Idem de Caitetú	2.157	»	Cr\$ 49.278.10
Idem de Gato Maracajá	15	»	Cr\$ 27.253.60

Duarte (1970, p 98)

As atividades de caça que nos dias atuais são consideradas ilegais, mesmo que para comer, em meados do século XX serviram como fonte de renda para as exportações do município. Essa fonte de renda com a caça e venda de peles, inclusive, está presente na lenda *A onça que falou*, de Ademar Borges, presente nos anexos deste trabalho, que tem como enredo a conversa entre um caçador de animais para tirar peles e uma onça que seria uma índia velha.

1.1.1 Araguatins e as Enchentes

As lembranças do povo araguatinsense nos dias de hoje fazem muitas alusões à enchente do rio Araguaia no ano de 1980, para muitos a maior enchente que a cidade já viu. Alguns lembram o período com saudosismo, como se tivesse sido algo bom, outros lembram-se das perdas de roças, de animais, das casas que eram de barro e caíram. Em seu livro, Duarte (1970) faz menção a uma enchente em 1957, comparando-a com 1926, dizendo ter pouca diferença com a enchente daquele ano, e que, devido ao avanço de suas águas, fez o prefeito mudar o mercado municipal para a obra em construção da prefeitura. O professor Ademar, que no ano de 1957 tinha 15 anos e vivenciou também a enchente de 1980, dá o seguinte depoimento:

A de oitenta é comparada com a de vinte sete , que foi a enchente maior que teve. Teve a de cinquenta e sete também que é menor, mas essa comparação foi que fiz. Digo por que a de vinte seis o veí meu pai veio de Belém nessa época e amarrou o barco no cruzeiro em frente à igreja. Ali na frente da igreja tinha um cruzeiro e eles “amarraro” o barco lá. A de oitenta a água foi naquela rua acima da igreja, então, quer dizer que a de oitenta foi maior que a de vinte seis. (Entrevista em 20/01/2018)

Observa-se nessa fala uma inexactidão de datas. Enquanto Duarte (1970) cita uma grande enchente em 1926, Ademar Borges cita essa ocorrência em 1927. Com

seu conhecimento popular pautado em relatos, o professor Ademar ouviu de seu pai a respeito de uma enchente em 1927, o que, posteriormente, serviu para comparar com o que pode averiguar pessoalmente em 1957 e 1980 e tirar suas próprias conclusões a respeito de qual foi a maior enchente que Araguatins presenciou.

1.1.2 A Madeireira Internacional e a destruição dos Babaçuais

Ainda no ano de 1957, apareceu o primeiro questionamento a respeito da exploração da empresa americana Rio Impex, que explorava mogno na região de Araguatins, diante de denúncias de que a empresa destruiu os babaçus nativos, principal fonte de renda do município. Uma comissão de parlamentares veio a Araguatins, fizeram investigação e saíram sem nada resolver, permitindo que a empresa continuasse com a exploração livre do mogno e destruição da principal fonte de renda municipal, o babaçu. Tendo trabalhado por alguns anos no município e subornado prefeito e vereadores, segundo Duarte (1970), a Rio Impex agiu de forma ilícita em Araguatins durante sua extração, não fazendo nada do contrato firmado com o município, onde constava a construção de escola, hospital e estradas para usufruto da população local.

A respeito da empresa Rio Impex, o professor Ademar, garoto com 15 anos na época da primeira denúncia, fez o seguinte relato:

A Rio Impex era uma multinacional que explorava mogno. Só o mogno, eles fizeram uma pesquisa e descobriram que onde mais tinha mogno era Araguatins e foi justamente ela se estabeleceu aqui. Aí juntou aquele bocado de homem. Para explorar, primeiro eles lançam os homens para explorar e o pessoal marcava as madeiras para derrubar. O mogno era citado em canteiros que eram áreas com mogno, aí eles marcavam a madeira e depois que marcava eles jogavam as pessoas para derrubar essas madeiras, mas o corte que eles davam quando caía o mogno derrubavam muitas árvores ao redor, por que ela se destacava das outras e aí derrubava muitos pé de babaçu. Ao redor de cinquenta a cem metros acabava com tudo. Aqueles que não era oco eles jogavam pra beira da água, dos riachos. Aquilo tinha muitos homens trabalhando. Os homens ficavam na época da chuva. Faziam acampamento nos ribeirões e ficavam com a madeira na água e descia pelos ribeirões quando tinha chuva de muita água, juntava de dez a doze toras e descia até chegar no Araguaia. Lá eles faziam jangada com até três mil toras de pau e elas descia pelo meio do rio com as forças da água até chegar em Jatobá. Lá eles cerravam e exportavam a madeira para fora do Brasil. Aqui corria muito dinheiro, chegava de avião dinheiro em sacos de estopa, vinha de dez a quinze sacos de dinheiro. Aqui tinha muitos homens, mas a empresa não cumpriu com o acordo com o governo, só fez uma parte do hospital, devastou muito e não deixou nada. Eles só foram embora depois de muitos anos e foi depois que o velho Leônidas denunciou eles, que tava destruindo os babaçus da região e não fazia nada pra nós, aí o governo proibiu e eles foram embora, mas devastaram muito antes de ir embora e ganharam muito dinheiro. (Entrevista realizada em 20/01/2018).

Em lento progresso e com economia pequena, Araguatins chegou aos 100 anos em 1968. Naquele ano, segundo Duarte (1970), *pelo “último recenseamento, realizado em 1968, sob nossa orientação, registrou-se no perímetro urbano: 2885 pessoas e 528 casas”*. Em cem anos, a povoação fundada por Vicente Bernardino não havia ainda se desenvolvido como ele esperara. Estava ainda estagnada, em progresso e escondida no norte do antigo Goiás, sem estradas de boas condições, com difícil acesso e distante cerca 1400 km da capital Goiânia, o que dificultava mais ainda o contato com os poderes legislativo e executivo para conseguir melhorias para a cidade.

1.1.3 Araguatins nos dias atuais

Nos últimos 50 anos de sua história, Araguatins desenvolveu-se mais que nos cem primeiros anos, apesar de perder parte de seu território com a emancipação de São Bento em 1995. É notório, segundo o professor Ademar Borges, que houve avanço. Cabe destacar aqui que o desmembramento do norte de Goiás em 1988, dando origem ao estado do Tocantins, serviu como combustível para o desenvolvimento da região, recebendo, no início da década de noventa uma Escola Agrícola Federal, hoje, Instituto Federal do Tocantins, havendo a construção de rodovias asfaltadas, possibilitando maior integração com as cidades mais próximas como Araguaína, Imperatriz e Marabá, além da construção da nova sede estadual que reduziu a distância de Araguatins até à capital para 620 km.

O município tem hoje como fonte de renda a pecuária, tendo na agricultura familiar grande força da zona rural. Não há indústrias na cidade e o funcionalismo público é o maior gerador de renda na zona urbana, sendo o setor de serviços o responsável por 67,7% da arrecadação, segundo dados da secretaria de planejamento do Tocantins. Segundo o IBGE em dados de 2017, a estimativa de população era de 35 mil habitantes em todo o município, colocando-o como o sexto mais habitado de todo o Tocantins.

Araguatins é destaque, hoje, em todo o estado devido às praias de água doce que se formam no rio Araguaia nos meses de vazante, verão amazônico. Dentre suas praias, destaca-se a Praia da Ponta, localizada em frente à cidade, sendo necessária uma breve locomoção em barco a motor para se chegar à praia. O local recebe esse nome por se formar exatamente na ponta da Ilha de São Vicente, onde se encontra a comunidade quilombola estudada por este trabalho. Convém destacar que a localização da principal praia do município na ponta da Ilha de São Vicente gera uma situação peculiar: *“nos tempos de praia”*, como dizem os moradores da cidade, quem se dirige à praia da ponta, diz somente que vai à praia, já quem busca refúgio em outras partes da ilha para descanso, diz que vai passar o dia ou acampar na ilha, criando uma dualidade, como se os dois locais não pertencessem um ao outro e, principalmente, demarcando

a praia como um local isolado de toda a ilha de São Vicente, sem pertencimento algum a mesma.

Em tempos de alta temporada, mês de julho, a Praia da Ponta chega a receber dez mil pessoas aos finais de semana. Porém, essa divisão entre ilha e praia, no falar do povo local, acaba fazendo com que grande parte dos turistas, e até mesmo da população local, desconheça a história dos descendentes quilombolas que habitam a Ilha de São Vicente, relegando-os à margem da história local, apesar de sua grande importância para o processo de fundação do povoado de São Vicente do Araguaia, hoje Araguatins.

1.2 Quilombo São Vicente: alguns elementos históricos, políticos e culturais

A Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente tem suas origens na história do município da qual faz parte Araguatins. Entretanto, para este trabalho, optou-se por contar a história tanto de Araguatins quanto da comunidade quilombola de forma separada, uma vez que praticamente nascem juntas, porém seguem caminhos em sua formação de forma distinta, vindo a se encontrar na história no ano de 2010, em fatos que serão relatados mais adiante.

Antes de adentrarmos na história da comunidade, cabe ressaltar que, tendo pouco tempo de reconhecimento como comunidade remanescente quilombola, a bibliografia que aborda a ilha ainda se encontra em pequena produção, tendo apenas alguns trabalhos acadêmicos publicados a respeito da mesma. Com isso, o histórico da ilha descrito neste trabalho basear-se-á no relatório antropológico da comunidade quilombola, organizado pela Professora Mestra Rita de Cássia Domingues Lopes, a pedido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de relatos dos remanescentes: Pedro Barros Sobrinho, neto do primeiro morador da Ilha, e dos irmãos e bisnetos do primeiro morador, Fátima Barros, Miguel Batista Barros e Raimundo Batista Barros, sendo os dois últimos nascidos na ilha de São Vicente e Fátima a principal articuladora das questões burocráticas pertencentes à ilha e responsável por representar seu povo em encontros por todo o Brasil, que discutem a questão da ancestralidade quilombola.

Os quatro remanescentes ouvidos usam as lembranças de suas vivências e de histórias ouvidas para reviver o passado. Bosi (1994, p.53) diz que “[. . .] a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança.” O passado revivido em suas narrações é parte importante para a realização deste trabalho.

Os quilombolas da Ilha São de Vicente descendem de escravos trazidos por Vicente Bernardino, fundador da cidade, no ano de 1868. Os quatro ouvidos relatam

a mesma história para a vinda de escravos à então vila de São Vicente do Araguaia, no ano de 1868. Segundo eles, Vicente Bernardino recebeu como pagamento por uma dívida em Carolina-Maranhão, oito escravos, sendo duas famílias com dois filhos cada uma. Eles recontam essa história com a firmeza de quem deseja provar que descendem de escravos trazidos para esta terra há 150 anos.

Os relatos citados aparecem como fonte e prova (cabal, uma vez que foi utilizada pela justiça) no livro de Leônidas Duarte, de 1970, que era neto de Vicente Bernardino. Ao detalhar a história da cidade, menciona os negros trazidos de Carolina-Ma como pagamento de uma dívida por um devedor a Vicente Bernardino.

Abaixo, transcreve-se toda a página do livro que foi destinada ao relato da vinda dos escravos:

Quando Vicente Bernardino deixou Carolina e se instalou na Colônia Militar de S. João do Araguaia, onde o sogro era comandante, deixara dívida a receber no interior do Município. Com sua transferência da Colônia Militar para esta localidade em 1868, Vicente Bernardino abriu uma estrada para o sertão, descobrindo, então, estradas que levavam à Boa Vista do Tocantins.

No ano seguinte, Vicente resolveu mandar um positivo ao 2º Distrito de Carolina, aproveitando a estrada por ele aberta, para ir receber a importância de oitocentos mil réis (Cr\$ 0,80) que lá ficara em mãos de um freguês.

O positivo levou a carta de ordem para receber a dívida, a qual, sendo entregue ao devedor, este alegou que, naquele momento não dispunha de dinheiro, mas que, tinha escravos com os quais poderia solver a conta. O procurador não tinha ordem para fazer semelhante transação. O devedor respondeu que, ou pagaria com os escravos ou marcariam outro prazo para o credor voltar. Êste, que levava ordem expressa para receber a conta de qualquer forma, resolveu liquidar com os escravos. Precisavam acertar o preço 'per capita'. – Vou fazer um preço 'camarada' – disse. Fica a cem mil réis, alto e malo. Assim combinados, foram chamados todos os escravos dos quais foram retirados dois casais, com os filhos, perfazendo oito pessoas em resgate da dívida, regressando no mesmo dia. Ao chegar a S.Vicente, o portador deixou os escravos encostados à parede da casa, pelo lado de fora, e levou lá dentro, ao patrão, o resultado da empresa, dizendo: – Seu capitão, recebi a conta em escravos, porque o devedor não teve dinheiro e eu não queria voltar sem receber, conforme como perdida Onde estão os escravos? Estão lá fóra. – Mande-os entrar e os agasalhe.

Entre os escravos, havia um menino de nome Henrique. Vicente Bernardino tinha um filho com o mesmo nome. Estabeleceu-se aí uma confusão interessante: Quando Vicente chamava o filho, o criadinho vinha atender; quando chamavam o escravo, ia correndo a se apresentar o filho de Vicente. Assim, Vicente Bernardino, para evitar ambiguidade, estabeleceu o seguinte: – De hoje em diante, quando se chamar Henrique. É o meu filho; e quando se chamar Henrique Cacête, é o escravo. E assim cresceu o menino com o pitoresco apelido: CACÊTE. (DUARTE, 1970 p. 147-148).

O garoto citado na passagem do livro por nome de Henrique, posteriormente apelidado de Henrique Cacête, é, na verdade, Henrique Julião Barros, primeiro morador da Ilha de São Vicente e, por conseguinte avô de Pedro Barros e tataravô de Fátima, Miguel e Raimundo, já citados neste trabalho.

No ano de 1888, marcado pela abolição da escravidão, Vicente Bernardino já havia falecido e os escravos tinham ficado como propriedade de seu filho, Virgílio Gomes de Barros, que após a Lei Áurea resolvera libertar seus escravos. No ano da libertação ainda existiam as duas famílias trazidas de Carolina-Ma, uma chamada de Noronha e a outra de Barros, da qual fazia parte Henrique Cacête. Aos seus escravos, após dar liberdade, e temendo que se perdessem pelo mundo sem ter renda alguma, Virgílio de Barros doou a ilha de São Vicente para que pudessem fixar moradia, produzir seus próprios alimentos e sustentar suas famílias.

A seguir, confira a localização da ilha.

Figura 3 – Imagem da ilha feita por satélite



FONTE: Google Maps

Das duas famílias de escravos, apenas uma aceitou ir morar na ilha São Vicente, que foram os Barros. Os Noronha fixaram moradia na margem paraense do Araguaia, onde hoje se encontra o povoado de São Raimundo do Araguaia, pertencente ao município de São João do Araguaia-Pará.

Rita Lopes, em seu relatório antropológico da ilha, realizado em 2014, traz-nos informações que fundamentam a história contada na cidade pelos mais velhos e repetida pelos remanescentes, que foram os ex-escravos da família Barros, os primeiros a ocupar a ilha:

Pedro Duarte Barros, nascido em 1926 em Araguatins, filho de Virgílio Gomes de Barros, neto do fundador do antigo município de São Vicente afirma que todos em sua família confirmam o fato que os primeiros ocupantes da Ilha São Vicente [são] os filhos do ex-escravo Henrique Cacete [que] mudaram para a ilha, com a intenção de fixar moradia, em 1888. Ele [Pedro Duarte Barros] afirma que se lembra disso porque vivenciou grande parte do tempo dessa ocupação e o usufruto do lugar pelos descendentes do casal de escravos que para lá mudaram quando se tornaram livres. (LOPES, 2014, p. 33, apud COELHO, 2010, p. 04. mimeo).

Essa informação soma-se ao relato dos remanescentes ouvidos, para comprovar que os escravos que formaram a família Barros foram habitar a ilha, fixando moradia por lá. Fátima Barros, tataraneta do primeiro morador, relatou em entrevista que Henrique Barros, seu pai, Julião e mais um irmão não tiveram vida fácil:

São tantas histórias que já escutei de minha mãe e de minhas tias e do meu pai. Os meus ancestrais quando foram para este território da Ilha de São Vicente foi um desafio, quatro pessoas sobreviver na ilha, eles enfrentaram muitas dificuldades para viver na ilha, que era o sonho de um lar, de uma terra e de segurança. Cultivaram a terra, fizeram as bioconstruções, conseguiram animais domésticos e a vida estava renascendo para eles. Porém depararam com pequenos inimigos. . . formigas saúvas, cupins e de muitas outras espécies que devoravam as plantações, eles combatiam com receitas caseiras como o óleo de babaçu, a calda de pimenta, o plantio do gergelim porém a mandioca que era a base da alimentação era devorada todas as vezes que chegava o ciclo da lua e o período das chuvas, plantavam e tudo era devorado pelas devoradoras de plantas. Assim meu tataravô Julião Henrique Barros e seus dois filhos pegaram suas canoas e seus remos e entraram no rio e foram para o lado das matas fechadas do Pará uma terra inóspita e onde não poderiam adentrar-se muito pois o contato com os indígenas poderia significar a morte. Definiram o local para a roça de mandioca, limpavam e iniciaram a plantação das manivas de Jaibara (ramas de mandioca) própria para farinha, esta espécie possuiu uma toxina que não pode ser consumida sem que seja em forma de farinha, é também conhecida como mandioca brava. (Entrevista em 20/10/17).

Seguindo com as memórias deixadas pelo seu pai, já falecido, sua mãe e tias, Fátima cita como o casamento do Henrique, conhecido como Henrique Cacête, possibilitou o crescimento da família Barros.

Eles plantavam e voltavam todos os dias para ilha, depois com o tempo ocorreu o primeiro contato com os povos Araras e pouco a pouco aconteceu a história de amor que possibilitou o casamento de meu bisavô Henrique Barros com uma indígena Arara e o meu tio bisavô também casou-se com a irmã de minha bisavó. Minha bisavó foi batizada para poder casar se e recebeu o nome de Maria Batista Barros, nasceu 7 filhos desse casamento, tiveram um casamento longo e feliz, minha bisavó faleceu antes de meu bisavô Henrique, porém os filhos já eram todos crescidos. Quando minha bisavó faleceu, meu bisavó casou-se com a Catarina Noronha que era viúva e pertencia a família Noronha (remanescente africana da família Noronha que também veio escravizada de Carolina), eles não tiveram filhos pois a união já foi com eles idosos, minhas tias diziam quem a Vó Catarina (Catirina como minhas tias e minha mãe falavam) era a parteira e benzedeira da comunidade. Meu avô José Henrique era o filho mais velho do meu bisavô e quando adulto foi quem permaneceu na Ilha de São Vicente, ele fazia farinha e vendia em Marabá, essa farinha era empaneirada em cestos feito de tucum jari forrados com palha de bananeira murcha no fogo, a farinha era transportada por água em canoas que ele levava remando, existia uma delegação com alguns homens para levar a farinha para ser comercializada em Marabá PA, essa farinha era famosa em Marabá conhecida como a Farinha dos Henriques. (Entrevista em 20/10/17).

O avô de Fátima, José Henrique Barros, era pai do senhor Pedro Barros Sobrinho, nascido em 1944 e ouvido para a realização deste trabalho. O senhor Pedro contou-nos

que a ação das formigas é constante até hoje, tendo que ser utilizados, constantemente, produtos agrotóxicos para que se possa controlar o volume das formigas e permitir o plantio de mandioca e outras hortaliças, Pedro confidenciou-nos: *“Não fico sem um ‘venenozim’, tipo uma farinha, sempre que vejo um caminho delas a noite eu coloco no caminho e noutro dia elas já sumiram dos caminhos, mas depois apareci tudim novamente e nois continua lutando cum elas.”*

Pedro Barros revelou também que viu seu pai fazer muita farinha para vender em Marabá, segundo ele:

O pai fazia muita farinha, ai enchia os saco e ia vender no Marabá. Naquele tempo ele ia pra Marabá de barco, na voga. “cê” sabe o que é uma voga? A voga é um barco uns homi remando, no do pai tinha seis, três de cada lado. Ai eles fazia assim (levanta pra mostrar), remava os seis homi, três de um lado e três do “ôto”, remava tudo junto, não podia ter priguiza. Assim eles ia de barco, era demorado, pra ir. Aí lá o pai vendia farinha e trazia açúcar, café, óleo e outras coisas que a gente não tinha na nossa casa na ilha. A vida era assim mesmo, nos trabaivava muito, mas também tinha muita fartura das coisa da roça. E aí quando fiz 18 anos eu vim pra rua (cidade de Araguatins) estudar. Era difícil, mas era bom naquele tempo. (Entrevista em 25/11/17).

Apesar de relatar o sofrimento na ilha, enquanto morou até fazer 18 anos em 1962, o senhor Pedro demonstra certo saudosismo. Lembra com carinho dos tempos em que pescava com pai e pegava peixe de várias espécies e tamanhos variados. Eles pescavam no Araguaia e em uma lagoa, conhecida como Lagoa Grande, localizada no centro da ilha. Em uma dessas pescarias, o senhor Pedro, acompanhado de seu pai, pegou um Pirarucu de três metros, que serviu para alimentar a família por muitos dias e seu pai conservou a carne fazendo grandes mantas salgadas. Segundo ele, aquele fora o maior peixe já visto.

O dia-dia para quem mora à margem de rios oportuniza vários momentos de pescarias e por que não de histórias? Assim como Pedro Barros, o senhor Raimundo Batista Barros, sobrinho de Pedro, também tem sua história de pescaria para contar. Ele narrou que estava com seu pai em uma tarde no Rio Araguaia, quando foram surpreendidos por uma grande fera que se movimentou dentro do rio, fazendo borbulhar a água, mostrando somente o seu meio, não aparecendo nem cabeça e nem rabo. Anexo a este trabalho encontra-se a narrativa do senhor Raimundo, a qual afirma ter, de fato, vivido ao lado de seu pai.

A vida na ilha, como relataram Pedro e Raimundo, era uma vida boa, farta de alimentos, mas faltava muita assistência e, por isso, tinham que sair da ilha em busca de melhores condições. Então, mantinham contato estreito e direto com a cidade e a comunidade de Araguatins. O senhor Pedro deixou a ilha para estudar e o senhor Raimundo saiu com a família ainda com oito anos de idade para morar em uma terra

que a família de seu pai possuía, lugar em que, segundo ele, tinha mais condições para produzir e facilidades para se locomover, pois não precisavam de canoas.

1.2.1 Festejos Religiosos na Ilha São Vicente

Desde sua formação, a vida na ilha foi de muito trabalho, a lida era constante, sobrava pouco tempo para festas, descansos e isso reflete na produção cultural da ilha. À vista disso, apenas um movimento cultural aparece nos relatos e na história do local, que eram os festejos religiosos realizados pelos remanescentes quilombolas.

Fátima Barros contou-nos que, quando os escravos vieram de Carolina-Ma, eles trouxeram consigo a crença em Nossa Senhora do Rosário, conhecida como a Santa dos Negros ou Santa do Congado e, por isso, festejavam essa santa. Na época, os ex-escravos que se mudaram para a ilha, levaram essa devoção e começaram a fazer festejos. Pedro Barros chegou a ver os festejos e relatou que “[. . .] era uma festa muito bonita, com muita gente, comida e diversão”, mas foi Fátima, lembrando relatos de sua mãe, quem teceu um relato mais minucioso de como era organizado e realizado o festejo:

Em relação ao festejo de Nossa Senhora do Rosário, na realidade assim é nossos ancestrais eles já chegaram, eles foram trazidos para Araguatins em 1868 e quando eles foram trazidos eles já eram católicos né!? Ou seja, eles estavam convertidos ao catolicismo, eles já traziam o festejo de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. E Nossa Senhora do Rosário, ela na verdade é a santa do congado, né!?, e conhecida como a santa dos pretos, era uma das santas que o povo negro tinha autorização para cultuar e eles já chegaram cultuando Nossa Senhora do Rosário, inclusive é interessante porque é um dos marcos da nossa pesquisa antropológica é que a gente apresenta nossa senhora do Rosário como um desses marcos, uma vez que é a Santa do Congado, na nossa região não tem outras famílias cultuando Nossa Senhora do Rosário Né!? A gente encontra Nossa Senhora do Rosário é no geral nos locais aonde se tem remanescente quilombo né!? Como é o caso da minha família, e o meu tataravô já chegou rezando, festejando Nossa Senhora do Rosário, depois foi assumido pelo nosso bisavô e depois pelo meu avô José Henrique o festejo né!? O festejo acontecia na ilha e em outros momentos às vezes ele chegou a acontecer no Pará, onde eles faziam as roças de mandioca, eles tinham casas lá também, também lá acontecia o festejo. A preparação do festejo no passado ela exigia toda uma preparação mesmo, os homens tinham que arrancar meio mundo de mandioca, tinha que fazer farinha, fazer puba, fazer tapioca, as mulheres passavam dias, semanas fazendo bolo né, juntavam fazia bastante bolo pra poder guardar, minha mãe falava que tinha um bolinho que chamado de bolo palma mangulão, esses bolos todos eram feitos para poder alimentar as pessoas que viriam pra alvorada né!? E o festejo não era só um dia, eles vinham pra uma alvorada, chegava e fazia toda aquela solta de fogos, faziam a procissão pelo rio e também tinha um almoço e a noite tinha festa, tinha sussa e esse festejo, era um festejo famoso que levava todas as famílias importantes da cidade de Araguatins para a ilha. Aí durante anos meu avô rezou a Nossa Senhora do Rosário, após morte dele a tia Maria fico com a santa e fazia o festejo né, que é a minha tia mais velha, porque até meu avô morrer ele morava com ela, mas quando a tia Maria depois muda pra Araguatins né, meados da década de noventa a tia Maria muda pra

Araguatins e se torna evangélica né e ai com o processo de conversão ela queria inclusive destruir a santa né!? A gente tem duas santas, é um quadro de Nossa Senhora do Rosário e uma santa que é uma santa mesmo, feita confeccionada no gesso que é bem antiga né!? Tanto o quadro quanto a santa no gesso são bem antigos e ai a tia Maria queria destruir tudo, só que minha outra tia que é a tia Domingas falou “não mulher, vamos dar pra Vicença mais o Salvador que eles ainda são católicos né!? Aí daí os santos foram repassados, o tio Salvador passa a rezar né, o tio Salvador assume o festejo e a santa do quadro fica com mãe, inclusive ela ainda está na minha casa com a minha mãe e a outra santa fica com o tio Salvador, e o tio Salvador assume, passa a assumir o festejo e o festejo de certa forma pelas condições financeiras dele porque é interessante ver como bisavô, meu avô, até aí eles conseguiram manter o festejo, eles mesmo fazendo tudo né!? Desde a recepção as comidas e receber todo o povo. Quando o tio Salvador assume, com uma condição financeira já bem complicada de manter a alimentação pra essas pessoas tudo e receber. E ai com tudo que a gente é reconhecido como quilombo, a própria Igreja Católica passou a assumir esse papel de realizar o festejo e aí a igreja prepara a alimentação toda a comida que é oferecida e almoço pras pessoas que vão para o festejo e ai o padre vai pra rezar missa, inclusive já teve até missa que foi celebrada pelo bispo né e ai Nossa Senhora do Rosário continua sendo cultuada. (Entrevista realizada em outubro de 2017).

Observa-se, nos relatos de Fátima, que uma tia sua trocou de Igreja, continua cristã, mas pratica o cristianismo com outra visão e não nos cabe, neste trabalho, julgar as orientações religiosas. Entretanto, é importante ressaltar o fato de que a chegada de outra tradição na ilha, além da católica, muda a tradição religiosa da comunidade, o que pode transformar as tradições locais. Segundo Hall (1999), “[. . .] a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, nos dias atuais, o que se aplica aos moradores da ilha, onde, inclusive há um espaço destinado à construção de um templo da Assembleia de Deus para os que seguem essa igreja.

Retornando ao festejo, a antropóloga Rita Lopes cita em seu relatório a fala de Pedro Duarte, morador de Araguatins, não remanescente quilombola, que ia participar das comemorações, uma prova que a tradição era seguida por muitos da cidade e que era um traço cultural dos moradores da ilha:

Era três festejos. Nossa Senhora do Rosário, São Lázaro e São José. Eu me lembro a gente era garoto, eles festejavam, eles faziam umas festa lá. . . E aí meu pai levava a gente. No começo nem tinha motor a gente ia de canoa, né? Nós era muito filho e enchia uma embarcaçõzinha, aí de rancho pra lá. Passava o dia na festa lá com eles, eram compadre, né? E muito amigo da gente, a gente vinha. Tinha almoço, tinha bolo, café com bolo, né? É que antigamente eles usavam dessas festas, o bolo famoso, que era o bolo de cacete. . . grande. E eles faziam muito bolo, a turma ia e comia bolo a vontade lá com café, com eles lá e quando vinha cada pessoa. . . a mãe deles chamava Cota, ela dava e cada pessoa trazia um bucadim de bolo pra comer em casa, né? (Risos) Eu me lembro disso.” (LOPES, 2014, p. 89).

O festejo ainda é realizado nos dias de hoje, porém com menor movimento, tendo a Igreja Católica maior participação na organização. Antes, era tudo por conta da família Barros. A morte do senhor Salvador Barros, Patriarca da Família, em outubro de 2017,

foi uma perda para toda a família, claro, e pode acabar prejudicando a continuação do festejo, uma vez que ele era o mais empenhado na ilha para que o mesmo continuasse, tendo inclusive vontade de erguer uma capela para Nossa Senhora do Rosário dentro da ilha.

1.2.2 Conflito: Desapropriação e reconhecimento da identidade

A Ilha de São Vicente, localizada à frente do cais do porto da cidade de Araguatins, possui 2.502,0437 hectares de extensão. Foi inicialmente ocupada pela família Barros, descendentes de escravos vindos de Carolina–Ma, onde, após a Lei Áurea, fixaram residência, aumentando a família e seus descendentes. A família ocupava toda a ilha, ou melhor, fazia uso da mesma, criava gado livre em toda a área, porcos, aves; plantavam onde julgavam ser o melhor lugar. Não existiam cercas de demarcação e suas fronteiras eram as águas do majestoso Araguaia.

Entretanto, o espaço grande, a falta de recursos para produzir em toda a ilha de fato, a saída de familiares da terra - porque casaram com pessoas de fora, ou para estudar ou trabalhar - deram espaços para que outras pessoas fossem se apossando de partes da ilha, fixando moradia, diminuindo o espaço de circulação e produção da família Barros. Sendo ocupada aos poucos por pessoas que simplesmente se apossavam de parte da terra deixada aos negros. Com tanta invasão, em 2000 começou um conflito com Edelves dos Passos Carvalho Fernandes.

Edelves Fernandes demarcou terras na ilha, isolando-as por cercas de arames, onde criava gado, ocupando um espaço maior que o dos Barros já no ano 2002. Com isso, entrou na justiça através de um processo de reintegração de posse, requerendo a área utilizada pela comunidade que fica à margem esquerda da ilha. Quando fez o processo de reintegração de posse, Edelves agiu contra o Senhor Salvador Barros que era o morador mais antigo, líder da Família Barros, representante de seu povo.

Em março de 2002, na comarca de Araguatins, Salvador Barros perdeu causa no processo de reintegração de posse e foi lavrada a seguinte proposta:

A autora [Edelves] cederá ao requerido, em troca de área em litígio, um alqueire goiano (quarenta e oito e quatrocentos metros quadrados) de terras, dentro do perímetro da referida ilha, contudo essa nova cessão será localizada noutra parte da ilha, ou seja, na parte norte, sendo que 220 metros lineares margeando o rio Araguaia e a mesma medida dividindo com o posseiro Moacir, o requerido [Salvador] têm um prazo de um ano a contar desta data [isto é, até 20.03.2002], compromete-se por si, seus herdeiros e sucessores, a desocupar a área objeto do presente processo mudando-se para a área retro especificada, comprometendo retirar todo benfeitoria ali construída, inclusive colheita de cereais de mandioca; que o requerido [Salvador] está ciente que não receberá nenhuma indenização sobre as benfeitorias construídas a área em litígio, o requerido está ciente e advertido que não poderá proceder a derrubada dentro da área da autora [Edelves], inclusive nem derrubada de nenhum coqueiro. . .” (LOPES, 2010, p. 46).

Com esse termo lavrado, Salvador Barros, nascido na Ilha de São Vicente, neto de Henrique Barros, o Henrique Cacête e primeiro morador da ilha, foi relegado a uma pequena porção de terras de um alqueire, sendo praticamente preso dentro de sua própria moradia, a ilha, e tendo que mudar suas benfeitorias para outro ponto e abandonar o local onde sempre morou. O termo assinado em 2002 não chegou a ser cumprido, porém Salvador e sua família passaram a viver com a apreensão de perder sua terra, tendo que mudar e começar tudo novamente.

O medo de perder as terras permaneceu por oito anos até ser consumado em outubro de 2010 quando Edelves Fernandes ganhou direito por toda a ilha e foi lavrado um mandado de reintegração de posse em desfavor de toda a comunidade pertencente à família Barros que morava na ilha. Para Lopes:

O despejo, conforme relatado pela comunidade, foi realizado de forma violenta e traumática. Um oficial de Justiça acompanhado de vários policiais militares do destacamento de Araguatins foram deslocados de barcos para realizarem o despejo. Além dos atos de violência na retirada das famílias, houve também a violência simbólica, os quilombolas que foram despejados do território onde nasceram e viveram a vida toda, tiveram suas casas queimadas, casas parcialmente derrubadas, plantações destruídas e animais de criação subtraídos. (LOPES, 2014, p. 47).

Apesar de todos remanescentes da família Barros terem sido expulsos da ilha, quem mais sofreu foram o senhor Salvador Barros e sua esposa Maria da Luz Sousa. Em entrevista com eles, Lopes (2014) coletou as seguintes falas:

Seu Salvador disse o seguinte: “. . . tomemos um grande prejuízo, porque pobre não tem nada, mas o pouco que tem que se acaba é prejuízo. . . guarda roupa, cama, cadeira, cama chegou só os pedaços, eles faziam jogar dentro da canoa, até a foto da Rosangela da formatura se acabou”.

Maria da Luz Sousa, esposa do seu Salvador, contou-nos de forma triste, este momento vivido pela família: “. . . nós saímos dia 26 de outubro [2010] quando foi dia 27 de outubro, eles destruíram eu vim aqui de tarde por umas quatro horas pra dá comida pros porcos e pra ver se conseguia pegar o resto das galinha, o que podia fazer pra levar, né, e não deu pra pegar nada, daí fui embora. . . quando cheguei lá em baixo fiquei olhando para cá e vi o fumaçeiro. . . acabou foi com tudo, com a roça de mandioca e carregaram os nossos porco do chiqueiro” (LOPES, 2014, p. 50).

A expulsão de suas terras de forma violenta levou o povo da família Barros a buscar uma forma de voltar à ilha e acabaram reconhecendo em sua ancestralidade uma forma de reaver as terras de onde foram desalojados. Segundo Lopes (2014):

Neste interim, em que seu Salvador e as famílias estavam desalojados na casa do irmão (Pedro), onde passaram 30 dias entre outubro e novembro de 2010, a Família Barros se mobilizou, conversou com os moradores antigos de Araguatins que conheciam sua história, buscou informações sobre sua origem e depois foi organizada uma assembleia, onde foi redigido um documento

assumindo que são remanescentes de quilombo, dizendo: “. . . nos auto-identificamos como comunidade remanescente de quilombo”. A lista dos presentes na assembleia foi anexada ao Processo de Reconhecimento Quilombola na Fundação Cultural Palmares. (LOPES, 2014, p. 52).

Apesar de ter em suas origens a descendência de ex-escravos, a comunidade da Ilha de São Vicente, conhecida como família Barros, que um dia foram “Os Henriques”, desconheciam o valor de sua identidade cultural, viviam na e da terra da ilha e a perda dela foi ponto de partida para o reconhecimento da Identidade. Assim, essa identificação serviu como ponto de partida para a resistência da comunidade. Com isso, sua identidade nasceu politizada para conseguir seus direitos. Para Hall (1999, p. 21), “[. . .] uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como sujeito é interpelado ou representado, ela tornou-se politizada”.

Após a comunidade da ilha ter se auto definido como quilombola, ganhou força para lutar pelo retorno às terras de onde foram despejados. Para essa luta, tiveram apoio que tem uma simbologia forte para o momento e para a história da família Barros. Quem os defendeu na justiça foi Francisco de Assis Santana Duarte, tataraneto de Vicente Bernardino, o que demonstra o elo entre as famílias Duarte e Barros. O advogado Francisco Duarte conseguiu liminar que permitiu a volta da família Barros à ilha, tendo como próximos passos a criação da associação quilombola e certificação da Fundação Palmares. Para Lopes:

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da Ilha de São Vicente (ACREQUISVI) foi constituída em 19 de dezembro de 2010 após sua assembleia de fundação. E em 27 de dezembro do mesmo ano (2010) a Fundação Palmares emitiu a Certidão de Auto definição da Comunidade (documento 5), através da portaria publicada no Diário Oficial da União, nº 22825. (LOPES 2014, p. 53).

A certificação da Fundação Palmares veio afirmar a identidade da comunidade, identidade que, segundo Hall (1999, p. 9), “[. . .] somente se torna uma questão quando se está em crise”. A crise vivida pela comunidade foi o despejo. O retorno serviu como alívio, mesmo sem ser pleno, pois a comunidade, apesar da certificação da Fundação Palmares, não tem a posse definitiva da ilha. O processo corre na justiça e a família, hoje, faz uso de somente 32 hectares dos mais de 2500 que a ilha possui. O processo que corre em justiça pede posse total para a comunidade quilombola, pois, quando foi cedida aos primeiros moradores, os ancestrais da família, eles faziam uso total do território. Enquanto isso não ocorre, a família Barros divide-se em pequenos lotes e os que moram no local produzem para a subsistência e esperam a palavra final da justiça.

1.2.3 A Ilha em sua atualidade

Enquanto aguardam a posse definitiva da terra, os remanescentes que vivem na ilha levam suas vidas com a rotina que acompanha a região desde sua ocupação. Continuam, assim, como primeiros moradores, produzindo para o próprio consumo e vendendo para a cidade de Araguatins uma pequena parte do que produzem na ilha. Dentre os produtos vendidos estão o óleo do babaçu e o paú, adubo orgânico produzido a partir da palmeira de babaçu morto.

A comunidade, ainda nos dias atuais, continua sem saneamento básico e energia elétrica. A energia elétrica é muito aguardada por todos que habitam a ilha, pois traria conforto aos moradores e permitiria projetos agrícolas que fazem uso de tecnologia e eletricidade. Segundo o senhor Pedro Barros:

A energia seria bom pra nois ter uma geladeira, ver uma televisão à noite e também pra fazer irrigação, nois temo muita água ao redor, mas apanhar de balde não dá. Cum a energia nois podia puxar do rio na bomba, irrigar as plantas, por caixa em casa e viver mais tranquilo, cum a idade que tenho, apanhar água no rio pra tudo cansa muito. (Entrevista em 25/11/17).

As casas da ilha ainda seguem o mesmo padrão dos primeiros moradores. São casas humildes, cobertas com palha e cercadas com barro. As duas casas que eram construídas com tijolos foram derrubadas durante o despejo em 2010. Os moradores atuais têm medo de construir antes da posse final e serem despejados novamente, perdendo, assim, o tempo e o investimento financeiro na construção.

Na ilha, não existe posto de saúde. Quem precisa de cuidados médicos necessita ir para a Araguatins consultar, ou para “a rua”, como os moradores dizem. Uma remanescente quilombola atua como agente comunitária e percorre as casas das famílias que moram na comunidade. Esse é o único atendimento de saúde que assiste o local.

Quem mora na ilha e ainda estuda, seja criança, jovem ou adulto, tem acesso à educação frequentando a cidade de Araguatins. O transporte desses estudantes é feito através do barco escola, que é de responsabilidade da Secretária Municipal de Educação de Araguatins. Vale ressaltar que o piloto que faz o trajeto todos os dias levando os alunos até a cidade de Araguatins e os trazendo no final do dia é feito por um remanescente quilombola, o que permite uma maior afinidade entre piloto e alunos, e tranquilidade dos pais por saber que os filhos estão indo com um parente.

Como se percebe, a chegada dos ex-escravos à Ilha de São Vicente em 1888 deu-se sem transtornos ou resistência, pois a terra foi cedida e lá eles fixaram residência, cresceram família, produziram e viveram em uma região de mata, infestada por formigas, mas mantiveram-se fortes em sua terra. Hoje, mais de 100 anos depois, os descendentes do povo que ocupou o espaço pela primeira vez em 1888 necessitam fazer o processo de resistência, de luta. Precisam auto comprovar-se como

remanescentes quilombolas, para que tenham direito a uma terra que, no passado, foi desvalorizada e doada, mas hoje, com valor reconhecido, querem usurpar dos que sempre ali viveram. A retirada das terras da comunidade quilombola Ilha de São Vicente significaria bem mais que perda de terras, seria perda de identidade, história e luta.

A família Barros assumiu-se como remanescente quilombola em uma briga pelas terras da Ilha de São Vicente, pelo que consideram ser o território da comunidade. Mas, afinal, o que é quilombo? O que é o território para um remanescente quilombola. A próxima seção deste capítulo busca responder a esses questionamentos.

1.3 Origem dos quilombos e os processos de territorialidade

O conceito de quilombo está intimamente ligado à fuga e à resistência de negros que conseguiram se libertar dos senhores de escravos e buscaram refúgio em locais distantes para que pudessem viver em “liberdade”, se é que uma vida de fuga pode ser entendida como liberdade.

Essa definição para quilombo como lugar para fuga e resistência, segundo Almeida (2011) vem desde o Conselho Ultramarino de 1740 que descreve o Quilombo como:

Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles”. O conceito de quilombo, estabelecido pelo Conselho Ultramarino Português de 1740, mostra que a definição se baseia em cima de cinco elementos: 1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma “natureza selvagem” que da chamada civilização; 4) moradia habitual, referida no termo “rancho”; 5) auto-consumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz, o qual chegou a denominar de terra de pretos. (ALMEIDA, 2011, 59).

Dessa forma, os quilombos nasceram da resistência e como resistência fazem-se até hoje, mesmo após o fim da colonização. Para Fabiani, os quilombos:

Se formaram por escravos libertos e insurretos e negros livres, antes e depois da abolição. Enquanto vigora a escravidão, o quilombo cumpre a função de abrigar as populações negras, configurando um tipo de resistência. Finda a escravidão e sabemos que a Lei Áurea, só veio a formalizar uma realidade conquistada pelas populações negras uma vez que quase todos os escravos já se havia liberto quando da assinatura da Lei, os quilombos serão o único espaço onde muitos negros, excluído pela nova ordem que se configura, poderão sobreviver física e culturalmente. Os quilombos continuam representando a resistência negra. (FABIANI, 2005, p. 29).

Para uma sobrevivência ou subsistência, era de suma importância a posse de alguma terra, primeiro como local para esconder-se, depois como local de produção

alimentar. A terra sempre esteve intimamente ligada ao quilombo, assim como ainda é hoje, pois, sem terra não há quilombo.

Os negros residentes em quilombos formados antes e a partir da abolição, em 1888, viveram até o ano 1988 em terras das quais não possuíam direitos de fixação de moradia garantidos por uma lei que os amparassem. Essa conquista só ocorreu com a promulgação da constituição de 1988, através dos artigos 68, 215 e 216.

O artigo 68 da constituição orienta que “Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos”. O artigo 215 complementa dizendo: “o Estado garantirá a todos, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Por fim, o 216, que se refere ao patrimônio cultural brasileiro, afirma: “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”

Assim, a constituição federal assegura direitos aos negros remanescentes de escravos, dando-lhes garantia ao requisitar a terra em que vivem e viveram seus antepassados. Dessa nova possibilidade, nasce uma politização quilombola em busca das garantias das terras que lhes são de direito. Para Silva:

Do direito conquistado pelo movimento negro surge a identidade política do quilombola. Muitas comunidades, até então em geral ditas apenas “comunidades negras” ou que habitavam as denominadas “terras de preto”, passaram a se assumir quilombolas. Diante deste fenômeno, houve a ressemantização do conceito de quilombo, ampliando-o, propiciando que um número crescente de comunidades passasse a se autodeterminar desta maneira. (SILVA, 2014, p, 35).

Essa identidade política é apresentada por Hall (1999) como politizada, uma vez que nasceu com objetivos específicos, sendo, no caso dos remanescentes quilombolas, o direito à terra. Isso não se deu de modo diferente com a família Barros. Para Leite (2000, p. 333), falar dos quilombos no cenário político atual é falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção.

A luta política a qual se refere Leite é constante desde 1988, ano da promulgação da nova constituição, que permitiu a luta de inúmeras comunidades pelo reconhecimento de sua ancestralidade quilombola, possibilitando o surgimento de novas comunidades em todo Brasil:

Nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, chamados negros, em todo o território nacional, organizados em Associações Quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. (LEITE, 2000, p.334).

Hoje, mais de 30 anos após a promulgação da constituição, segundo a Fundação Cultural Palmares, o Ministério da Cultura mapeou 3.524 comunidades remanescentes. Entretanto, a fundação afirma que esse número possa chegar a cinco mil. Essa gama de comunidades que emergem após a constituição de 1988 aproveita-se, dentro de um direito adquirido, a brigar pelo que é seu.

Para Leite:

Os “remanescentes das comunidades de quilombos”, que emerge com a constituição de 1988 é tributário não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla que foi travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista. (LEITE, 2000, p. 339).

Essa luta antirracista tornou-se política e por que não, agrária? Fez mudar a forma e a constituição original de um quilombo, como ponto de fuga, com elementos pré-definidos como nos apresentou Almeida (2011), ao citar o Conselho Ultramarino de 1740 que criou uma significação contemporânea pós-moderna para a nomenclatura Quilombo.

A respeito da nomenclatura quilombo em tempos atuais, Fabiani diz:

“Contemporaneamente,” o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (FABIANI, 2005, p. 390).

Consolidar um território, como apresenta Fabiani, tornou-se a luta das comunidades quilombolas atuais. Com a Ilha São Vicente não se fez diferente, uma vez que lutam pela posse definitiva das terras desde 2010, ano em que foram expulsos de suas terras pela justiça, após o pedido de posse por um fazendeiro da região.

Território aparece aqui não somente como posse de terra. Delimitação de um espaço representa mais que isso; é a base da identidade de um povo. Para Haesbaert o território pode ser entendido da seguinte maneira:

Política (referida as relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. Cultural (muitas das vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Econômico (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território

como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital trabalho, como produto da divisão “territorial do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2006, p. 40).

Os primeiros Barros ocuparam a Ilha de São Vicente em 1888. Essa ocupação deu-se de acordo com o conceito de território de Haesbaert: apenas como espaço delimitado, pois receberam uma porção de terra cercada pelas águas do Araguaia, mas, com o passar dos anos, foram perdendo o controle do espaço cedido a eles, culminando com a desapropriação em 2010.

Para recuperar o território que os Barros chamaram de casa por mais 100 anos, tiveram que passar pelo processo de Reterritorialização:

Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o “apegar-se à terra”, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

Para voltar à terra, “reterritorializarem-se”, como diz Haesbaert, os Barros tiveram que passar pelo processo de reconhecimento político de sua identidade.

Naquele contexto de busca pela volta à terra, podemos identificar o que Oliveira (1998) chama de “contextos de Conflitos” e é nesse meio que a conduta territorial surge, quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais.

A volta à terra ou território, que para Haesbaert (1999, 2000) seria “Reterritorialização”, para Oliveira (1998) é a “Territorialização”. Para nós, este trabalho vê os dois pela mesma ótica. Para apropriar-se de determinado território um fazendeiro conseguiu junto a justiça o despejo da família Barros da ilha; com isso, começou o processo de retorno à terra, ao território em um processo de (re)territorialização como nos diz Haesbaert ou Territorialização como diz Oliveira. Fato comum é que a família Barros precisou apossar-se da identidade ancestral para retornar a terra que constitui o território do grupo de remanescentes quilombolas.

Para que este processo de apropriação da terra ocorra, segundo Oliveira (1998), é preciso haver uma reorganização social que implique:

[. . .] I) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; II) a constituição de mecanismos políticos especializados; III) a redefinição do controle social

sobre os recursos ambientais; IV) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Ainda segundo Oliveira,

[. . .] o processo de territorialização se apresenta como: o movimento pelo qual um objeto político-administrativo [. . .] vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais. (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Os processos apresentados por Oliveira, como necessários a uma “territorialização”, foram executados pela família Barros quando se auto declararam remanescentes quilombolas, reconheceram sua ancestralidade, sua cultura e politizaram-se para brigar pelo retorno ao território. Para Silva:

[. . .] as comunidades quilombolas, ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, não estão apenas lutando por demarcação de terras, às quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo, estão fazendo valer seu direito a um modo de vida. [. . .] é em função das disputas territoriais que as identidades, como a quilombola, são forjadas. (SILVA, 2014, p. 15-17)

As comunidades quilombolas, em geral e no caso específico deste trabalho - a comunidade Ilha de São Vicente - , ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, não lutam apenas pela demarcação de terras das quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo, estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida organizado a muito tempo, que constitui a identidade dos povos quilombolas e sem o território não seria possível manter esse estilo de vida vivo, perdendo, assim, a identidade.

Essa identidade, forjada em lutas, nascida politizada, como diz Hall (1999), faz-se presente em muitas comunidades que precisam lutar pela manutenção do território e da cultura de seu povo.

A invenção de identidades político-culturais é recorrente, acontece sempre que determinado grupo se põe em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. A terra aqui é entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária à reprodução material da vida, mas também a terra onde o simbólico paira, onde a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto à terra de trabalho. (SILVA, 2014, p. 24).

Dessa forma, entende-se a luta pela demarcação das terras da Ilha de São Vicente como pertencente a um único e exclusivo dono, a família Barros, não somente e apenas como uma marcação de terras, uma luta agrária, mas sim uma luta pela constituição e manutenção de uma identidade. Por isso, a necessidade de se discutir

a noção de “Reterritorialização” de Haesbaert e “Territorialização” de Oliveira, e não somente “Território” como demarcação física, pois não é uma luta somente por espaço físico, é espaço cultural, é vida, é manutenção de tradições.

A Historiografia não se preocupou, ou pelo menos não ainda, em registrar a comunidade quilombola da ilha de São Vicente nos autos da História. Mesmo sendo a família parte integrante e importante da fundação, criação e desenvolvimento dos primeiros passos do que outrora foi São Vicente do Araguaia, hoje Araguatins.

Não se pode atrelar essa falta de dados oficiais registrados a um preconceito, pois até mesmo a cidade de Araguatins possui pouca bibliografia a seu respeito. Após 2010, ano em que a família Barros foi retirada da terra e, logo após, retornou com o direito adquirido pela autodeclaração quilombola, a ilha começou a ser objeto de estudo de pesquisas acadêmicas, o que tem contribuído para uma construção, mesmo que lenta, de registros históricos e bibliográficos da ilha. No momento, o principal instrumento de registro escrito e de história da ilha é o Relatório Antropológico feito pela professora Rita Lopes.

O fato de não possuir um histórico em registro escrito não tira da ilha a história de seu povo. Ela existe e é exposta pela memória dos quilombolas da família Barros. Assim, memória e história andam juntas nos discursos que compreendem a formação do Quilombo da Ilha de São Vicente e, nesses discursos de memória, a história move-se e modifica-se de acordo com os interesses de quem os narra. Para Penalva (2002, p. 121), “A memória coloca a história em movimento, dando-lhe sempre vida nova”.

2 MEMÓRIA, ORALIDADE E LITERATURA

Neste capítulo, apresentamos algumas teorias sobre a memória e a oralidade. Memória surge, aqui, como um elo entre o passado e o presente, sem o qual seria impossível conectar o povo quilombola atual às suas origens e, conseqüentemente, não teria como coletar suas histórias, vida e identidade, portanto, para que se compreenda oralidade atual é preciso buscar a memória dos mais velhos.

Adiante, apresentamos o que é oralidade segundo Walter Ong e Paul Zumthor e, ainda com Zumthor, faz-se um estudo a respeito da performance e da recepção. Compreender essas teorias faz-se necessário, pois é a partir das teorias de Ong e, principalmente, de Zumthor que iremos trabalhar a oralidade e entender como essa se manifesta em seu ato físico, na relação contador/ouvinte.

Para a literatura oral, traremos à baila as teorias de Câmara Cascudo e como esse gênero literário manifesta-se dentro do conjunto de linguagens pertencentes à Língua Portuguesa no Brasil. Há, ainda, uma abordagem a respeito de como é trabalhada a oralidade em sala de aula.

Compreender os itens apresentados aqui é de suma importância, porque é a partir dessas teorias que iremos traçar um caminho a ser seguido com o projeto de intervenção desenvolvido por nós, neste trabalho, que visa a levar o aluno a compreender a oralidade e a literatura oral como processo plurissignificativo que valoriza a sociedade, que ressignifica o alunado enquanto parte integrante da mesma e que busca levá-los a um processo de leitura a partir da literatura oral presente no dia-a-dia e marginalizada por muitos.

2.1 Memória

A literatura oral faz parte da memória de um povo, portanto, é preciso compreender o que seria “memória”. Para o dicionário on-line *Michaelis*, memória é:

1. Faculdade de lembrar e conservar ideias, imagens, impressões, conhecimentos e experiências adquiridos no passado e habilidade de acessar essas informações na mente. O produto de experiências passadas que permanece no espírito e serve de lembrança; lembranças, reminiscências, recordações. (MICHAELIS on-line).

A capacidade de armazenar dados faz parte de nosso cognitivo e vamos acumulando esses dados no decorrer de nossas vidas. Quanto mais vivemos, mais experiências possivelmente teremos para contar. Por isso, as memórias e a oralidade presentes neste trabalho reconstróem-se a partir de relatos e vivências de pessoas com idade acima de 60 anos pertencentes à sociedade araguatinsense e à Ilha São

Vicente, tendo nascido e vivido até os dias atuais nesse mesmo ambiente. A exceção, no que se refere à idade, é Fátima Barros, uma vez que a professora não possui toda essa idade, mas carrega grande conhecimento adquirido em suas pesquisas, nas conversas com os mais velhos do quilombo e em suas lutas em prol da comunidade quilombola. Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*, valoriza a memória dos velhos em relação a dos jovens e até mesmo adultos, pois:

Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referências familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida das lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade. (BOSI, 1994, p. 60).

Partindo desse pressuposto, resolvemos pesquisar a história local, tanto de Araguatins quanto do quilombo, com pessoas mais velhas. Isso oportunizou-nos coletar experiências de quem vivenciou a história local e o desenvolvimento da sociedade araguatinense e da Ilha de São Vicente. Ouvimos das pessoas mais velhas a história vivenciada por eles e suas narrativas que se ligam à literatura oral, em uma mescla de lendas e causos da região. Ouvir essas pessoas foi um trabalho de aquisição de conhecimento e respeito por parte do entrevistador e valorização dos entrevistados, além de parte crucial para a riqueza deste trabalho, o que está em consonância com pensamento de Bosi que diz:

As vivências destes velhos, enriquecem os relatos, pois agregam experiência de vida, respeito e conhecimento para os fatos citados. Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual parece só significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, à consciência de ter suportado, compreendido muita coisa. Traz para o ancião a alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos. (BOSI, 1994, p. 82)

Compreender o passado leva-nos a entender o presente. A comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, no tempo atual, encontra-se em conflito com um fazendeiro que julga ser dono das terras da ilha. Os quilombolas, por sua vez, entendem ter a posse da terra por estarem nela desde o ano de 1888 e ali terem constituído: família, vida e história. O presente trabalho não tem a intenção de julgar quem é o proprietário do local, mas convém deixar claro que foi a busca pelo passado dos negros remanescentes na ilha que os permitiu voltar a ela, após serem expulsos em 2010. Para que isso ocorresse, além da busca em registros formais, pesquisamos, também, relatos de pessoas mais velhas, como Dona Benvinda, ouvida por Rita Lopes, citada neste trabalho anteriormente.

Dessa forma, o passado não se perde, ele se conserva em registros formais ou orais que são repassados através da memória dos velhos, servindo para entender o passado e modificar o presente. Para Bosi (1994, p 48), “[. . .] o passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea”. À vista disso, o passado revivido pelos remanescentes quilombolas, ou por pessoas como dona Benvinda, foi e permanece útil nos dias atuais para que se possa modificar o presente, que, nesse caso, seria a perda das terras da ilha e a luta, para reaver as terras ganhas por seus descendentes, ainda no ano de 1888, após a abolição da escravidão.

Durante o processo de coleta das narrativas orais, verificamos que os entrevistados tinham em suas mentes dois tipos de memórias: umas eram firmes, saltavam ao falar como se estivessem guardadas e prontas para serem ditas a qualquer hora, eram discursos repetidos constantemente, como se já fizessem parte do corpo de quem os fala. Essa firmeza e certeza repetitiva observamos na fala do Professor Ademar Borges. Por outro lado, algumas memórias apareceram a partir de lembranças que surgiram depois das conversas iniciadas. Uma situação levava a outra e as histórias iam aparecendo. Esse tipo de memória nós conseguimos perceber nas conversas com o senhor Pedro Barros, que, logo no início da conversa, disse-nos que não tinha histórias para contar, mas, ao final de uma tarde prazerosa, brindou-nos com cinco belas narrativas de seu povo, da ilha São Vicente.

Esses dois tipos de formas de lembrar, rememorar, ou simplesmente lembranças, são apresentados por Ecléa Bosi que as classifica em duas formas isoladas e bem distintas. Há as que são fixas e as que vagueiam pela mente e aparecem no decorrer de conversas, dos contatos, dos gestos, que fazem um narrador lembrar, externar as vivências do passado. Para ela:

De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas. Singulares, que constituem autênticas ressurreições do passado. (BOSI, 1994, p. 48).

Ainda no início da conversa, Pedro Barros quando nos disse que não era bom de histórias, confidenciou-nos que “o lugar bom de contar é na roça, na lida, lá a gente lembra de mais coisa, em casa assim é mais difícil”. Essas lembranças são independentes, como diz Bosi (1994), pois ressurgem de forma autônoma, com o evoluir das ações de quem as contam e servem como elo para o passado de quem contou. Bosi (1994, p. 54-55) ainda nos diz que:

[. . .] se lembramos, é por que os outros, as situações presentes nos fazem lembrar. O maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos ou outros homens, no-las provocam.

O melhor provocador para o Senhor Pedro, segundo ele próprio, era o ambiente, a lavoura na ilha, que remetia ao passado. Em nossa entrevista, as perguntas, sem temas fixos, possibilitaram a liberdade para que ele pudesse externar suas lembranças.

O professor Ademar Borges apresentou-se como um exímio narrador, e algumas de suas memórias eram claramente memórias-hábitos, saíam de forma automática, como se ele já estivesse pronto a dizê-las, não importando o ambiente. O Senhor Pedro Barros, por sua vez, apresentou-nos as lembranças independentes: elas fluíam com o falar. Cabe destacar, aqui, que Ademar Borges é professor respeitado na cidade e que suas histórias são repetidas ao longo de sua vivência em Araguatins. Portanto, ele, que por muito tempo ouviu histórias em sua casa, tornou-se um contador das mesmas, tendo já as repetido por muitas vezes, com isso, adquiriu a memória-hábito. Para Bosi:

A memória hábito adquire-se pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras. Ela é um processo que se dá pelas exigências da Socialização. Trata-se de um exercício que, retomado até a fixação, transforma-se em um hábito, em um serviço para a vida cotidiana. (BOSI, 1994, p. 49).

Apesar das diferenças nos modos de contar das pessoas entrevistadas, observamos a seguinte situação, todos remetem a questões familiares, ao convívio social de cada um. Não nos foram contadas histórias de outros. Os entrevistados relataram-nos sempre casos de vivência pessoal, ou de pessoas próximas, como amigos e parentes, nunca desconhecidos. Isso atesta, para o contador, a verdade dos fatos. As histórias eram sempre contadas com as expressões: “Minha mãe contou; meu pai contava; ouvi na casa do meu pai, eu vivi isso, meu amigo próximo”. Bosi (1994, p.54) diz que

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com grupos de convívio e grupos de referência peculiares a esse indivíduo.

A memória local, coletada através das entrevistas, retrata-nos dois tipos discursos, o da história oral e da literatura oral local, ambas riquíssimas em suas significações para a sociedade. Este trabalho busca apresentar a literatura oral como agente transformador do leitor junto à sociedade em que se insere. No entanto, é imprescindível que se trabalhe, também, com a história, uma vez que não é possível dissociar história do contexto literário e se tratando da Ilha São Vicente. Compreender a história dos remanescentes ajuda a interpretar melhor suas histórias, sua vivência e sua cultura, além de, claro, levar o aluno a compreender a história de um povo, tão rica quanto a do próprio município, possibilitando, assim, a valorização da história local, da

literatura, nossa principal meta, e de seu povo, sua sociedade, pois, sem esses, não teríamos história, literatura e nem a nós mesmos.

2.2 Oralidade: Algumas ideias

Neste trabalho, busca-se discutir literatura oral e cultura, de modo a entender como a literatura pode ser ponto importante para compreensão do mundo e como elemento de identidade. Por conseguinte, antes adentrarmos nas questões de oralidade da região estudada, convém abordarmos a oralidade em um contexto mais geral e em que ela se manifesta. Para tanto, vamos nos ater a algumas ideias de Paul Zumthor (1993) e Walter Ong (1998).

Paul Zumthor (1993, p. 18) aponta a existência de sociedades orais distintas quanto ao uso da oralidade, classificando-as em três tipos, a saber: a primária, a secundária e a mista. A oralidade primária pertence a culturas totalmente desprovidas da escrita e que, portanto, fazem uso somente da fala ao se comunicar. Dentro da oralidade secundária, encontram-se os grupos nos quais a escrita causa interferência na oralidade da comunidade. Por fim, a oralidade mista, dá-se quando a escrita faz parte de determinada cultura, mas não influencia sobre as expressões orais.

Em suas concepções, Walter Ong (1998) aponta uma divisão para as culturas orais apenas em duas vertentes, classificando as comunidades, no que tange à oralidade, em cultura oral primária e secundária. Cultura oral primária é aquela que se desenvolve sem qualquer interferência da escrita. Esse tipo de cultura pouco existe hoje, restando, por exemplo, as tribos indígenas mais isoladas do Brasil. A cultura oral secundária seria a contemporânea, centrada na tecnologia e na escrita. Nessas culturas, a oralidade é sustentada por meios midiáticos como telefone, televisão, meios em que, por mais que façam uso excessivo da fala, necessitam da escrita. Para Ong, nos dias de hoje, quase inexistem uma cultura capaz de viver afastada dos efeitos da escrita.

Não obstante, viver sob influência da escrita não significa dizer que a oralidade perdeu sua primazia, seu valor. Para Walter Ong (1998, p. 16), “[. . .] a escrita, espacialização da palavra, amplia quase ilimitadamente a potencialidade da linguagem, reestrutura o pensamento”, dessa forma, segundo o próprio Ong, seria a escrita um complemento do discurso oral.

A oralidade foi, por muito tempo, responsável pela transmissão do saber, das culturas e do conhecimento de um povo. A inserção da escrita nas comunidades mais desenvolvidas fez aparecer uma supervalorização dela em detrimento da oralidade. Assim, associa-se a oralidade com a cultura iletrada e, por extensão, a uma série de conceitos a ela vinculados, muitas vezes de forma equivocada: popular, informal,

marginalizada. Esse pensamento enraizado, infelizmente, necessita ser revisto, pois, como diz Finnegan:

Não é mais possível, portanto, aceitar a velha imagem do “primitivo” (ou não letrado) como inconsciente e alienado, incapaz de contemplar o mundo com afastamento intelectual, uma imagem transmitida a nós (talvez Inconsciente) por meio de nossas associações desses atributos à falta de letramento e, por conseguinte, imaginamos, de literatura. (FINNEGAN, 2006. p. 79).

Esse desprestígio da oralidade perante a escrita não condiz com o valor que, de fato, a oralidade possui ainda nos dias atuais, servindo como fonte de comunicação entre muitas sociedades mundo afora, pois, mesmo a inserção da escrita, não extingue a necessidade da oralidade para os mais variados tipos de comunicação, seja pessoal, de saber ou cultural. Para Ong:

Na realidade, a linguagem é tão esmagadoramente oral que, de todas as milhares de línguas – talvez dezenas de milhares – faladas no curso da história humana, somente cerca de 106 tiveram submetidas a escrita num grau suficiente para produzir literatura – e a maioria jamais foi escrita. Das cerca de 3 mil línguas faladas hoje existentes, apenas aproximadamente 78 têm literatura. (ONG, 1998, p. 15).

Os dados apresentados por Walter Ong mostram-nos o quanto a oralidade ainda é útil à sociedade contemporânea. No entanto, a escrita ainda é apresentada como superior à oralidade, por se colocar como fundamental nas principais comunidades da atualidade, as mais “desenvolvidas”, ficando as comunidades orais sem literatura escrita, relegadas ao nível do preconceito, sendo apontadas como grupo iletrados.

Não se pode negar a proximidade presente e constante entre a oralidade e a escrita. Atualmente, há uma primazia tanto pelo registro escrito quanto pela retomada da oralidade. Valorizar a expressão oral, seja artística ou não, é também uma forma de compreender a caminhada do homem até a atualidade e suas manifestações culturais. Dentro dessa expressão da linguagem oral, Ong (1998, p. 15) diz-nos que “[. . .] a oralidade básica da linguagem é constante”

A escrita pode se manifestar de diversas formas na sociedade atual, em meios diversos, tendo passado de registros em paredes, papiros, livros escritos à mão, a impressos. Em nossa sociedade atual, digitalizou-se, tornou-se PDF, imagem escrita que pode ser lida em diversos aparelhos eletrônicos. Já a oralidade, essa continua sendo repassada da mesma forma desde que começou a existir, pela VOZ, assim mesmo, maiúscula, grande como seu valor. A voz individualiza-nos e, ao mesmo tempo, faz-nos sociais.

Ela [a voz] interpela o sujeito, o constitui e nele imprime a cifra de uma alteridade. Para aquele que produz o som, ela rompe uma clausura, libera

de um limite que por aí revela, instauradora de uma ordem própria: desde que é vocalizado, todo objeto ganha para um sujeito, ao menos parcialmente, estatuto de símbolo. O ouvinte escuta, no silêncio de si mesmo, esta voz que vem de outra parte, ele a deixa ressoar em ondas, recolhe suas modificações, toda “argumentação” suspensa. Esta atenção se torna, no tempo de uma escuta, seu lugar, fora da língua, fora do corpo. (ZUMTHOR, 2010, p. 15).

Para Ong (1998), a voz, ou como ele coloca, o som, serve como relação agregadora entre seres humanos:

Em virtude de sua constituição física como o som, a palavra falada origina-se do interior humano e revela seres humanos a outros seres humanos como interiores conscientes, como indivíduos; a palavra falada agrupa seres humanos de forma coesa. (ONG, 1998, p. 88).

É certo que alguns meios eletrônicos permitem a transmissão da voz, expandem a oralidade, mas esses, retiram a presença do corpo, do cheiro, do sentimento, não sendo capazes de abarcar a oralidade em sua totalidade, em sua performance, como veremos a seguir.

Não queremos, aqui, colocar em polos opostos oralidade e escrita, muito menos desvalorizar uma das duas, principalmente a escrita, devido estarmos trabalhando com a oralidade. O que queremos é trazer à baila o valor da oralidade para os dias atuais, mesmo estando ela relegada à marginalidade e associada a sociedades menos desenvolvidas, iletradas. Deseja-se trazer à tona a principal forma de transmissão da oralidade, o homem, o corpo, sua voz, deixada de lado com a ascensão da escrita. Ong (1998, p. 52) diz que:

Pelo fato de armazenar o conhecimento fora da mente, a escrita – e mais ainda a impressão tipográfica – deprecia as figuras do sábio ancião, repetidos do passado, em favor de descobridores mais jovens de algo novo.

Valorizar a oralidade e literatura produzida por ela traz das sombras a imagem do velho e de seu valor para sociedade. Por isso, este trabalho buscou trabalhar com os mais velhos e suas memórias.

Ainda segundo Ong (1998, p. 52), “[. . .] o texto liberta a mente de tarefas conservadoras, isto é, de seu esforço de memorização e, desse modo, permite-lhe que se volte para as novas especulações” sendo assim, um veneno para a memória, um *pharmakon*, de acordo com Derrida (1997).

Os jovens, no caso desta pesquisa, em especial, alunos, perderam a capacidade de memorizar, foram envenenados pelo *pharmakon*, como diz Derrida. Por isso, trabalhar oralidade pode ter efeito de remédio, servindo como suporte para que os alunos descortinem seus olhos para o seu valor, compreendendo como ela se manifesta e como se propaga, percebendo, assim, que ela está ali, ao lado da escrita e

que ambas podem ser trabalhadas juntas, sem ter que uma se apequenar perante a outra.

A comunidade onde foi feita a pesquisa de campo, apesar de expor diversas narrativas presentes em sua oralidade e ter transmitido sua história por mais de cem anos através do oral, apresenta-se, segundo o conceito de Ong, como oralidade segunda ou secundária, uma vez que a cultura escrita já está inserida na comunidade. Essa inserção deu-se quando os primeiros vieram para a cidade estudar, fato que acontece até os dias atuais, o que acaba modificando o discurso dos remanescentes da ilha.

Um fato também a se observar, é que, devido às disputas pelas terras da ilha, depois da expulsão em 2010, os remanescentes, mesmo tendo conhecimento de suas origens na ilha, de sua posse por doação de Vicente Bernardino em 1888, precisavam comprovar seus direitos para voltar à ilha e essa comprovação somente seu deu a partir do registro escrito; o ponto de partida e prova cabal foi a página do livro de Leônidas Duarte, neto de Bernardino, que ajudou a comprovar a descendência daqueles que vivem na ilha. Apesar de ser somente uma página, já citada anteriormente neste trabalho, foi de suma importância.

Essa página do livro devolveu-lhes os direitos e modificou os discursos, uma vez que todos os entrevistados fazem questão de citar o livro, que segundo eles, “*contam sua história*”. Esse discurso repete-se por todos, como se quisessem comprovar suas origens, demonstrando, também, o medo de perder novamente as terras onde sempre viveram na ilha São Vicente. Verifica-se, aqui, a escrita como suplemento da fala e não como substituto, pois conseguiu alcançar um ponto da história em que o autor, Leônidas Duarte, não pôde chegar. Cabe destacar, também, o valor da escrita para registros diante da sociedade moderna, uma vez que foram dados escritos, que comprovaram a descendência e não somente os relatos do povo de Araguatins, os mais velhos, que contam saber da existência da família Barros na ilha há muito tempo.

2.2.1 Oralidade na sala de aula

O ensino de literatura no Brasil está engessado ao ensino de língua portuguesa, assim, acredita-se que quem lê bem, escreve bem ou vice-versa. Esse ensino de literatura vinculado ao ensino da língua, acaba por fazer com que a escola se prenda somente ao ensino da escrita. Isso provoca um afastamento da língua e da literatura, afastando, também, escrita e oralidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados em 1998, apresentaram a necessidade de trabalhar a oralidade junto à escrita. Essa proposta abarca o trabalho com a literatura oral. Entretanto, o trabalho utilizado em sala com oralidade, em sua grande maioria não busca destacar a qualidade do ensino da

oralidade, mas sim a dualidade entre oralidade e escrita, pontuando, sempre as diferenças e depreciação da oralidade perante a língua escrita. A oralidade virou pauta para as aulas de linguagem informal, para mostrar as variações linguísticas presentes na fala. No que diz respeito à literatura oral, o cordel ganha valor e as demais são praticamente esquecidas do ensino, restando as narrativas orais como lendas, um espaço relegado ao folclore, como já citamos aqui.

Vinculada a esse pensamento da supervalorização da escrita frente à oralidade, está a formação da maioria dos professores de línguas, que veem na graduação somente uma valorização do texto canônico, fazendo, assim, com que, ao sair da academia, busque apenas repetir o que viu em sua formação. Assim, somente expor a necessidade de trabalhar a oralidade nos PCN não é suficiente para levar o texto oral à sala de aula. Para Fernandes:

Mas não basta haver uma proposta de trabalho com a oralidade nos Parâmetros para que isso se torne uma garantia de sucesso no ensino de língua e literatura. Se o professor não compreender mais a fundo a importância da cultura oral ao permear as relações sociais, ele não conseguirá, na análise da poesia oral, avançar para além da diferença de circulação (ou seja, os aspectos da performance e do imediatismo) marcante em relação à poesia escrita. Mecanismos importantes como a produção do texto poético oral (como se constitui a voz de uma comunidade, a função que essa voz chama para si de dirimir disputas e outros problemas internos do grupo social, o diálogo com a tradição e a atualização desta tradição, entre outros aspectos) e sua forma de armazenamento (a importância da memória oral e seus usos) são significativos para levar o aluno a pensar como a linguagem poética atua em seu cotidiano. Do contrário, com a não observação destes mecanismos, a confusão entre língua e “literatura oral” ainda permanecerá. (FERNANDES, 2005, p.3).

A escrita certamente aparece após a existência do oral. As primeiras comunidades de que se tem relato eram essencialmente orais. Isso ainda acontece hoje com o ser humano, a primeira expressão de linguagem apresentada é a oral. As crianças ouvem histórias, cantigas, brincadeiras. Através da oralidade dos pais, a criança desenvolve a sua. Assim ela adquire a língua materna, mas quando ela chega à escola, tudo que foi assimilado é deixado de lado, ao ser apresentada ao ensino da escrita. É como se escrita e oralidade não pudessem coexistir em um mesmo espaço. Com isso, as histórias, as lendas, as cantigas, tudo é deixado de lado; perdem o valor e, mesmo com os PCN afirmando a necessidade de trabalhar o oral, essa prática é deixada à margem do ensino da escrita. Assim, segundo Fernandes:

Torna-se necessário, então, que o trabalho com oralidade parta da herança oral do aluno. Ao professor cabe compartilhar experiências, trocar saberes e o aprendizado da escuta, tornando, deste modo, a literatura mais lúdica e conferindo sabor ao saber. (FERNANDES, 2005, p.9).

O caminho para o trabalho com a oralidade é longo. O ensino da escrita enraizou-se na escola a ponto dos alunos rotularem a oralidade como algo menor, desnecessário. Trabalhar a partir da herança oral do aluno, como aponta Fernandes (2005), possibilitaria reconhecer a si mesmo como parte integrante do ensino, valorizando suas práticas cotidianas e ressignificando a si e à comunidade a qual se insere. Este trabalho busca apresentar isso.

Antes de adentrarmos nos conceitos de literatura oral, é importante abordar o que seria a literatura, de modo geral. O próximo tópico deste capítulo buscar abordar de literatura a partir de alguns teóricos.

2.3 Literatura: é possível conceituar?

Afinal, o que é literatura? Essa pergunta, feita constantemente dentro do campo de estudo da literatura, remete-nos a uma gama de respostas, devido ao seu imenso valor polissêmico. Assim, temos duas certezas: a primeira de que a literatura pertence ao campo das artes, devido ao seu valor estético, e a segunda, que causa inúmeros transtornos na hora de delimitar literatura, visto que o termo “arte” é extremamente polissêmico. Desse modo, definição é uma palavra que não pode se atribuir ao termo literatura. Busquemos então, conceituá-lo.

Marisa Lajolo em sua obra de nome questionador *O que é a literatura?*, mostra-nos que a busca por um conceito ou, até mesmo, definição não é uma questão contemporânea, remonta há muito tempo. Na Grécia antiga já discutiam uma definição para esse termo. Segundo ela:

Foi no mundo clássico dos gregos que começaram as primeiras divergências sérias entre os que discutiam *o que era, para que servia* a literatura (embora não usassem esta palavra). Platão, teórico rigoroso e às vezes mal-humorado, foi implacável com a poesia. Queria expulsá-la do convívio dos homens, porque, dizia ele, a poesia era mentirosa: era a imitação da imitação. . . e o filósofo, vê-se logo, não sabia que as coisas podem também ser o avesso do avesso. (LAJOLO, 1995, p. 55).

A ideia defendida por Platão, que não é a nossa, mas vale ser exposta aqui, foi derrubada por Aristóteles, quando nos apresentou a literatura como “A arte que imita a vida”. A esse respeito Lajolo nos diz que:

A ideia de catarse – purificação das emoções por sua ampliação máxima – veio com Aristóteles, que saiu a campo em defesa da dama-poesia exilada por Platão. E entre um e outro e depois dos dois, o debate continua até hoje. (LAJOLO, 1995, p. 55).

Esse debate citado por Lajolo, iniciado entre Platão e Aristóteles, percorreu os anos até chegar aos dias atuais. Mas, nesse caminho de evolução dos modos de ver

a literatura, a produção feita por escritores para agradar a mecenas, encaminhou a literatura para o estudo mais formal de textos escritos, mesmo que eles fossem feitos para serem lidos em performance oral para um público ou uma pessoa de muitas posses. Para Lajolo:

Nos tempos muito antigos – na Idade Média, por exemplo, o artista era financiado por alguém – rico e geralmente muito poderoso. O escritor não precisava preocupar-se em agradar ao público indiferenciado. Bastava angariar as simpatias de seu patrono: o mecenas que, garantindo-lhe cama, comida e roupas, financiava-lhes a aventura intelectual.

[. . .]

Sem dúvida, essa forma de produção marcou fortemente a literatura, imprimindo nela o selo de atividade de luxo, e no poeta a marca de cidadão ocioso, supérfluo, não produtivo. E, indiretamente, caracterizou o escrever literatura como a atividade elitizada que se conhece até hoje. (LAJOLO, 1995, p. 66).

Essa literatura elitizada, como nos diz Lajolo, opôs-se às produções artísticas do homem, que sempre buscou imitar a vida através da sua oralidade ou da sua pintura. No entanto, essas foram relegadas em face da literatura escrita e elitizada.

Contar histórias é uma atividade que nasceu com a humanidade, quase tão inata como aprender a caminhar ou a falar. Nas primeiras civilizações, as lendas serviam para educar o povo, doutriná-los e, sobretudo, manter vivas as tradições de determinados grupos sociais; tendo, portanto, características da modalidade oral. No entanto, o oral, presente no dia-dia, foi distanciando-se tecnicamente das formas de expressões escritas e eruditas. Corroborando esse pensamento, Terry Eagleton afirma-nos:

A literatura é a escrita que, nas palavras do crítico russo Roman Jakobson, representa uma violência organizada contra a fala comum. A literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana. (EAGLETON, 2006, p.3).

Assim, quanto mais capaz de se afastar do real e da linguagem diária, mais capacidade de criar uma nova realidade e traços de literatura esse texto teria. Dessa maneira, teria a capacidade de romper com a realidade e ligar-se a ela e, ao mesmo tempo, integrar-se a ela, produzindo novos sentidos e interpretações da vida.

Essa quebra da realidade e concomitante unificação a ela, é uma das formas de experimentar o conceito do “Fora”, como nos fala Levy (2011), de conhecer um outro mundo de nós mesmos, de nossa ficção, fora de nossa realidade cotidiana. Quanto à realidade exposta pela literatura, Levy aponta que:

É certo, pois que a literatura fala da realidade, mas não de uma realidade familiar, dada pelo cotidiano. O realismo da ficção joga o leitor num mundo de estranhamento, onde não é mais possível se reconhecer. A ficção aparece

como inabitual, o insólito, o que não tem relação com este mundo nem com o tempo – o outro de todos os mundos, que sempre é distinto do mundo. Mas ao mesmo tempo em que nos retira do mundo, nele nos coloca novamente. E nós o vemos então com outro olhar, pois a realidade criada na obra abre no mundo um horizonte mais vasto, ampliado. Nesse sentido, a arte é real e eficaz. (LEVY, 2011, p. 25).

Destarte, o pensamento de Levy busca que o homem se aproprie desse realismo de ficção através da literatura, que experimente, pois:

Experimentar o outro de todos os mundos e agir no mundo, eis o que a arte nos proporciona. Em *O Espaço Literário*, afirma Blanchot: “a arte é real na obra. A obra é real no mundo, porque aí se realiza, por que ajuda sua realização e só terá sentido no mundo onde o homem será por excelência. (LEVY, 2011, p. 26).

Saindo da dualidade realidade/ficção, na obra *Teoria da Literatura*, os escritores René Wellek e Austin Warren fazem uma comparação da linguagem literária com a linguagem científica. Também, mostram-nos que literatura não pode ser apenas apresentada como linguagem referencial, uma vez que, para eles, o texto literário tem poder de persuadir, e até mesmo modificar o seu leitor.

A linguagem literária, comparada com a científica, parecerá deficiente nalguns aspectos. Abunda em ambiguidades; como qualquer outra linguagem histórica, está cheia de homônimos e de categorias arbitrárias ou irracionais como o gênero gramatical [. . .] é uma linguagem altamente conotativa. [. . .] Existe outra diferença importante entre a linguagem literária e a científica: na primeira, o próprio signo, o simbolismo sonoro da palavra é acentuado (significante, Saussure). Inventaram-se todas as espécies de técnicas para chamar a atenção sobre ele, tais como o metro, a aliteração e as tessituras sonoras. (WELLEK e WARREN, 1971, p. 15).

Tendo a literatura essa capacidade de se comparar à linguagem científica, ao real e ao ficcional, certamente teria ela também a capacidade de transmitir conhecimento, como representação do homem no mundo, de suas culturas de sua história. Massaud Moisés apresenta-nos a literatura como forma de conhecimento, igualando-a às ciências e às demais formas de adquirir saber.

A Literatura, do mesmo modo que as demais Artes e as Filosofias, as Religiões e as Ciências, é uma forma de conhecimento. Bem, visto estarmos pretendendo compreender a extensão e o significado da palavra Literatura, havemos de nos ater à palavra “conhecimento”, que é o segundo termo da igualdade. Para tanto, perguntamo-nos: qual é o objeto do conhecimento? e que é conhecer? Na verdade, tudo é objeto do conhecimento, seja pertencente ao plano macrocósmico (o Universo), seja pertencente ao plano microcósmico (o Homem), seja imaterial, seja sensível, seja inteligível. (MOISÉS, 2003, p. 29).

Assim, teria a literatura um caráter formador de conhecimentos, um meio não apenas de lazer, de fruição estética, mas uma forma de ver e entender o mundo que nos cerca, que se apresenta a nós através de qualquer tipo de obra considerada literária.

Moisés, além de nos apresentar a literatura como uma forma de conhecimento de mundo, nosso mundo, aponta na literatura um perfil capaz de manter nossa saúde estável, pelo menos a psicológica:

“O HOMEM MANTEM A SAUDE PSICOLÓGICA pela Literatura, que nos conduz a novas fontes de fruição; pela literatura, que nos sentimos que não estamos sozinhos em nossa miséria; pela literatura, que expõe os problemas a uma nova luz; pela literatura, que sugere novas possibilidades e nos abra campos de experiências; pela literatura, que nos oferece uma grande variedade de ‘estratégias simbólicas’ mediante as quais nos tornamos aptos a circunscrever as nossas situações. (MOISES, 2003, p. 44).

Sempre ouvimos que ler transforma, ler salva, ler muda o mundo. Se para mudar o mundo precisamos mudar a nós primeiro, Moises mostra-nos que isso é possível, estando bem psicologicamente e que a literatura é um caminho para isso. Voltando ainda à passagem citada, quando Moises (2003, p. 44) nos diz que “pela literatura sentimos que não estamos sozinhos em nossa própria miséria”, está em consonância com pensamento de Levy (2001), que afirma que a literatura não é negócio de uma individualidade, “mas negócio de um povo”. Assim, não basta somente um ler, é preciso que a sociedade leia, ou que, pelo menos, ouça, como é o que o procura esse trabalho.

Este trabalho busca desenvolver uma atividade a respeito da literatura oral, não aceita por Moises (2003) como literatura, pois esse autor ressalta que só existe literatura se for escrita, não podendo existir uma literatura por via oral. Quanto a este ponto, entendemos a questão como ponto de vista e de teoria, mas ressaltamos que esse ponto de vista não é o nosso, e entendemos a oralidade também como literatura, a literatura oral, apresentada por Cascudo (2006), e reiteramos nossa opinião, também, no pensamento de Candido que diz:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis de produção escrita das grandes civilizações. (CANDIDO, 1995, p. 174).

Todas as formas de criações de toque poético apresentadas por Candido servem como padrão para conhecimento de mundo, de nosso mundo. Conhecimento esse que já foi exposto aqui como um dos alicerces da literatura, segundo o próprio autor. Ora, o conhecimento só vale se for apresentado através da escrita e não da oralidade que sempre caminhou com o homem em sua evolução? Para nós, a resposta é negativa.

A busca do conhecimento perseguido por muitos, exposto por Candido, é também objetivo deste trabalho, na medida em que se propõe a levar conhecimento a uma turma de nono ano. A literatura pode ser caminho fundamental, uma vez que a mesma já se encontra inserida na escola. Sendo utilizada de maneira certa ou não, a literatura já se encontra lá, em geral escrita; relegada a marginalidade fica a literatura oral, mas o fato é que ela está presente em suas duas nuances. A forma como se ensina literatura, sendo feito da maneira adequada, certamente é útil. Para Candido:

A literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (CANDIDO, 1995, p. 175).

Este instrumento poderoso de educação somente será feito se a literatura for usada de forma correta, não apenas para questões gramaticais ou mero entretenimento, lugar pequeno não cabe a ela. Para Moises (2003), a arte literária não se reduz (ou não deve se reduzir) a uma forma banal de entretenimento. Merece mais que isso; literatura é mais que isso, não importa se escrita ou oral.

Observa-se que diversos autores apresentam suas definições próprias para significar o termo literatura, mas é quase impossível chegar a um senso comum, tendo em vista a infinidade de aplicações possíveis para a linguagem literária, que é versátil o bastante para transitar desde histórias infantis a trabalhos acadêmicos, considerando produções orais. O que é certo e comum a todos é que a literatura tem o homem envolvido em seu meio de produção. Candido (2000, p, 80) diz-nos que a literatura é “[. . .] como algo que exprime o homem e depois atua na própria formação do homem”. Para complementar a fala de Candido, voltemos a Levy (2001, p,47), que nos diz que a literatura é “negócio de um povo”.

Fiquemos por aqui com esses dois últimos conceitos, na tentativa de exprimir um povo, o povo quilombola da ilha de Vicente, e abrir o conhecimento dos alunos da turma de nono do Colégio Estadual Osvaldo Franco, fazendo, assim, um “negócio” com pelo menos parte de um povo, o da sociedade de Araguatins.

2.4 Literatura oral

A expressão “literatura oral” parece mesmo paradoxal para designar as expressões artísticas verbais orais, uma vez que “litera” (*literatura*, de *litera*, letra do alfabeto) leva-nos, certamente, à produção de escritos e evidencia caráter grafocêntrico das culturas letradas. A associação lógica de literatura à letra, aos

escritos, acaba por negar aos povos que não detêm domínio da escrita, o direito a literatura. Quanto à expressão literatura oral, Ong afirma:

[.] a erudição produziu no passado conceitos monstruosos como “literatura oral”. Esse termo decididamente absurdo permanece em circulação hoje, até mesmo entre estudiosos cada vez mais plenamente conscientes de quão constrangedora se mostra nossa inabilidade para imaginar uma herança de materiais verbalmente organizados, exceto como alguma variante da escrita, mesmo quando nada têm a ver com ela. (ONG, 1998, p.20).

Para Zumthor (2010, p. 24), “Oralidade não significa analfabetismo, o qual, despojado dos valores próprios da voz e de qualquer função social positiva, é percebido como lacuna”. Assim, oralidade não está atrelada à redução de qualidade de quem as exerce, tampouco pertence somente a grupos menos favorecidos culturalmente ou iletrados. Ainda para Zumthor (2010), as manifestações diversas através da voz, compreendem o que ele designa como “poesia oral”.

Principal pesquisador da literatura oral brasileira, Câmara Cascudo, em seu renomado livro *Literatura Oral no Brasil*, traz a seguinte definição para o termo segundo seus estudos:

O termo foi criado por Paul Sébillit no seu *Literature Orale de la Haute-Bretagne*, 1981, e reúne contos, lendas, mitos, adivinhações, provérbios, parlendas, cantos, orações, frases feitas tornadas tradicionais ou denunciando uma estória, enfim todas as manifestações culturais, de fundo literário, transmitidas por processos não-gráficos. (CASCUDO, 2006, p. 21).

Não nos compete, aqui, especificar qual o termo mais apropriado, tampouco discutir nomenclaturas por parte dos autores, uma vez que todos falam de uma mesma matéria cultural. Para tanto, cabe especificar que o termo aqui utilizado será o que acompanha o título deste trabalho, “Literatura Oral”, sendo essa uma nomenclatura assumida por questões pertinentes ao trabalho e por julgar ser de mais fácil compreensão por parte dos alunos. Mas, deixa-se claro que não é a nomenclatura em si que define o tipo de literatura e sim suas práticas, pois como nos diz Penalva:

A prática efetiva da literatura não diz respeito apenas a este conceito etmológico, e o mais interessante é pensarmos que a existência da escrita em algumas comunidades não impediu as pessoas dessa comunidade de produzir literatura no conceito mais amplo. (PENALVA, 2002, p. 142).

Os elementos apresentados por Cascudo (2006) como pertencentes à literatura oral fazem parte do cotidiano de todos nós. É impossível viver longe desse tipo de manifestação. Talvez o cotidiano com que se apresenta e a maneira como é exposto, pela voz, tenha feito perder valor frente à escrita, detentora de maior prestígio na atualidade. Os traços de literatura oral, assim como nos acompanham, acompanharam Cascudo desde sua infância:

Todos sabiam contar estórias. Contavam à noite, devagar, com gestos de evocação e lindos desenhos mímicos com as mãos. (. . .). Não tinha conhecimento anterior para estabelecer confronto nem subalternizar umas das atividades sem serviço da outra, era o primeiro leite alimentar da minha literatura. Cantei, dancei, vivi, como todos os outros meninos sertanejos do meu tempo e vizinhanças, sem saber da existência de outro canto, outra dança, outra vida. (CASCUDO, 2006, p. 14).

Os alunos que foram estudados durante o desenvolvimento da intervenção, certamente não têm a experiência de vida que teve Cascudo, pois não moram em fazendas, mas, nem por isso, deixam de ter contato com as manifestações culturais e expressões da voz que o escritor teve e, assim como autor um dia desconheceu, eles também desconhecem o valor do que ouvem, suas características, sua intensidade artística e poética, logo, trabalhar a oralidade poética em sala, pode ser a luz para uma descoberta de novas vivências e valorização da cultura que está tão próxima a eles. Não pretendemos construir novos escritores como Cascudo, ele foi único, mas, sim, possibilitar novas visões para a poesia oral, pois, como nos diz Penalva (2002, p. 144), a “[. . .] literatura oral possibilita ou externa uma maneira de interpretar o mundo bastante peculiar”.

Os elementos que compõem a literatura oral não são constantemente trabalhados nas escolas e, quando o são, ficam restritos à semana do folclore ou somente ao dia do folclore, fazendo com que a riqueza cultural oral seja reduzida a esse evento. Não que o folclore seja pequeno, mas associar a literatura oral somente a essa face, empobrece-a, esvazia e apequena seu valor perante a sociedade, de forma geral. Segundo Cascudo:

A literatura folclórica é totalmente popular, mas nem toda produção popular é folclórica. Afasta-a do folclore a contemporaneidade. [. . .] Natural é que uma produção que se popularizou seja folclórica quando se torne anônima, antiga, resistindo ao esquecimento e sempre citada num ou noutro meio denunciador da predileção ambiental. (CASCUDO 2006, p. 22-23)

A oralidade esconde-se por trás da escrita. Se ficar relegada somente ao folclore, perderá, em parte, seu brilho e continuará sendo vista como histórias para sorrir, “mentiras boas” de se ouvir, passatempo do dia, nunca como ensinamento de mundo, do nosso mundo.

A literatura oral constrói-se a partir das vivências do povo de uma determinada região, agregando conhecimentos do seu ambiente e conhecimentos externos trazidos por imigrantes. A mescla do povo no Brasil e suas variadas características contribuíram para uma formação vasta de nossa literatura oral. Para Cascudo:

A literatura oral brasileira se compõe dos elementos trazidos pelas três raças para a memória e uso do povo atual. Indígenas, portugueses e africanos

possuíam cantos, danças, estórias, lembranças guerreiras, mitos, cantigas de embalar, anedotas, poetas e cantores profissionais, uma já longa e espalhada admiração ao redor dos homens que sabiam falar e entoar. (CASCUDO, 2006, p. 28).

Em nossa pesquisa, com remanescentes quilombolas, pertencentes ao grupo dos africanos, como afirma Cascudo, constatou-se que um dos primeiros moradores constituiu união com uma índia Arara, pertencente ao grupo dos indígenas. Somam-se a isso os brancos que vieram povoar a região no ano de 1868 e temos a mistura de dos três tipos de etnias citados por Cascudo, que ainda afirma:

Não há povo que possua uma só cultura, entende-se por ela uma sobrevivência de conhecimentos gerais. [. . .] reunião de contos, fábulas, exemplos, brincadeiras, superstições alheias inteiramente ao cerimonial da tribo, além de lendas e contos etiológicos que pertencem ao mundo inteiro, adaptando-se às cores locais para efeitos divulgativos. (CASCUDO, 2006, p. 30).

Associado às três etnias citadas por Cascudo, temos as matas da região norte tocantinense, o rio Araguaia e a magia das águas, que tanto contribui para a formação de narrativas na região Amazônica. Como resultado desse conjunto dentro do imaginário popular. Temos contos maravilhosos como a “Lenda do Nego Velho”, “A onça que falou”, “A caixa do divino”, “As arraias que viram rodeiro”, histórias de bichos no rio. Para Busatto (2006, p. 58-59), “Elas (as histórias) nascem no coração e, poeticamente, circulando, se espalham por todos os sentidos, devaneando, gatiando, até chegar ao imaginário”. Assim ocorreu com o imaginário popular na Ilha de São Vicente e na cidade de Araguatins.

Durante as coletas, encontramos fontes riquíssimas de literatura oral, principalmente na representação das narrativas de causos e lendas. Espera-se que esses textos possam despertar o interesse do aluno por este tipo de literatura em sua região e, mais adiante, apaixonando-se, por que não a do Brasil, tão rica em suas fontes, explorada constantemente pela voz do povo, utilizada frequentemente no dia-dia com o contar para as crianças e, mesmo assim, marginalizada pela literatura das elites letradas, o que faz com que a mesma seja afastada da escola ou, como já citamos aqui, relegada e reduzida apenas ao folclore local.

Zumthor (2000, p. 55) diz que “[. . .] literatura é uma das manifestações culturais da existência do homem”, faz-se necessário que os alunos compreendam tal questão. É isso que este trabalho busca junto a eles.

2.5 Performance, recepção e a formação do leitor

A literatura cânone é repassada através dos tempos pela escrita; a letra e o papel alcançam e abarcam locais que dificilmente o autor possa alcançar e o principal, alcança

um espaço atemporal que certamente o corpo “físico” do autor jamais conseguiria ir. Assim, a escrita é o suporte para que o texto da literatura cânone não se perca. A literatura oral não tem esse suporte, não é escrita, necessita de autor/intérprete e presença, necessita de alguém que pronuncie que seja voz para um público presente. Que fale para os ouvidos atentos e que modifique o contexto. Marcuschi (2008, p. 62) diz que:

[. . .] falar é agir tanto sobre si, como sobre os outros e sobre o mundo. Falar não é apenas comunicar algo e sim produzir sentidos, produzir entidades, imagens, experiências e assim por diante.

Compreender a maneira como cada uma das duas literaturas se processa é tarefa laboriosa que cabe ao professor ensinar em sala de aula.

A maneira como o leitor do texto escrito e o ouvinte do texto oral recebe o texto claramente mostra diferenças entre os meios de recepção, mas, para Zumthor, as semelhanças são evidentes: “[. . .] o poema assim se ‘joga’: em cena (é a performance) ou no interior de um corpo e de um espírito (a leitura)” (ZUMTHOR 2000, p. 71). Assim, o meio de transmissão é diferente, mas a atuação do meio sobre o ouvinte/leitor é igual. Dessa forma, ainda segundo Zumthor (2000, p. 81), “[. . .] entre o consumo [. . .] de um texto poético escrito e de um texto transmitido oralmente, a diferença só reside na intensidade da presença”.

Entender este jogo entre autor de um texto e seu leitor ou narrador e um ouvinte é compreender o que Zumthor (1993, 2000 e 2010) expõe como *performance*. A palavra performance, em seu sentido literal, significa “*atuação, desempenho*”. É exatamente com essa noção que o autor trabalha em suas três obras aqui estudadas. Performar seria atuar diante de um texto oral ou escrito e é a este conceito que iremos nos ater agora.

A oralidade literária, principalmente no que diz respeito às narrativas, tem como peculiaridade ser anônima quanto ao seu autor. São histórias que são contadas há muitos anos, não podendo precisar onde, quando e quem as criou, entretanto, o ato de narrá-las nunca é anônimo. O público, reconhece sempre o narrador, pois está em contato com ele, tem-se a sua presença. Dessa forma, um discurso não tem autoridade própria ou de um criador não presente, possui a autoridade de quem o pronuncia, de quem o recria.

A voz do ser humano tem o papel da comunicação, portanto sua função é ser exposta para alguém. O professor necessita de alunos para ouvir seus ensinamentos, o cordelista de um público, o pregador de fieis. Assim, a performance exige a presença de alguém para receber a voz do intérprete, não há performance sem ouvinte. Para Zumthor (1993, p. 222), “A comunicação oral não pode ser monólogo puro: ela requer

imperiosamente um interlocutor, mesmo se reduzido a um papel silencioso. Eis por que o verbo poético exige o calor do contato”. Dessa forma, a performance nunca é anônima, necessitando de pelo menos duas pessoas para a realização do ato performático.

Nesse processo de narrar, recitar, proferir discurso, a performance realiza-se, mas ela não depende somente do narrador, chamado de “Intérprete”, segundo Zumthor (2010). Para esse autor, o ouvinte faz parte da performance e ocupa um papel tão importante quanto o do intérprete. Além de receptor, ele assume a postura de co-autor, uma vez que sua interpretação passa a ser primordial para a construção no texto, interferindo ativamente no instante da apreensão do conteúdo. O ouvinte contribui, portanto com o processo performático. Em consonância com o pensamento de Zumthor, Finnegan diz-nos:

Cada obra de literatura oral é realizada em sua performance e – ponto relevante aqui – diante de uma performance em particular. Cada obra é diretamente influenciada e, portanto, moldada pela audiência, tanto quanto pelo compositor. Os ouvintes podem até tomar parte direta na performance e, em geral, dar uma contribuição mais óbvia do que na literatura escrita. (FINNEGAN, 2006, p. 85).

Performar não exige somente falar, exige tato com a própria voz, domínio do seu próprio corpo para que se possa constituir o ato performático. Certamente, quem fala encena, mas nem sempre esse ato transmite o que se quer com a voz, pois o corpo pode dizer o contrário. Assim, segundo Zumthor (2000, p. 37), “[. . .] a performance de qualquer jeito, modifica o conhecimento. Ela não é simplesmente um meio de comunicação: comunicando, ela o marca”. Ao intérprete, exige-se “competência”, exige o “saber ser” (ZUMTHOR, 2000, p. 35). Isso quer dizer que existem regras para o ato performático:

As regras da performance – com efeito, regendo simultaneamente o tempo, o lugar, a finalidade da transmissão, a ação do locutor e, em ampla medida, a resposta do público – importam para a comunicação tanto ou ainda mais do que as regras textuais postas na obra na sequência das frases: destas, elas engendram o contexto real e determinam finalmente o alcance. (ZUMTHOR 2000, p. 35).

O ponto chave deste trabalho é a intervenção em sala de aula de forma que se possa modificar a forma como aluno vê a literatura, portanto, não nos cabe, aqui, agora, fazer uma análise performática dos narradores e das suas narrativas. Isso será feito após as oficinas de intervenção, quando será analisada a atuação dos narradores e dos alunos ouvintes. O que se pretende, aqui, é traçar métodos e teorias que possam levar o aluno a desenvolver sua leitura a partir do ato performático na exposição da literatura oral, levar o aluno a participar do processo e ser parte dele. Segundo Zumthor (2000, p. 55), “[. . .] a literatura é uma das manifestações culturais da existência do

homem”. Assim, levar o aluno a entender que ele vive a literatura, pois faz parte dela, é um dos objetivos deste trabalho.

O aluno precisa entender que é parte do processo literário, seja na literatura escrita, seja na oral. Na escrita, busca-se que ele não se veja como um receptor passivo das informações, que cabe a ele dialogar com o texto, formular suas interpretações e expandir o seu “horizonte de expectativas na leitura”, como nos apresenta Zilbermam em seu livro *Estética da Recepção e história da literatura*, publicado em 1989, quando cita a teoria de Jauss.

O horizonte de expectativas de Zumthor aparece, também, na performance oral. O ouvinte, ao participar, igualmente tem seus horizontes de expectativas e, a partir dele, pode-se formular teorias:

Com efeito, a função de uma poesia oral se manifesta em relação ao “horizonte de expectativa” dos ouvintes: aquém de qualquer julgamento racional, o texto responde a uma questão feita em mim. Às vezes, ele a explicita, mitificando-a, ou então a afasta, ou a ironiza; esta correlação permanece sempre como ponto de ancoragem em nossa afetividade profunda e nossos fantasmas, em nossas ideologias, nas pequenas lembranças diárias, ou até em nosso amor pelo jogo ou atração pelas facilidades de uma moda. (ZUMTHOR, 2010, p. 66).

Com isso, entende-se que o ouvinte não é parte pormenorizada em uma performance. Ele é componente dela, não pode ser relegado ao simples ato do ouvir, ele precisa ser participante ativo, pois faz parte do jogo teatral. A forma como ele recebe o texto oral é tão importante quanto o ato de narrar. O narrador, em grande parte, tirando as interrupções do ouvinte, profere a voz, mas sem os ouvidos do ouvinte, não há performance. Assim, precisa dos dois em jogo de reciprocidade. A performance consiste, logo, em um diálogo entre os participantes da ação, em que esses exercem papéis de mesma relevância, “[. . .] diálogo sem dominante nem dominado, livre troca” (ZUMTHOR, 1993, p. 222).

Assim, é possível estabelecer um paralelo entre o leitor do texto literário e o ouvinte da poesia oral. Aos dois cabem o papel de perceber o texto mais que com olhos e ouvido, pois o corpo sente o texto e o sentir do corpo é a performance em estado puro. Um leitor, quando lê um texto, espanta-se com a cena e chora a partir das provocações sentidas está em ato performático, tendo o mesmo valor de quem vê um narrador em ação e sente o mesmo com seus gestos no ato do narrar. O leitor e o ouvinte têm o dever de preencher os espaços vazios do texto oral e escrito. A única forma para isso é ser parte dele. Segundo o mesmo Zumthor:

O texto vibra; o leitor o estabiliza, integrando-o àquilo que é ele próprio. Então é ele que vibra, de corpo e alma. Não há algo que a linguagem tenha criado nem estrutura nem sistema completamente fechados; e as lacunas e os brancos

que aí necessariamente subsistem constituem um espaço de liberdade: ilusório pelo fato de que só pode ser ocupado por um instante, por mim, por você, leitores nômades por vocação. (ZUMTHOR, 2010, p. 53).

Depreende-se que a leitura necessite de envolvimento, pois leitura, não é algo individual, ao contrário, é dialógica e necessita ser sentida, assim, pelos alunos ouvintes e, claro, por professores de literatura em todos os níveis escolares.

A leitura pelo viés da performance, colocando o aluno, ouvinte ou leitor na cena performática, o trará à cena da criação literária e o fará perceber o que a educação atual tenta impingir, a diferença, a dualidade entre o texto oral e o escrito, pondo a escrita como superior à oralidade, o que certamente não é verdade, visto que a oralidade é tão rica ou mais que a escrita. Quanto a essa, a “disputa”, de certa forma é desnecessária, pois uma completa a outra. Zumthor (2000, p.69) diz-nos o seguinte: “entre o consumo [. . .] de um texto poético escrito e de um texto transmitido oralmente, a diferença só reside na intensidade da presença”.

Ainda neste pensamento, “[. . .] a única dessimetria entre esses dois modos de comunicação se deve ao fato de que a oralidade permite a recepção coletiva” (ZUMTHOR, 2000, p. 64), a escrita, por sua vez, é individual, solitária.

A escola criou a dicotomia. Cabe ao professor aproximar as duas e trabalhar suas nuances. Acrescenta-se a elas, o corpo, a carne, o jogo entre intérprete e ouvinte do texto literário, enfim, a performance.

3 ANÁLISE: DOS DADOS À INTERVENÇÃO

Neste capítulo, apresentamos o desenvolvimento da intervenção. Iniciamos, apresentando a turma na qual desenvolvemos o projeto. Adiante, apresentamos os dados quantitativos, através de gráficos, que reproduzem os resultados de um questionário respondido pela turma, junto a uma análise dos resultados do questionário. Por fim, apresentamos a descrição da intervenção realizada em sala de aula, desenvolvida através de oficinas.

3.1 Apresentação da turma

A pesquisa de intervenção foi desenvolvida no Colégio Estadual Osvaldo Franco, escola mais antiga do município, dentre as que ainda funcionam hoje. A turma escolhida para realização da intervenção foi uma de nono ano do Ensino Fundamental, composta por 34 alunos, sendo 22 meninas e 12 meninos. A escolha dessa turma deu-se pelo fato de uma aluna ser membro dos remanescentes quilombolas e, assim, entendemos que traria mais proximidade para o grupo de alunos em estudo.

Os alunos da turma moram todos na cidade de Araguatins, não possuindo ninguém da zona rural, que faça uso do transporte escolar, o que faz com que o comparecimento seja grande todos os dias. A turma apresenta dificuldades normais para alunos dessa idade, tendo eles entre 14 a 16 anos, mas nada que fuja aos padrões normais de uma sala de aula comum nas escolas públicas do Brasil.

Durante as conversas informais do dia-dia com a turma, verificamos que, entre os alunos da turma, temos alunos que leem muito durante o ano, chegando a ler 16 livros em um ano e alunos que afirmam ler somente o que o professor pede. Os que possuem mais contato com a leitura são filhos de professores ou de pais com nível superior, que acabam propiciando um contato maior com a leitura para filhos. No outro extremo, os que pouco leem vêm de família com baixa escolarização, o que reflete nos filhos, que acabam não tendo gosto pela leitura. Como toda regra tem exceção, existem os alunos que são filhos de pais humildes e têm gosto pela leitura, gosto esse desenvolvido a partir da amizade com colegas que leem; uma prova que o exemplo, de pais, amigos ou professores, pode levar os alunos a lerem.

As leituras realizadas pelos que leem na sala, em sua maioria, são textos contemporâneos, advindos da literatura contemporânea, que visa a vender muito e que pouco acrescentam ao conhecimento do aluno. Cabe ressaltar aqui, que este trabalho não busca criticar qualquer tipo de leitura feita pelos alunos, pois não existe leitura ruim; ruim seria não ler. O que queremos apresentar é que os alunos não possuem conhecimento com a literatura clássica, estando atentos apenas às produções de massa, fomentadas, hoje, pela divulgação das mídias.

A partir da pesquisa realizada, esperou-se desenvolver, com essa turma, um trabalho que levasse os alunos a entender seu mundo e que existe literatura fora dos livros, que pode ser prazerosa e fazer parte do mundo deles, como é o caso da literatura oral, para, a partir disso, adentrar nos demais tipos de literatura.

3.2 Primeiros Dados: Análise dos questionários

Como já foi apresentado anteriormente, pretende-se trabalhar a literatura, mais precisamente a literatura oral, em especial a do Quilombo, localizado na Ilha São Vicente. A partir de coletas orais, optamos por incluir também neste trabalho narrativas da cidade de Araguatins. Isso se deu devido à beleza e à poesia das narrativas coletadas na cidade. Tendo coletado alguns textos orais, partimos para a sondagem da turma quanto ao conhecimento, no que diz respeito à leitura, à narração de histórias, à literatura oral e ao conhecimento acerca da comunidade quilombola da Ilha São Vicente.

O questionário foi montado com um total de quinze questões a serem respondidas, nas quais dez apresentam escolhas objetivas e cinco subjetivas que permitiam responder de acordo com seu gosto em relação à pergunta.

Todos os alunos da turma colaboraram respondendo ao questionário e os resultados apresentados aparecem nos gráficos expostos a seguir, na mesma ordem em que as perguntas foram apresentadas aos alunos. Optamos por mostrar nos gráficos o quantitativo de alunos que optaram por cada item e não a porcentagem. Essa escolha deu-se por entender que isso proporciona uma leitura mais clara e precisa.

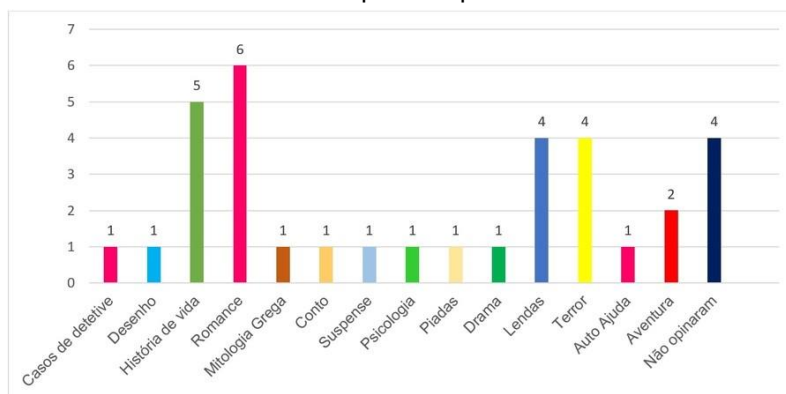


FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

A primeira pergunta evidencia claramente que a grande maioria da turma tem o gosto por ouvir histórias. Em uma sociedade voltada para as práticas de comunicação em meio virtual e pouco contato direto com narradores, o resultado chega a ser

expressivo e muito animador, pois mostra que os jovens da turma estudada possuem um gosto que possibilita o repasse das narrativas orais a gerações futuras.

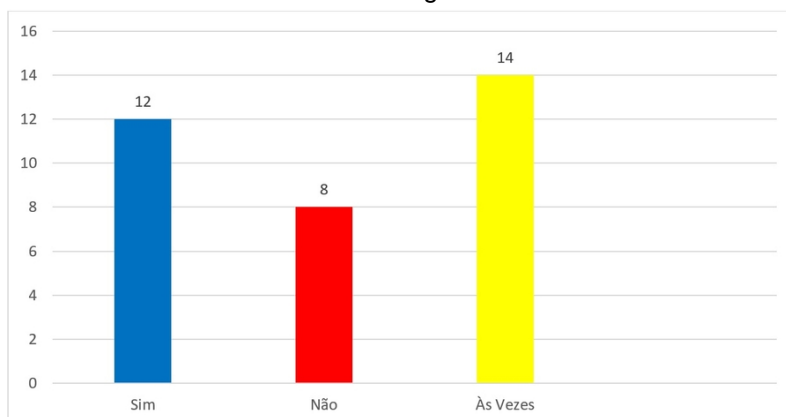
Gráfico 2 – Em caso positivo para a resposta anterior, qual sua preferência?



FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

As respostas obtidas com o questão dois evidencia-nos que os alunos possivelmente tenham contato com narrativas através do meio virtual, em canais de acesso a vídeo, pois as respostas encontradas remetem a temas que, em sua maioria, não se encontram no cotidiano como os citados: casos de detetive, desenho, mitologia grega, psicologia, auto-ajuda, drama, aventura. Pelos textos coletados e as conversas tidas com os alunos, o contato direto e pessoal com um narrador local dar-se-ia somente para os temas: história de vida, piadas, lendas e terror. Fica claro, também no resultado das questões, que a escola não é um dos ambientes onde os alunos têm contato com narrativas, o que mostra um distanciamento do aluno que outrora foi alfabetizado com a utilização de narrativas orais.

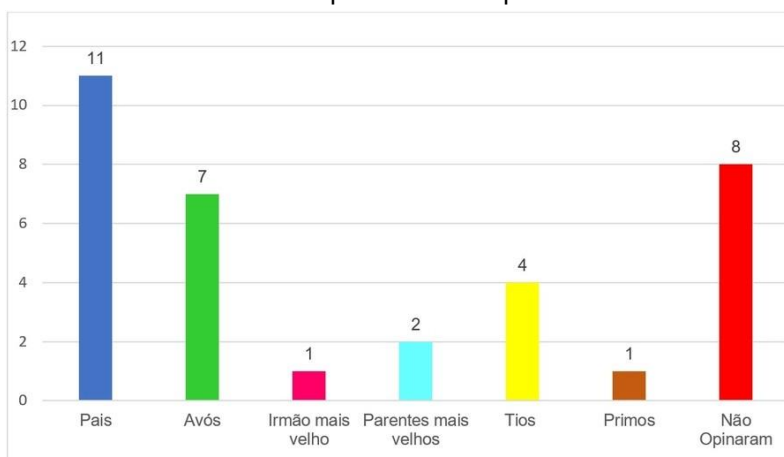
Gráfico 3 – Em casa você gosta de ouvir histórias?



FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

A quantidade de alunos que afirmam gostar de ouvir histórias é muito baixa, o que evidencia que, apesar de afirmarem no item 1 gostar de ouvir, não o fazem em casa, no seio familiar, um dos principais meios de contato com narrativas orais, devido à proximidade e ao contato imensamente oral. O elevado número da opção “Às vezes” e a conversa em sala com a turma mostraram que os alunos param para ouvir somente quando é do interesse deles, raramente dando atenção ao interesse do narrador em relatar um fato.

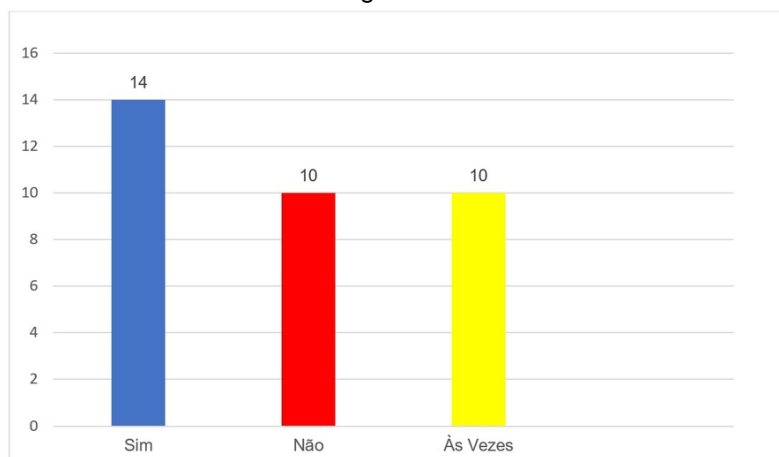
Gráfico 4 – Em caso positivo para a resposta anterior, quem às conta para você?



FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

Quando questionados quem conta as histórias que ouvem dentro de suas casas, evidencia-se que o contato com pais, avós e tios ainda é o de maior valor e relevância. Não é possível afirmar que seja por gosto, uma vez que, pela idade dos alunos, é normal parar e ouvir os mais velhos, muitas vezes por obediência, nem sempre por vontade própria.

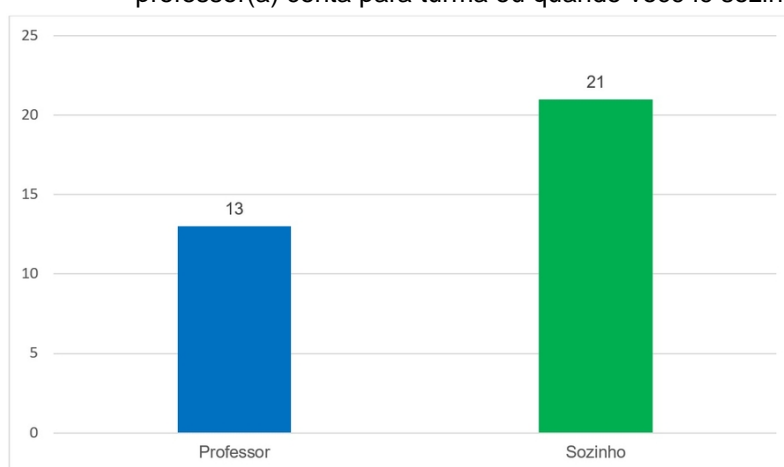
Gráfico 5 – Você gosta de contar histórias?



FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

Jovens, em sua maioria gostam de falar, não importando o lugar e nem o assunto. Há uma necessidade de repassar o que foi ouvido e, neste mundo da virtualização da informação e do acesso rápido, repassar nem sempre é algo benéfico. Pelos temas diversos apresentados na questão 2, possivelmente os jovens analisados devem gostar de narrar temas parecidos, o que acaba por afastar o jovem ouvinte do fato de ser um narrador de relatos ouvidos, relatos estes, que evidenciam a memória de sua família e de sua sociedade.

Gráfico 6 – Você acha que entende melhor as histórias quando um(a) professor(a) conta para turma ou quando você lê sozinho?



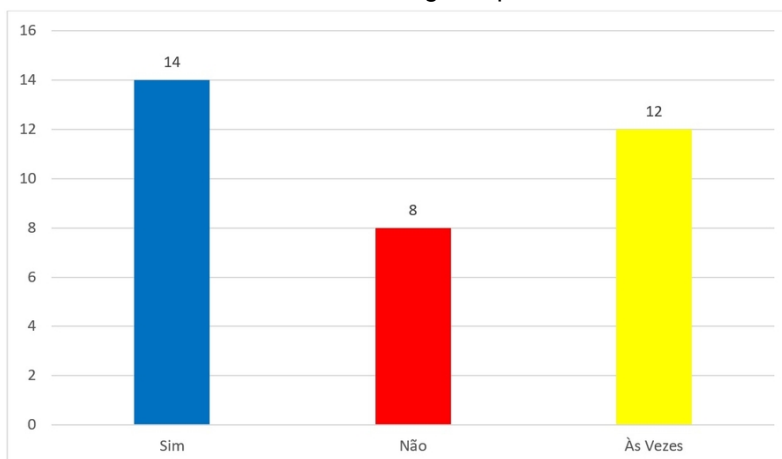
FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

O elevado índice de alunos que preferem ler sozinhos a ouvir um professor, evidencia um problema para a escola e principalmente para o professor, uma vez que ele deveria ser o mediador para a melhor compreensão do texto estudado. Segundo Busatto (2006), para o professor despertar o interesse de seus alunos, é necessário que ele demonstre que também está interessado, encantado pelo que está lendo, conhecedor do que procura transmitir. A falta dessa vontade junto aos alunos dificultará o trabalho e a relação entre professor (narrador) e aluno (ouvinte). A falta de atenção resultará em desinteresse.

O ouvinte espectador espera, exige, que o que vê lhe ensine algo mais do que simplesmente o que ele vê, revele-lhe uma parte escondida desse homem, das palavras, do mundo. Essa voz não é mais a mera voz que pronuncia: ela configura o inacessível; e cada uma de suas inflexões, de suas variações de tonalidade, de timbre, altura. (ZUMTHOR, 1993, p. 229).

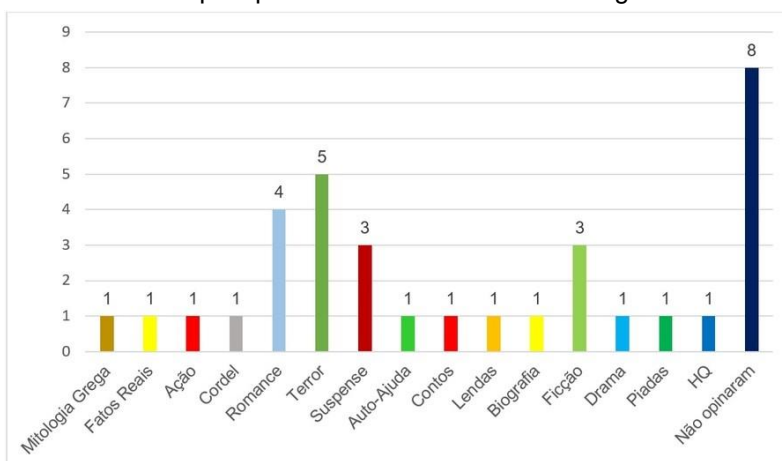
Não tendo o aluno o intérprete esperado, há o desencanto e a escolha por ler sozinho.

Gráfico 7 – Você tem gosto por Leituras?



FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

Gráfico 8 – Em caso positivo para a resposta anterior, que tipos de textos e/ou livros você gosta de ler?



FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

Apenas oito alunos demonstraram não ter gosto algum por leituras. A questão 7 evidencia que a turma não vive a inércia da leitura, existe um contato. No entanto, a questão oito mostra-nos, pelos mais variados tipos de gêneros informados, que os alunos não estão em contato com os livros clássicos que são abordados na escola. Ressaltamos que este trabalho não busca questionar esse tipo de leitura, pois entendemos que “ruim” seria não ler coisa alguma. O que o professor precisa é apropriar-se dos diversos tipos de leitura que o aluno está fazendo e trabalhar isso em sala de aula. Segundo Zappone:

Conhecer as práticas de letramento literário, presentes na escola bem como as práticas de letramento literários presentes em outros âmbitos sociais podem contribuir para que se possa pensar nas relações entre essas duas esferas, escola e vida social, fazendo-as convergir para a formação de indivíduos com

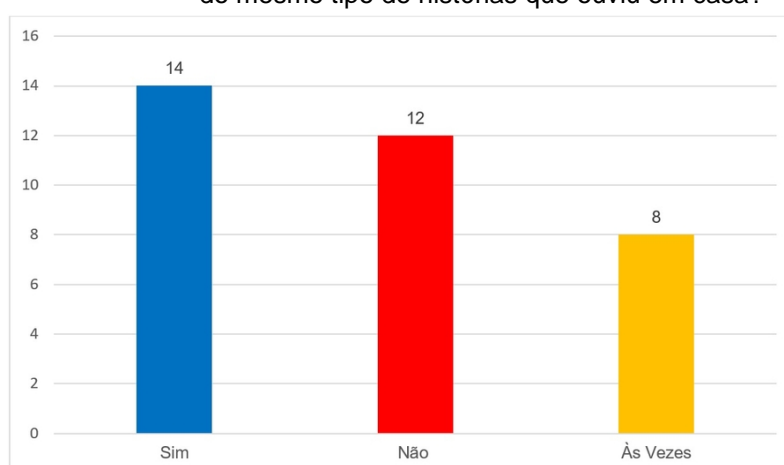
graus de letramento e de letramento literário cada vez maiores. (ZAPPONE, 2008, p. 54).

Entendendo o ambiente do aluno e compreendendo que o letramento se dá em ambientes e formas específicas, pertinentes às características de cada aluno, terá o professor um caminho para levar o aluno de livros da atualidade a clássicos de literatura, que é o que se pede na escola. Fazendo isso, estará o professor trabalhando com uma variedade de textos e estilos diferentes, como defende Cosson:

A mais popular das direções seguidas parece ser aquela que defende a pluralidade e a diversidade de autores, obras, gêneros na seleção de textos. Ela está apoiada nas recomendações dos textos oficiais sobre o ensino da área de linguagem e nas teorias de leitura como a habilidade a ser construída pelo trânsito intenso de textos diferenciados em sua configuração discursiva. (COSSON, 2007, p. 33).

A pluralidade apresentada por Cosson (2007) já se faz presente nos variados tipos de textos expostos pelos alunos, cabe ao professor saber aproveitar isso.

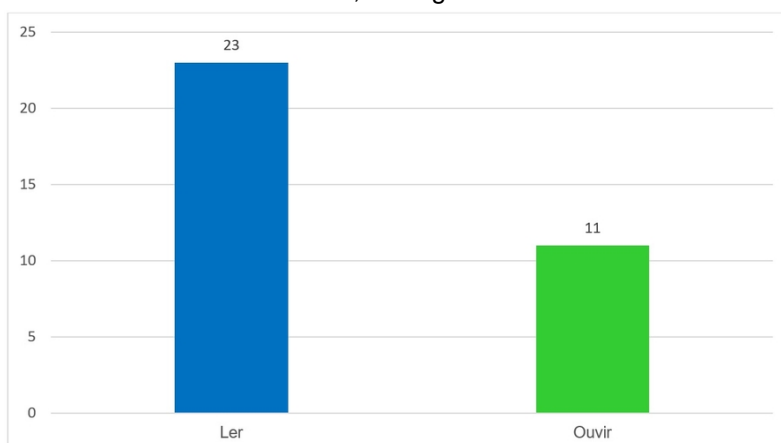
Gráfico 9 – Você já se interessou em ler livros com temas (assuntos) do mesmo tipo de histórias que ouviu em casa?



FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

Apesar de a questão oito mostrar-nos que a turma lê, percebe-se com a questão seguinte que os alunos nem sempre buscam textos que remetem a algum tipo de narrativa ou conhecimento adquirido em casa, o que deixa em aberto um campo de pesquisa e questionamentos que podem ser trabalhados pelo professor. Se o aluno tem gosto por ler o que é atual, como ficou evidenciado em seus temas de livros, trabalhar com a questão local, familiar, pode ser um caminho para o desenvolvimento da leitura. Textos da região onde moram podem servir de base para este trabalho de letramento cultural.

Gráfico 10 – Fora da escola, você gosta de ler ou ouvir histórias?



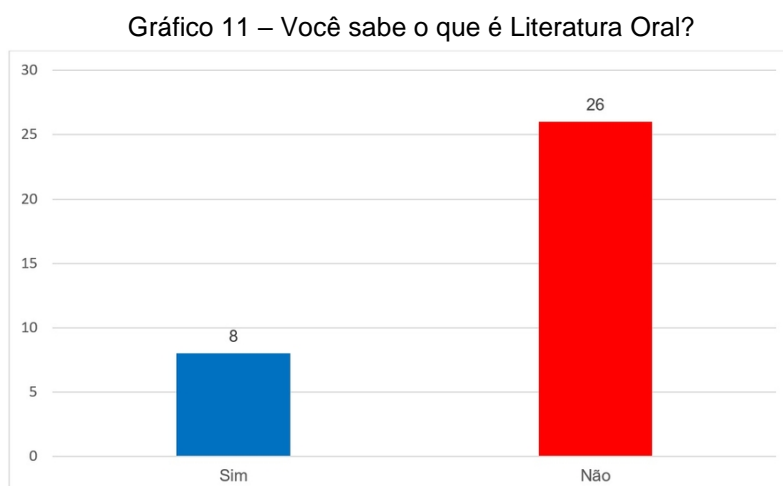
FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

A questão apresenta como resultado dados que informam que os alunos preferem ler a ouvir histórias em casa. O resultado entra em conflito com os apresentados na questão 1 e 3 pois, nas questões anteriores, a resposta evidenciava um maior gosto pelo ouvir e não pelo ler. Essa discordância talvez seja por não entendimento do questionário ou para evidenciar ao professor que gostam de ler, infelizmente, esse julgamento fica no campo das interpretações e não podemos ter uma clareza para o fato de responderem a questão 10 dessa maneira.

O que podemos afirmar é que, certamente, todos ouvem algum tipo de narrativa. Talvez não se atentem a isso, mas ouvir faz parte da vida do ser humano enquanto está em contato com o outro. E, tendo uma grande parte que afirma ler, certamente, a turma está em contato constante com algum tipo de literatura, oral ou erudita. Concorde-se, assim, com Candido:

A literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. (CANDIDO, 2011, p. 176).

Nesse contato, a literatura pertence ao homem, assim como homem pertence a ela.



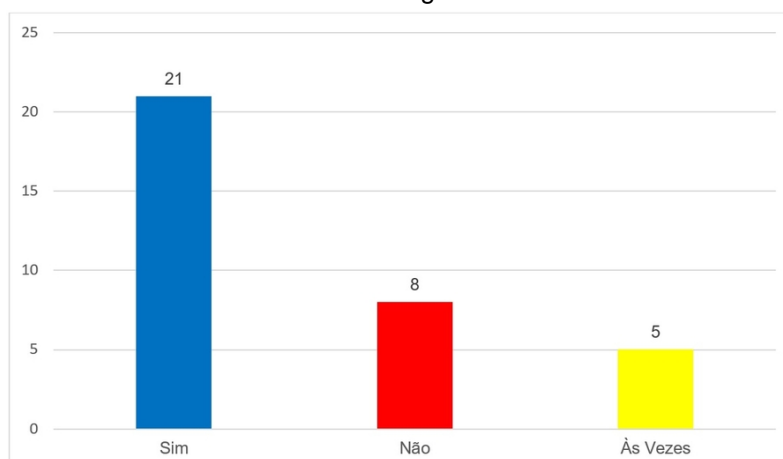
FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

A literatura oral é a primeira a ser apresentada às crianças, ainda pequenas. Muitas vezes, ainda dentro da barriga, cria-se o hábito do contar história. É a mais próxima e a mais afastada de nós, devido à oralidade na escola ser relegada, jogada de lado, enquanto busca-se a perfeição clássica na escrita. Certamente, os alunos tiveram e têm contato com a literatura oral. Todos eles, assim como pesquisador Câmara Cascudo, tiveram e têm um contato sem saber do valor que ela possui:

Todos sabiam contar histórias. Contavam à noite, devagar, com gestos de evocação e lindos desenhos mímicos com as mãos. [. . .] Não tinha conhecimento anterior para estabelecer confronto nem subalternizar uma das atividades em serviço da outra. Era o primeiro leite alimentar da minha literatura. Cantei, dancei, vivi como todos os outros meninos sertanejos do meu tempo e vizinhanças, sem saber da existência de outro canto, outra dança, outra vida. (CASCUDO, 2006, p. 14)

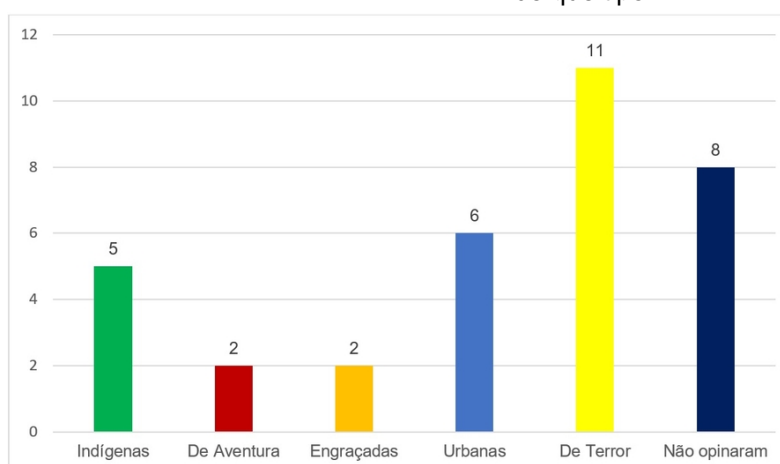
A falta de conhecimento da nomenclatura, mesmo tendo o contato, possivelmente foi o motivo para 26 alunos declararem não conhecer o que é literatura oral.

Gráfico 12 – Você gosta de lendas?



FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

Gráfico 13 – Em caso Positivo para a resposta anterior, de que tipo?



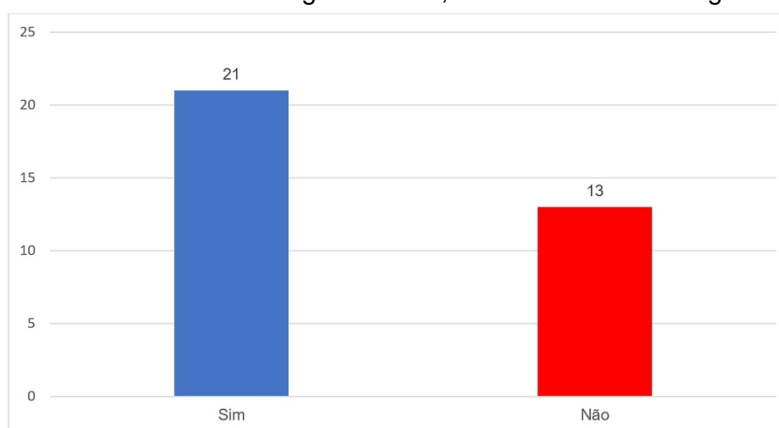
FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

O termo “lendas”, dentro de um grupo de jovens, mesmo que não saibam que elas pertençam a um extenso campo, o da literatura oral, certamente mexe com o imaginário de todos. Talvez isso explique boa parte da turma ter dado resposta afirmativa a pergunta número 12. Lendas, um dos gêneros de narrativas orais, são produções carregadas de mistério e isso, para um grupo de alunos com média de 15 anos, é um campo atrativo. Observa-se que, nos temas apresentados na questão 13, os alunos têm gosto por temáticas que, em sua grande maioria, atraem a juventude, como urbanas e terror. Textos orais ligados à região foram apresentados somente por seis alunos, quando citaram lendas indígenas. No entanto, o fato de atraírem-se por lendas mais voltadas à idade e não à localidade, não diminui o valor do que é praticado pelos alunos. Para Busatto:

As histórias, oriundas da tradição ou da contemporaneidade, sempre serão bem vindas, como são bem-vindos os contadores, sejam aqueles que narram contos da tradição, sejam aqueles que narram autores contemporâneos. Há espaço para todos: os que entendem as histórias como alimento para o espírito; os que vêem nas histórias uma forma de distração; aqueles que narram cantando e aqueles que narram dançando; velhos e moços; letrados e iletrados. Os contos estão aí, à espera de uma voz para torná-los matéria viva, significativa e transformadora. O que fica de tudo isso é o reconhecimento do saudável hábito de contar histórias. (BUSATTO, 2006, p. 127-128).

O gosto pelo ouvir é o primeiro passo para apropriar-se e repassar as narrativas, uma vez que eles dizem já ter gosto pela audição.

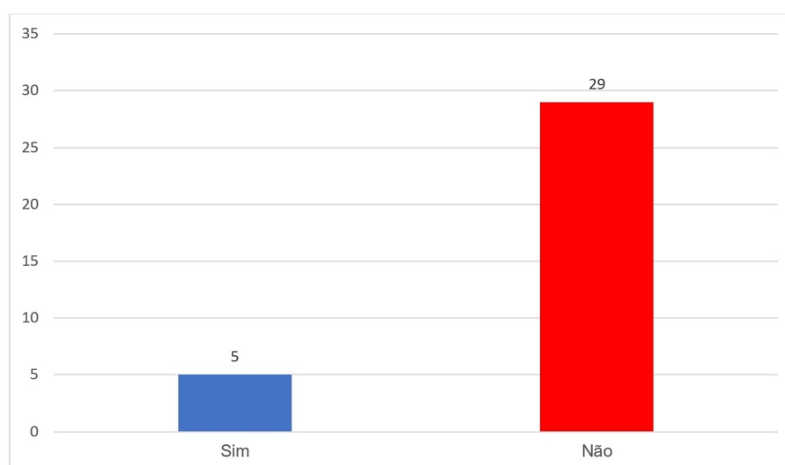
Gráfico 14 – Conhece alguma lenda, mito ou causo de Araguatins?



FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

Apesar de a maioria da turma dizer conhecer algum tipo de narrativa local, o quantitativo de 13 estudantes que desconhecem, em turma com alunos com média de 15 anos, causa certo estranhamento, principalmente por serem alunos nascidos em Araguatins ou que residem na cidade há um bom tempo. Isso pode ocorrer por falta de contato com esse tipo de texto ou por não estarem absorvendo as narrativas ouvidas. Como os jovens são os futuros narradores e transmissores da literatura oral de uma comunidade, o número, mesmo que abaixo dos que garantem conhecer, é motivo de preocupação e este trabalho busca diminuir ou eliminar este problema.

Gráfico 15 – Você conhece a história da comunidade quilombola Ilha de São Vicente?



FONTE: Questionários aplicados em sala de aula

Como já citamos neste trabalho, a história da Família Barros, remanescentes quilombolas, que habitam a Ilha São Vicente, está diretamente ligada à história de Araguatins, mas observou-se que a grande maioria da turma desconhece a história da Ilha de São Vicente. Como trabalhar com literatura oral envolve a memória e o estudo de literatura alia-se com a história, o trabalho a ser desenvolvido aparece como possibilidade para inserção da história da ilha e da cidade de Araguatins na vida dos alunos, levando-os a conhecer a memória e a identidade local.

Diante do exposto nos gráficos, verifica-se a possibilidade de trabalhar com a oralidade para compreender a literatura, e, por que não, o mundo no qual o aluno se insere, abarcando, com isso, as normas dos PCNs (1998) que orientam trabalhar com a oralidade em sala de aula.

O tratamento do texto literário oral ou escrito envolve o exercício de reconhecimento de singularidades e propriedades que matizam um tipo particular de uso da linguagem. É possível afastar uma série de equívocos que costumam estar presentes na escola em relação aos textos literários, ou seja, tomá-los como pretexto para o tratamento de questões outras (valores morais, tópicos gramaticais) que não aquelas que contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as sutilezas, as particularidades, os sentidos, a extensão e a profundidade das construções literárias. (BRASIL, 1998, p. 27).

Observa-se que os PCN buscam trabalhar a oralidade não como maneira de distingui-la da escrita, mas sim como forma de criação artística e estética. Associa-se a isso à capacidade da oralidade em ser memória e valorização de um povo, objetivos deste trabalho.

Para tanto, organizamos Oficinas de Literatura oral, estruturadas conforme o padrão de Cosson (2016) e Kleiman (2012), deixando claro que as oficinas por eles

elaboradas, para a leitura do texto escrito, foram organizadas para o texto oral, sendo observadas ideias de Paul Zumthor (2000), presentes em seu livro, *Performance, Recepção e Leitura*. Busca-se, com isso, mais que fazer ouvir, levar o aluno a ser parte do jogo teatral da literatura oral, colocando-o como peça chave neste trabalho, para que, assim, ele possa compreender que oralidade vai além do simples fato de ouvir.

3.3 Intervenção: Procedimentos metodológicos

Como já citado, a pesquisa foi realizada em uma turma de nono ano, composta por 34 alunos, sendo 22 homens e 12 mulheres. Alunos com idades entre 14 e 16, tendo a turma uma média de 15 anos. Entre os alunos da turma há uma aluna remanescente quilombola e uma aluna descendente de Vicente Bernardino, fundador da cidade.

Tendo em vista que os gráficos da pesquisa com os alunos já foram apresentados, a intervenção em sala de aula foi realizada para que se pudesse sanar, ou, pelo menos, tentar resolver os problemas que dizem respeito ao conhecimento e ao uso da literatura oral em sala de aula, bem como as questões que envolvem a memória e a história da comunidade quilombola ilha de São Vicente.

O universo da pesquisa abrangeu, além da turma, espaços da escola como sala de aula, laboratório de informática, colegas professores que contribuíram e auxiliaram na realização da pesquisa, cedendo suas aulas, possibilitando trabalhar com até cinco aulas, ou todo o turno da manhã somente com turma abordada, e, quando necessário, membros da comunidade Araguatinense e quilombola.

Em todos os momentos, os alunos foram estimulados a participar. Todavia, houve oportunidades em alguns não quiseram participar das atividades propostas, situação corriqueira, que costuma acontecer em sala de aula. Contudo, esses momentos não atrapalharam o andamento das oficinas, que puderam seguir até o final sem gerar prejuízos.

As oficinas foram realizadas conforme se expõe a seguir.

OFICINA I

A oficina I foi realizada em dois dias. No primeiro dia, foi exposto aos alunos que seria realizado com eles oficinas para trabalhar Literatura, Literatura Oral e a história do quilombo Ilha de São Vicente. Buscando despertar a curiosidade dos alunos, não foi apresentado a eles o plano a ser seguido com todas as ações, pelo contrário foi dito apenas que cada dia aprenderiam algo novo e que sempre esperassem por mais conhecimento. Para isso, partimos de dois questionamentos:

- Os livros que vocês leem os autores são tocantinenses ou da Região Norte?

- Que narrativas, como lendas ou mitos que vocês conhecem são de nossa cidade ou estado?

Não lhes foi explicado o porquê dos questionamentos, apenas foi pedido aos alunos que fizessem uma pesquisa em casa e trouxessem as respostas no dia seguinte.

O segundo dia da oficina I foi realizado em cinco aulas, compartilhando as respostas dos questionamentos apresentados no dia anterior.

Todos os alunos presentes na sala, 32 nesse dia, confidenciaram que nunca haviam lido e também não conheciam livros de algum autor tocantinense ou da Região Norte, fato que não causou estranheza, pois, infelizmente, obras do estado ou da região não são divulgadas nas escolas da cidade de Araguatins. No que dizia respeito às narrativas de nossa cidade ou estado, oito alunos citaram uma história local de uma senhora conhecida como “Maria Bôta”; um misto de ficção com real, pois a mulher a quem se refere essa história ainda se encontra viva, aos 90 anos, sem boa consciência, o que não permite averiguar com ela a história e os parentes não gostam de falar a respeito.

Observando o que de fato já era esperado, partimos para uma discussão a respeito da falta de materiais da literatura do estado e da região norte para serem trabalhados. Após breve discussão, apresentamos três obras literárias, duas tocantinenses: *O Quati*, de Fidêncio Bogo, e *Gente do Interior*, de Dourival Santiago. De autores da região norte, apresentamos *Contos Amazônicos*, do paraense de Inglês de Sousa. Dos três livros citados, apenas o de Fidêncio Bogo tem cópia na biblioteca, mas há somente um exemplar, o que inviabiliza o empréstimo.

Após a apresentação das obras citadas, os alunos puderam manusear, folhear os livros, senti-los entre suas mãos. A seguir, foram repassadas à turma cópias de três contos, um de cada livro. Eram contos pequenos, para que pudessem ser lidos durante o período da aula. Fizemos, então, uma leitura coletiva, em voz alta, sempre seguida de discussão.

Os alunos demonstraram grande interesse pelas três histórias lidas: *Nois Mudemos*, de Fidêncio Bogo, *O caipira na Capital*, de Dourival Santiago e *A quadrilha de Jacó Patacho*, de Inglês de Sousa.

Após as leituras, várias intervenções foram feitas, questionamentos como: por que não lemos esses textos? Por que não comprem para nossa biblioteca? Outros diziam ter gostado, porque falavam da nossa região. Houve quem falasse que o caipira na capital se parecia com seus parentes, alguns identificaram-se com o menino do conto *Nois Mudemos* e todos ficaram revoltados com *A quadrilha de Jacó Patacho*.

Esse momento foi importante, pois o aluno precisa conhecer a literatura local, e isso não significa afastar-se de outros textos, mas, sim, fazer uma soma de textos a

serem lidos pois:

A literatura deve, portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo o único – de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos. (COMPAGNON, 2012, p. 60).

A literatura deve ser apresentada aos alunos o quanto antes na escola. Ter acesso a uma literatura que trabalhe com temas da região onde vivem pode servir como um elo entre texto e leitor, aproximando o aluno do que é literário, em uma busca de um ensino mais prazeroso e menos obrigatório e o quanto antes essa apresentação for feita na escola, melhor para os alunos. Pois, como nos diz Compagnon:

O espaço da literatura tornou-se mais escasso em nossa sociedade há uma geração: na escola, onde os textos didáticos a corroem, ou já a devoraram; na imprensa, que atravessa também ela uma crise, funesta talvez, e onde as páginas literárias se estiolam; nos lazeres, onde a aceleração digital fragmenta o tempo disponível para os livros. Tanto que a transição entre a leitura infantil – que não se porta mal, com uma literatura para a juventude mais atraente que antes – e a leitura adolescente, julgada entediante porque requer longos momentos de solidão imóvel, não mais está assegurada. (COMPAGNON, 2012, p. 25).

Apesar de este trabalho falar de literatura oral, a turma encontra-se fortemente presa a uma cultura escrita. Por isso, para aproximar os alunos da literatura de sua região, optou-se por começar com a literatura escrita na tentativa de prender a atenção dos mesmos e encaminhá-los à literatura oral de sua região.

Após grande discussão a respeito dos textos impressos lidos, passamos à segunda parte da aula, para discutir brevemente a respeito das narrativas orais, como lendas, contos e causos da região onde residem.

Foi feita uma abordagem básica a respeito de nossas narrativas, apenas citando temas já pesquisados na cidade, uma tentativa de despertar curiosidade, mostrando a eles que elas existem em nossa região. Para aguçar mais ainda a curiosidade, foram lidas duas narrativas retiradas da dissertação de Maria do Socorro de Jesus Oliveira, que pesquisou textos orais na região do Bico do Papagaio, no ano de 2013, momento esse muito prazeroso, que despertou a curiosidade dos alunos para narrativas de nossa região.

Após a discussão a respeito de narrativas orais da região, preparamos os alunos para o dia seguinte. Visto que este trabalho visa a discutir oralidade e ela caminha ao lado da performance, foi dado um espaço para que os alunos entrassem no jogo e esse foi o próximo passo. Pedimos aos alunos que trouxessem um objeto de suas casas,

algo de grande valor e que eles pudessem contar as histórias de como esses objetos chegaram em suas casas.

OFICINA II

Como preparação dos alunos para o momento de contar as histórias de seus objetos, iniciamos a aula com o Cordel de Bráulio Bessa, Um Coração Nordestino. Inicialmente, todos receberam o texto impresso e fizeram uma leitura silenciosa; em seguida, pedimos aos alunos que grifassem tudo que eles conheciam do poema e falamos a respeito dos termos grifados. Como o texto fala de coisas simples da vida, como siriguela, bêbados na rua, lençol em varal e carroças, foi o momento para mostrar que poesia e oralidade também se fazem das coisas simples da vida e não somente de textos bastante elaborados e “coisas difíceis”, como eles mesmo dizem.

Após a leitura do texto, todos guardaram os papéis e ouviram o áudio do poeta declamando. Após a audição, alguns relataram gostar mais do ouvir. No entanto, a maioria disse preferir a leitura. Segundo eles, entendiam mais, comprovando, assim, que ainda estão presos à escrita.

Em um último momento, para análise do poema, os alunos puderam assistir a um vídeo de Bráulio Bessa, acompanhado de uma orquestra de sanfoneiros. Nessa hora, todos disseram gostar mais de assistir ao poeta, pois tinha músicas e tinha “os gestos dele”, como disse uma aluna. Essa foi a hora de inserir a questão da performance no ato de falar, da oralidade. O que os alunos observaram, Fernandes diz-nos da seguinte maneira:

A performance é, então, um momento de fascínio, articulada pela mistura de códigos e diversidade linguística, envolvendo não somente pela fala, mas também pela maneira como é transmitido. O olhar, o silêncio, o franzir da testa, as mãos, o riso, objetos próximos, sons guturais, a fala. A cabeça, tronco e membros. O corpo é um turbilhão de mensagens, que ressoa códigos impraticáveis na escrita. (FERNANDES, 2002, p. 28).

Todos os elementos abordados por Fernandes puderam ser observados pelos alunos no vídeo de Bráulio Bessa, percebendo que, para o entendimento pleno, observar o corpo é fundamental, pois o corpo, também fala.

Assim, o texto de Bráulio Bessa possibilitou aos alunos, ainda, entender que o ato de narrar, declamar ou simplesmente contar, envolve o falar, o ouvir, o ver e que quem conta ou declama, também usa o corpo para isso.

Com os três momentos trabalhados com o poema, tentou-se mostrar aos alunos que as “coisas simples da vida” têm valor, que a poesia nos cerca através de um papel escrito ou da própria voz. Dessa forma, buscou-se mostrar o valor da simplicidade em

todos os objetos que eles trouxeram de casa para apresentar, mesmo que para eles fossem simples, tinham muito valor.

Adiante, seguiu-se para o momento dos alunos narrarem as histórias de seus objetos. Naquele momento, o objetivo era despertar no aluno um traço narrativo próprio ao falar de um objeto familiar ou pessoal. Para Bosi (1994, 441), esses objetos são

[. . .] biográficos pois envelhecem com seu possuidor e se incorpora a sua vida: o relógio da família, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa mundi do viajante. Cada um dos objetos representa uma experiência vivida.

Foi um momento riquíssimo. Tivemos uma aluna chorando, ao apresentar uma caneca, presente de sua avó, falecida um ano após lhe presentear e única lembrança material que ainda guarda de sua avó. Conhecemos um lampião de querosene, relíquia da avó de outra aluna. Um dominó de ossos de baleia foi apresentado por um aluno, que relatou que o objeto está na família desde seu tataravô. Álbuns de figurinhas preenchidos por um pai em 95, chapéu doado pelo avô há 11 anos e bem guardado até hoje, chicote de couro, joias de família, álbuns de infância.

Dos 34 alunos presentes, somente 20 apresentaram, mas foi um momento riquíssimo para que os alunos pudessem reconhecer em si a capacidade de contar de si e do outro, assim como ouvir também.

Destaco, aqui, que uma aluna, tataraneta do fundador da cidade, apresentou um livro produzido por seu tio bisavô e uma aluna remanescente quilombola apresentou uma joia familiar. Esse momento evidenciou que, em sala, temos tanto descendentes dos Barros, primeiros moradores, como descendentes de Bernardino, fundador da cidade.

Enquanto os alunos falavam, os que ouviam tinha em suas mesas uma ficha com o nome deles, para que observassem a postura do falar de cada um. Essa atividade tinha como objetivo aprimorar a capacidade de analisar a postura de cada um ao falar, de observarem suas performances. Com olhares e ouvidos atentos, para os ouvintes, era impossível negar que cada um tinha uma postura ao proferir sua voz, não era possível negar-se a ver pois, “A performance passada escapa, irremediavelmente, à nossa observação”. (ZUMTHOR, 1993, p. 220).

A oficina do dia foi finalizada com uma abordagem a respeito da performance dos alunos, foi aberto um espaço para que eles pudessem relatar suas observações a respeito da performance de cada um e foi evidenciado pela turma que o corpo faz parte da narração e isso era pessoal. Destacou-se, ainda, a importância de reconhecer o valor dos objetos de família e as histórias que cada um carrega.

OFICINA III

Oficina destinada a uma aula teórica. Nela expusemos aos alunos o conceito de literatura, abordando de início a escrita, com a qual eles têm mais contato e, depois, a oral. Para esse momento, fizemos uso de aparelho de mídia (data show).

Discutimos a literatura mais erudita, apresentando alguns textos clássicos brasileiros. O momento serviu para fazer uma separação entre oral e escrito. Em seguida, partimos para os estilos que compõem a literatura oral.

Fizemos, durante a exposição dos tipos de literatura oral, bastante uso da internet, na medida em que, a cada gênero apresentado, como lenda, mitos, parlendas, provérbios, buscávamos na internet e projetávamos na tela. Fizemos isso para que os alunos observassem que meios digitais como *Google* e *Youtube*, se bem utilizados, são riquíssimos para seus estudos, inclusive de literatura.

Quando abordamos os contos de tradição oral, os alunos receberam uma história da *Chapeuzinho Vermelho*, retirada do Livro *O grande massacre dos gatos*, de Robert Darnton. Os alunos tomaram um susto ao ver o texto em sua origem. O texto foi apresentado para que tomassem ciência de que muitos dos contos infantis que leem hoje, um dia, foram apenas orais, sendo, em algum momento da história, coletados por algum escritor.

Ao final da aula, após abordados os gêneros que compõem a literatura oral, os alunos puderam perceber que ela não se faz apenas de lendas, como alguns julgavam. Esse desconhecimento não ocorre somente com os alunos. Possivelmente, inúmeras pessoas têm esse contato com vários tipos de literatura oral e não a valorizam, não entendem sua função. O teórico Câmara Cascudo também passou por isso e afirmou:

Os contos tinham divisões, gêneros, espécies, tipos, iam às adivinhações, aos trava línguas, mnemonias, parlendas. Ia eu ouvindo e aprendendo, não tinha conhecimento anterior para estabelecer confronto e nem subalternizar uma das atividades em serviço da outra. Era o primeiro leite alimentar da minha literatura. (CASCUDO, 2006, p. 14).

Compreendendo os diversos tipos de literatura oral e em que meios se manifestam, os alunos puderam observar que eles são parte ativa desse processo de produção e recepção oral constantemente, mesmo que não percebam, pois estão sempre em contato com algum tipo de narrativa.

Dessa forma, a oficina do dia foi encerrada com a certeza de ter cumprido o objetivo de levar os alunos a compreenderem o que é Literatura e Literatura oral, além de entender como a última se manifesta.

OFICINA IV

Nesse dia, paramos apenas para ver vídeos e ouvir narrativas de nosso imaginário, visto que os alunos já haviam estudado o que era literatura e literatura oral

e seus vários tipos. Utilizamos a audição e a visão para perceber a performance narrativa de alguns narradores através dos seguintes textos:

- *A onça e o bode* (contado por Augusto pessoa), disponível no *Youtube*;
- *Festa no Céu* (contado por Augusto Pessoa), disponível no *Youtube*;
- *Vídeo Contos Populares* (contado por Ruth Guimarães) disponível no *youtube*;
- Textos escritos coletados por Henriqueta Lisboa, presentes no livro *Literatura oral para infância e a juventude: O Sapo Encantado, O jabuti e a onça, O jabuti e o veado*.

Esse foi um momento para que os alunos pudessem se entreter vendo e ouvindo as narrativas expostas em vídeo e, depois, lendo os textos do livro de Henriqueta Lisboa que foram coletados, um dia, em sua primazia oral.

Depois de assistir e fazer as leituras, pudemos discutir a maneira gestual e facial do narrador Augusto Pessoa nos vídeos do *Youtube*; percebendo como o corpo fazia parte do ato de contar, como isso era parte importante para o momento de narrar histórias. A partir daí, traçamos um paralelo entre a diferença do ouvir e ver alguém narrando e apenas ler. Embora todos os alunos tenham dito chamar mais atenção ver alguém narrando uma história e utilizando o gestual, dez alunos, dos 30 presentes no dia, ainda disseram preferir ler do que ouvir alguém contando, pois, segundo eles, concentram-se mais.

Após o momento de análise do gestual do narrar, partimos para análise e interpretação dos textos orais e escritos abordados, dos ensinamentos apresentados por eles. Aqui, pudemos mostrar aos alunos que as narrativas têm sim o fator da diversão, de entreter, mas que todas elas apresentam um fundo moral, um ensinamento em suas construções textuais, mas para ter esse conhecimento, é preciso interpretar o texto; como nos diz Cosson: “O texto literário é objeto de diferentes interpretações ou modos de leitura” (COSSON, 2011, p.3). Uma boa interpretação leva o aluno ao conhecimento; saber esse que está em consonância com o que diz Busatto (2013, p 22): “[. . .] as histórias são verdadeiras fontes de sabedoria, que têm papel formador da identidade”.

Os alunos compararam os textos às fábulas, principalmente por apresentarem animais e, segundo eles, uma moral da história. Com essa associação, ficou evidente que o objetivo do dia foi atingido, mas não de forma plena, pois um grupo formado por seis alunos não deram atenção ao momento, que, segundo eles, era voltado para crianças. Infelizmente, isso ocorre pela maneira errada como a literatura oral é abordada nas escolas, muitas vezes apenas como fundo infantil para “distrair” crianças. Uma escolarização inadequada da literatura, como diz Magda Soares:

[. . .] o que se quer deixar claro é que a literatura é sempre e inevitavelmente escolarizada, quando dela se apropria a escola; o que se pode é distinguir entre uma escolarização adequada da literatura – aquela que conduza mais eficazmente às práticas de leitura que ocorrem no contexto social e às atitudes e valores que correspondem ao ideal de leitor que se quer formar – e uma escolarização inadequada, errônea, prejudicial da literatura – aquela que antes afasta que aproxima de práticas sociais de leitura, aquela que desenvolve resistência ou aversão à leitura. (grifos da autora) (SOARES, 2003, p. 24-25).

Com as abordagens apresentadas a respeito das interpretações, terminamos o dia da Oficina IV.

OFICINA V

Nesse dia, trabalhamos as lendas brasileiras do livro *Lendas Brasileiras para Jovens*, de Câmara Cascudo. Demos atenção a duas lendas do norte, *Sapucaia-Roca* e *Barba Ruiva*, e cinco do nordeste: *A cidade encantada de Jericoacoara*, *A serpente emplumada da Lapa*, *As mangas de jasmim de Itamaracá*, *Carro caído* e *O sonho de Paraguaçu*.

A sala foi dividida em sete grupos. Os alunos leram e, depois, montaram uma pequena encenação dos textos trabalhados em cada grupo. Zumthor (2010, p.18) diz-nos que “[. . .] o termo e a idéia de performance tendem a cobrir toda uma espécie de teatralidade: aí está um sinal. Toda ‘literatura’ não é fundamentalmente teatro?”. Assim, a proposta em fazer teatro a partir das narrativas de Cascudo está em consonância com o pensamento de Zumthor.

Aos alunos foi proposto somente que encenassem e fizessem à maneira deles. Foi uma forma de colocá-los como contadores de histórias, utilizando suas próprias performances. Naquele momento, alguns foram tímidos, outros mais soltos. No ato de contar, foi pedido que os ouvintes dessem muita atenção ao gestual de cada um, observando como se comportavam. Foi uma ocasião prazerosa, divertida, uma prova de que os alunos começaram a entender que contar era muito mais que apenas falar, era um jogo de encenação.

OFICINA VI

A oficina VI foi realizada um dia antes da data prevista para recebermos a presença de membros da cidade de Araguatins e do Quilombo ilha de São Vicente. Nesse dia, abordamos o conceito de quilombo, origem e história, além de termos feito uma breve abordagem a respeito da história local. Não entramos no mérito a ser discutido pelos convidados, apenas preparamos os alunos para o que ia ser exposto, pois seria o dia de dar voz e vez aos convidados.

Ainda nesse dia, foi trabalhado com os alunos o conto *Devoradores de Narrativas*, do escritor Duda Falcão. O conto foi utilizado para despertar o interesse dos alunos em ouvir os convidados no dia seguinte. Uma narrativa que se passa dentro de uma

biblioteca, em que um universitário encontra trabalho como vigia noturno. Adentrando a seção de livros raros, ele acaba sendo seduzido e, logo, aterrorizado pelo conhecimento que aquelas obras lhe proporcionam. Após “devorar” todos os livros da biblioteca, a personagem do universitário vê-se atraído por devorar as pessoas, não pelo prazer de ter seus corpos, mas pela ambição em possuir todo o conhecimento que cada um possuía: suas histórias. O conto é encerrado com a seguinte frase: “[. . .] assim como os livros, cada pessoa tem sua própria história, e é saborosa demais para ser desprezada” (FALCÃO, 2013. p 131)

O encerramento do conto foi o ponto de partida para a discussão com turma, a busca e o encontro com a interpretação da metáfora deixada ao final do texto mostrou à turma que cada pessoa tem uma história a contar, que não é preciso devorá-los como dizia o texto, mas ouvi-los. Dar atenção a cada um dos convidados seria uma forma de aproveitar todo o conhecimento que possuíam a respeito da cidade, do quilombo e de narrativas da cidade da qual fazem parte, que eles estavam dispostos a oferecer ao participarem da oficina com a turma, restando somente aos alunos da turma, atenção e envolvimento.

Após a abordagem com o conto, a oficina do dia foi encerrada e criou-se a expectativa para a oficina seguinte.

OFICINA VII

Tivemos um grande atraso, pois a líder quilombola Fátima Barros ausentou-se, devido a complicações de saúde de sua mãe, que precisou fazer tratamento fora da cidade.

Nesse dia, tivemos a presença do Professor Ademar Borges, Fátima Barros e do Sr. Pedro Barros. A fala dos três foi dividida em dois momentos. Um primeiro destinado à História e à Memória de Araguatins e do Quilombo e o segundo com a contação de narrativas orais por parte dos convidados.

Começamos o primeiro momento com a apresentação de cada um dos convidados, com um breve relato sobre suas vidas e, a partir daí, foi dada voz a eles.

O primeiro a falar foi o professor Ademar Borges, que, com sua voz mansa e tranquila, começou cumprimentando os alunos e relatando estar muito feliz por estar participando daquele momento.

Ademar Borges conduziu os alunos a uma verdadeira viagem pela memória de Araguatins. Filho da cidade, o professor relatou toda a história araguatinsense desde a sua fundação em 1868, dos primeiros moradores aos dias atuais. Citou as dificuldades da região antigamente, os problemas políticos, o estilo de vida das pessoas, os fatos que marcaram a cidade. Borges demonstrou um pleno domínio da história araguatinsense, ficando claro que mais que lembranças, havia um entendimento pessoal da história

local. Sarlo (2007, p. 22) afirma que “[. . .] é mais importante entender do que lembrar, embora para entender também seja preciso lembrar”. A fala de Ademar deixou claro que havia entendimento e conhecimento, muito mais que apenas lembranças.

Três relatos encantaram os alunos, o primeiro deles foi quando o professor falou de duas grandes enchentes, uma de 1957 e outra de 1980, sendo a última maior, segundo o professor. Os olhos dos meninos ficaram brilhando e espantados ao ouvirem onde a água da enchente de 1980 chegou. Para eles que acompanham a pouca inundação dos dias atuais, saber que a igreja católica, que fica a 600 metros do rio, foi alagada, causou grande espanto e surpresa. O segundo ponto, até curioso para os alunos, foi saber que em Araguatins já existiu quatro linhas de avião que pousavam na cidade, motivo esse pelo qual na cidade encontra-se um local chamado de Setor Aeroporto.

Poder ouvir relatos do passado é apropriar-se da história local, de como se constitui a cidade em que moram e da qual fazem parte, ouvir os mais velhos, como o professor Ademar, possibilita isso:

A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas uma competência abstrata para lidar com os dados do passado, mas não a memória. (BOSI, 1994, p. 73).

O terceiro e último relato a chamar atenção foi a respeito do Córrego Brejinho. Pequeno riacho com 1.495 metros de extensão, que nasce dentro da cidade de Araguatins e deságua no Araguaia. O colégio Osvaldo Franco tem com um projeto de revitalização desse pequeno curso de água e os alunos ficaram encantados ao saber que o professor Ademar banhou-se em locais com três metros de profundidade e que até canoas passavam pelo local, coisa que não se vê mais nos dias atuais.

Ao final de sua explanação, o professor disse que viu Araguatins crescer e melhorar bastante, dar mais assistência à população, mas que ainda tem muito a melhorar. Em suas falas, foi possível perceber um misto de alegria e saudades de um momento que, certamente, não voltará mais, assim como as águas do Araguaia que banham o município. A fala de Ademar foi um mergulho no passado que trouxe aos alunos à história local. Bosi (1994, p. 48) afirma que “O passado não é o antecedente do presente, é sua fonte”. O professor Ademar soube como aproveitar essa fonte.

Após a fala do professor Ademar Borges, a professora Fátima Barros assumiu sua vez. Em sua fala, carregada de simbologias e espírito de luta, apresentou aos alunos toda a história da formação do quilombo São Vicente. Através dos relatos ouvidos de sua família, traçando um paralelo com os trechos do livro de Duarte (1970), Fátima conduziu os alunos com sua narrativa de voz firme e forte por toda história

do seu povo. Citou como os negros chegaram à cidade de Araguatins, então São Vicente. Descreveu a chegada de seu povo à ilha onde vivem até hoje, as dificuldades enfrentadas, a união de Henrique Barros - Henrique Cacête, como diz ela - com uma índia arara, fato que possibilitou a continuidade da família e a prosperidade das gerações que puderam alcançar o século XXI.

O discurso de Fátima teve início com a expressão “invocar seus antepassados”. A professora diferencia-se dos demais discursos do povo quilombola apenas pela sua performance, sua força ao falar, pois o conteúdo é sempre o mesmo, uma forma de buscar comprovar a identidade de seu povo, sua posse territorial. Nesse sentido, Ecléa Bosi (1987, p. 55), baseada em Maurice Halbwachs, diz que “[. . .] a memória da pessoa está amarrada à memória do grupo; esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”; ao que podemos acrescentar as palavras de Todorov (1999, p. 114): “[. . .] quem diz memória coletiva diz também identidade coletiva”.

Fátima Barros, em sua narrativa, transparecia um sentimento de revolta, vista como uma forma de mostrar toda a angústia que seu povo vive desde 2010 quando foram expulsos da ilha, local de formação da identidade do seu povo e que ela e os demais não querem perder, pois se o perderem, perdem a essência do seu povo, deixam de existir, como diz Todorov (1999, p. 20-21): “[. . .] se perco meu lugar de enunciação, não posso mais falar. Eu não falo, logo não existo”.

A professora, que vivenciou todo o momento e, por isso, é uma memória viva, pôde levar aos alunos, de uma forma melhor que qualquer livro, todo o sofrimento vivido por eles e a luta que continuam até hoje, pois ainda não há posse definitiva da terra e o fazendeiro que conseguiu expulsá-los ainda continua com seu espaço na ilha São Vicente, enquanto aguarda decisão final da justiça, decisão essa que a família espera que seja a seu favor.

O último a falar nesse primeiro momento foi o senhor Pedro Barros. Mais tímido que o professor Ademar e Fátima Barros, falou sentado e contou como era a vida quando ele morava na ilha com seus pais. Relatou os plantios de roça, o fato de andar com o pai em canoa para ir até as roças que eles tinham na margem do Araguaia pelo lado do Pará, as festas religiosas e as imensas dificuldades vivenciadas na ilha de São Vicente.

O senhor Pedro disse que a vida era muito difícil, mas que era uma vida muito boa, pois havia dificuldade, mas tinham fartura e era um tempo bom, em que ele tinha os pais dele e disso ele sentia muita saudade.

O momento da fala do senhor Pedro que chamou mais atenção foi quando ele relatou aos alunos a dificuldade que era plantar na ilha devido à grande infestação de formigas que devoravam todas as plantações, em especial a mandioca, principal fonte

de renda da família. Nessa fala, chamou a atenção dos alunos o fato de um povo ser incomodado e forçado a plantar em outro local por não conseguirem controlar uma infestação de formigas. O senhor Pedro disse que hoje elas ainda existem, mas que é mais fácil controlar, pois existem muitos tipos de venenos para matar formiga, então quando eles precisam, fazem o uso.

O senhor Pedro ainda tem suas plantações, pouco produz, mas tira para o sustento familiar. Com a morte do irmão e líder quilombola, Salvador, tornou-se um líder para a comunidade. A idade e a história de vida conferem esse direito a ele. Para Bosi:

Nota-se a coerência do pensamento de Halbwachs: o que rege em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra. Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (BOSI, 1994, p. 63).

O segundo momento desse dia de intervenção foi destinado a contar narrativas locais. Último a falar no primeiro momento, o senhor Pedro foi o responsável por iniciar o segundo.

O senhor Pedro começou seus relatos pela narrativa intitulada aqui e presente em anexo como *O Sucuri e o Babaçu*, que levou os alunos a várias risadas, risadas essas que serviram para deixar o senhor Pedro Barros mais tranquilo e sentindo-se aceito pelos alunos para relatar suas memórias. A performance do senhor Pedro era tímida, continuava sentado, mas, mesmo assim, ele conseguiu prender a atenção dos alunos ao relatar suas narrativas aprendidas dentro da ilha de São Vicente. Havia claramente, no falar do narrador e ouvir dos alunos, uma troca afetiva, “[. . .] o contar história como um ato social e coletivo, que se materializa por meio de uma escuta afetiva e efetiva.” (BUSATTO, 2013, p. 13).

O senhor Pedro narrou as cinco histórias que foram coletadas para este trabalho e que se encontram anexas. Vale destacar, aqui, que os alunos ficaram impressionados com todas, em especial, deram destaque a duas narrativas *A Canoa que desceu o Rio Sozinha* e *Pedra Grande e Caixa do Divino*. São dois fatos que ele julga ter presenciado, vivido, ainda nos tempos de criança, quando vivia com seus pais. Entretanto, apesar de narrar e mostrar que quando ocorreu, assustou-se com o acontecido, hoje Pedro Barros não demonstra mais esse espanto. Para Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de

cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1994, p. 55).

O rio Araguaia é um elemento formador de característica do povo local. Hoje não se faz mais uso desse como se fazia nos tempos de infância do senhor Pedro, mas ainda é muito utilizado para momentos de lazer, como via de transporte de pescadores e descontração. O encanto com essas duas narrativas certamente deu-se pelo fato de os alunos conhecerem os locais citados, o que causa espanto, fascinação e encantamento.

Ao final das narrativas do senhor Pedro era visível sua alegria em poder contar um pouco de si, do seu mundo, o mundo da família Barros, via-se uma valorização. Por parte dos alunos, observou-se respeito e admiração pelos textos narrados, união perfeita para o momento do contar: “Contar histórias é uma arte porque traz significações ao propor um diálogo entre as diferentes dimensões do ser” (BUSATTO, 2013, p.10)

A professora Fátima, dando sequência, confidenciou nã o s e r u m a exímia narradora como seu tio Pedro e o professor Ademar. Entretanto, pediu para narrar uma memória de sua tia Maria e brindou os alunos com o relato de um dia, no ano de 1935, quando o primeiro avião cortou o céu de Araguatins e sobrevoou a ilha de São Vicente. De acordo com Fátima, citando as palavras de sua tia, foi um grande alvoroço, todos correram pra fora de suas casas, inclusive a Avó de Fátima, dona Cota, que, naquele dia, havia dado a luz por coincidência ou não, à mãe de Fátima Barros.

A memória de uma tia que Fátima narrou é um testemunho de um fato que, para a cidade e para a ilha foi histórico. Para Sarlo (2007 p. 38):

[. . .] o testemunho, por sua auto-representação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência.

Dentre os alunos expectadores, houve um misto de graça com as falas e encanto, para quem já tivera contato com aviões, alguns até voaram. Ouvir a memória de Fátima foi mais um momento para compreender um pouco a formação da história araguatinense.

O último a relatar aos alunos suas narrativas foi o professor Ademar, velho. Cabe ressaltar, aqui, que o paredão do nego velho é uma faixa de margem no rio Araguaia que fica na parte do continente e de frente para a ilha São Vicente. Em tal ponto a

margem fica vertical, elevando uma parede com mais de 30 metros de altura. Na lista de figuras, consta uma foto do local. Após ouvir de boa parte da turma que conheciam ou já ouviram falar do local, o professor fez a segunda pergunta: o porquê do lugar ter esse nome. A partir daí, o professor começou a narrativa prendendo a atenção de todos por se tratar de um local conhecido por quase todos e muito próximo a nossa cidade. Na sala, enquanto o professor Ademar Borges falava, pôde-se perceber alguns rostos espantados com o motivo de um local bem próximo a nossa cidade ter seu nome originado a partir de uma narrativa fantástica, até então desconhecida pela maioria dos alunos. Como diz Busatto (2006, p. 21), “[. . .] as histórias são verdadeiras fontes de sabedoria, que têm papel formador da identidade”.

A segunda narrativa apresentada por Ademar Borges foi a do Nonatinho. Quando foi dito aos alunos que uma mulher de Araguatins, há tempos atrás teve dois filhos que eram duas cobras e uma ainda virava homem, pôde-se perceber caras de discordância como se não acreditassem e de espanto, mas isso fez com que os alunos prestassem mais atenção às palavras do professor Ademar. O estranhamento maior foi quando o professor encerrou a narrativa relatando que a sua avó jurava que havia dançado com Nonatinho nas festas de Araguatins. Com essa fala, tivemos um misto de espanto e risos de todas as formas, tanto dos alunos ouvintes quanto do professor narrador.

A última narrativa apresentada pelo professor Ademar foi *A onça que falou*. Quando o professor citou o nome da narrativa, foi interpelado pela fala do senhor Pedro que disse: “*Essa eu quero aprender*”. Para Benjamim (1994, p. 2010), “[. . .] a relação ingênua entre ouvinte e narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado”. Aprendendo, como queria Pedro Barros, certamente haveria conservação.

A fala e a atenção do senhor Pedro mostrou aos alunos que a idade não nos faz conhecedor de tudo e que devemos sempre estar atentos para conhecer o novo. Foi um momento de aprendizado para os alunos e para o senhor Pedro, que tem idade para ser avô de todos. O público ouviu atento e curioso a narrativa, que conta a história de uma onça que falou com um caçador nas matas que cercavam Araguatins há muitos anos atrás. O personagem que falou com a onça, segundo o professor Ademar, era amigo de seu pai e foi com o próprio personagem que o professor conheceu a narrativa, quando ainda era criança. Como diz Benjamin (1994, p. 217), “O narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria experiência ou da relatada por outros”.

Com a última narrativa do professor Ademar foi encerrado o momento do falar e do ouvir nesse dia de oficinas. Um momento de aprender, aprender ouvindo os mais velhos, como se fossem livros prontos para serem devorados, assim como as pessoas devoradas no conto *Devoradores de Narrativas*, de Duda Falcão, lido na oficina anterior.

As narrativas, histórias do povo, merecem ser contadas. O momento com

Adelmar Borges, Pedro Barros e Fátima Barros propiciaram isso aos alunos. Busatto diz que:

Seja onde for que as histórias soem, seja através de qualquer voz, de qualquer suporte, seja qual for a formação do contador, elas chegam para ficar. [...] Os contos estão aí, à espera de uma voz para torná-los matéria viva, significativa e transformadora. O que fica de tudo isso é o reconhecimento do saudável hábito de contar histórias (BUSATTO, 2006, p. 127-128).

Após as narrativas, a aula encerrou-se com um lanche e confraternização entre alunos e convidados.

OFICINA VIII

Um dia após a oficina com participação dos membros da cidade, foi feito um novo encontro com a turma em que se realizou a intervenção. Tivemos três aulas para trabalho naquele dia e dividimos o período em dois momentos. O primeiro foi aberto para que os alunos pudessem expor suas conclusões a respeito da participação dos convidados, socializando o que eles puderam aprender.

Dos alunos, pôde-se ouvir que aprenderam muito com os convidados, que conheceram novas histórias da nossa região, que fizeram descobertas com os três convidados, que conheceram mais da história local e de fatos que estavam próximos a eles, no entanto, eram desconhecidos. Ressaltaram que o contato com os narradores convidados permitiu essa descoberta. A esse desconhecimento, Benjamin (1994, p. 213) diz-nos que isso ocorre, pois “[. . .] é como se estivéssemos sendo privados de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências”.

Os integrantes da turma relataram ainda que foi engraçado ouvir o senhor Pedro, que alguns fatos pareciam imaginação, o que está em consonância com que o que diz Busatto (2013, p. 2013): “[. . .] contar histórias é fermento para imaginação”. Mas, como

o ensino nem sempre consegue abarcar todos plenamente, tivemos relatos também de alunos que não gostaram muito e outros que nem se lembravam do que havia sido dito.

Questionados se haviam percebido a forma como cada um narrava, como eram suas falas, a performance de cada um, os alunos foram diretos e responderam que eram bem diferentes.

Observaram o fato do Senhor Pedro falar o tempo todo sentado, parecendo estar tímido por estar em público. Quando questionados se a forma do senhor Pedro deixava transparecer que ele não sabia o que falava, afirmaram que não. Para os alunos, era apenas a forma simples dele falar meio “acanhado”, segundo eles, mas com consciência do que dizia. A performance do senhor Pedro era tímida e, com sua

timidez, ele transmitiu o que queria, do seu jeito, ao seu modo. Tendo já vivido bastante, adquiriu essa característica. Para Bosi (1994, p. 91), “[. . .] como um velho, seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo”.

Na performance de Fátima, eles observaram o fato dela falar alto, gritando, segundo eles, mas com muita força, como se quisesse mostrar que o que ela falava era verdade, uma afirmação do que dizia. Buscava mostrar de onde veio e qual o motivo dela estar lá. Para Achugar:

Assim como houve um tempo para enterrar, ou preservar memórias, agora parece ter chegado o tempo de desenterrar identidades, de ressuscitar histórias, de construir novos monumentos e de desconstruir, ou de transformar, mediante a apropriação, os antigos. (ACHUGAR 2006, p. 177).

A sala de aula e a presença dos alunos foi, para Fátima, um lugar para ressuscitar histórias, como diz Achugar. Uma aluna relatou, ainda, que pensou em alguns momentos que Fátima fosse chorar enquanto falava. Para todos, Fátima teve a performance mais forte dentre os três narradores.

Por último, citaram que o senhor Ademar tinha o costume de falar caminhando, que não parava, mas que falava com uma voz bem devagar, como se tivesse falando para criancinhas devido toda a sua calma. “A performance passada escapa, irremediavelmente, à nossa observação”. (ZUMTHOR, 1993, p. 220). Observaram, também, que dos três ele era o que mais gostava de narrar histórias, que o modo como fazia demonstrava isso. Para alguns, “ele era um verdadeiro contador de histórias”. Para este trabalho, um exímio narrador, que, segundo Busatto:

[. . .] é um comunicador que adquiriu o dom de narrar influenciado pelo meio que habita, transformando-se na memória coletiva da sua comunidade e transmitindo, por meio dos contos, lendas e mitos, as raízes culturais do seu povo. (BUSATTO, 2006, p. 19).

Observamos que os alunos conseguiram compreender as diferentes formas de performance de cada narrador e como elas contribuem para a construção da narrativa dos textos orais, facilitando o entendimento, dando mais ênfase e verdade ao ato do falar, compreendendo com tudo isso que o corpo é parte primordial do fazer poético, “O tempo da poesia oral é, por assim dizer, corporalizado. É um tempo vivido no corpo”. (ZUMTHOR, 2000, p. 89).

O segundo momento desse dia de oficinas foi para fazer um cotejo entre o texto *Cobra Norato*, retirado do livro *Lendas Brasileiras para Jovens*, de Câmara Cascudo e a narrativa de *Nonatinho*, do professor Ademar Borges.

Os alunos puderam ler o texto de Cascudo e receberam também uma transcrição de Nonatinho. Tiveram um momento para leitura silenciosa dos dois textos, depois uma leitura em voz alta, para melhor compreensão dos dois. Em seguida, foram divididos em grupos de cinco pessoas para fazer uma análise dos textos e observar o que os dois apresentavam de pontos semelhantes.

Após fazer a análise dos textos, os alunos apresentaram os seguintes pontos aqui listados:

- Os dois textos apresentam uma mulher que teve cobras como filhos.
- Nos dois textos o macho era bom e virava homem; a fêmea apenas cobra e má.
- Os dois irmãos andavam em dois rios diferentes.
- Os nomes Norato e Nonatinho são parecidos.
- Tanto Nonatinho quanto Norato gostavam de dançar em festas.
- Nos dois, a fêmea atacava barcos e, por isso, foi morta pelo irmãos.
- Os dois encerravam com o fim do encantamento fazendo com que Norato e Nonatinho não voltassem mais a ser cobras.

As indicações dos alunos, bem pertinentes, por sinal, serviram para abordar com eles a noção de intertexto, que pode acontecer com as narrativas orais. A narrativa oral está em constante (re)construção e, no navegar pelas águas dos rios, Possivelmente, Norato tornou-se Nonatinho. Para Benjamin (1994, p. 205), “[. . .] contar histórias é a arte de contá-las de novo”. Nesse ato do recontar, as histórias vagam por vários locais.

Para Bakhtin:

O resultado disso é a construção de um todo significativo complexo e pleno. Palavra e *performance* compõem o texto oral. São indissociáveis. Ao escolher a palavra, partimos das intenções que presidem ao todo do nosso enunciado, e esse todo intencional, construído por nós, é sempre expressivo. É esse todo que irradia sua expressividade (ou melhor, nossa expressividade) para cada uma das palavras que escolhemos e que, de certo modo, inculca nessa palavra a expressividade do todo. (BAKHTIN, 2010, p.311).

Ainda Bakhtin:

Podemos introduzir diretamente o enunciado alheio no contexto do nosso próprio enunciado, podemos introduzir-lhe apenas palavras isoladas ou orações que então figuram nele a título de representantes de enunciados completos. Nesses casos, o enunciado completo ou a palavra, tomados isoladamente, podem conservar sua alteridade na expressão, ou então ser modificados [. . .], também é possível, num grau variável, parafrasear o

enunciado do outro depois de repensá-lo, ou simplesmente referir-se a ele como a opiniões bem conhecidas de um parceiro discursivo. (BAKHTIN, 2000, p. 316).

Todos os pontos abordados pelos alunos foram discutidos em sala, na busca de mostrar que “Nonatinho” não é uma cópia de Cobra Norato, mas uma adaptação, assim como ocorreu com a História de Chapeuzinho Vermelho que eles viram na Oficina II, pois uma história pode sofrer alterações, seja pelo desejo do narrador, do ouvinte, espaço em que se conta. De acordo com diz Cascudo (2006, p. 51), “[. . .] o mito presente pelo movimento, pela ação, pelo testemunho humano, pode conservar alguns caracteres somáticos que o individualizam, mas possui costumes que vão mudando, adaptados às condições do ambiente em que age”.

Dessa forma, foi transmitido aos alunos que a criação oral possibilita a modificação da história, atribuindo a ela características locais, e que as características dos seres sobrenaturais, ou encantados, como diz o Professor Ademar, também se modificam, assumem novas características, para se associarem melhor ao local. Para Cascudo isso ocorre pois:

Os animais fabulosos são todos assim. Processos de encantação e desencantação, razões do castigo, fim da punição, forma, marcha, grunido, canto, rosnado, mudam de região para região. O Lobisomem nortista não é o de S. Paulo, em determinadas minúcias específicas. (CASCUDO, 2006, p. 53).

Após o fim da abordagem com as narrativas “Cobra Norato” e “Nonatinho”, a oficina foi encerrada.

OFICINA IX

A oficina nove foi a última desse processo metodológico. Foi um momento voltado para analisar os percursos realizados durante as oficinas anteriores, momento para exteriorizar suas sensações, externar o que haviam absorvido de conhecimento ou não durante todo o processo de intervenção feito na turma. Esse momento foi conduzido através de questionamentos para os alunos, com perguntas que nortearam o desenrolar da oficina. As indagações utilizadas durante a última oficina foram:

- O que você aprendeu durante as oficinas?
- Conseguiu observar algum tipo de fato ou narrativa que estava próximo a você e nunca havia dado atenção?
- Qual a função das narrativas orais para a sociedade em geral e para a araguatinsense em particular?

- Após essas oficinas, você ficará mais atencioso ao fato de alguém narrar uma história a você?
- Seu conhecimento a respeito da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, sua história e cultura, teve ganho significativo, aumentou?

Todos os questionamentos foram feitos de forma oral e, a pedido, as respostas também. Durante todo o percurso das oficinas, trabalhou-se a oralidade, portanto optamos por encerrar ouvindo os alunos, saindo da formalidade de fixar textos na escrita.

Em uma sala com 32 alunos, por mais que se queira trabalhar a oralidade, é quase impossível que todos falem, que todos externem suas sensações através da fala. Por isso, para as cinco perguntas, não foi possível obter a participação de todos. Sempre há alunos que não se expressam, mas cabe observar que os poucos que não falaram mostraram-se bons ouvintes.

Para a primeira pergunta, tivemos resposta como: aprendi o que é literatura oral, das “lendas” da cidade, a valorizar as histórias dos mais velhos. Duas chamaram mais atenção durante a exposição das respostas: aprendi a história da cidade e a história do quilombo que tem em Araguatins.

As duas últimas respostas chamaram atenção pelo fato de alunos do nono ano alegarem ainda desconhecerem a história da sociedade onde vivem. A história da cidade de Araguatins e do quilombo Ilha de São Vicente se entrelaçam. É impossível contar a história de um, sem citar o outro: eles vêm de um mesmo período, mesmo povo.

Apesar do estranhamento quanto ao fato, fica a satisfação de ter conseguido levar um conhecimento cultural e histórico, fazendo com que os alunos compreendam o processo de formação de identidade da sociedade araguatinsense e da quilombola que existe no município. Nesse sentido, observa-se que as oficinas agregaram um conhecimento histórico e cultural para os alunos, objetivos deste trabalho, que buscou trabalhar literatura, memória e, também, história, pois é essa última que trilha os caminhos das duas primeiras. Assim, observa-se que o trabalho está em consonância com o que Candau nos diz:

[. . .] não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma experiência pedagógica ‘desculturizada’, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade. Estes universos estão profundamente entrelaçados e não podem ser analisados a não ser a partir de sua íntima articulação. (CANDAU, 2010, p. 13).

Quando interpelados a respeito da questão dois, voltou à tona o assunto da falta de conhecimento do quilombo ilha de São Vicente e ao tempo que residem na ilha. Como isso já havia sido abordado na questão um, atentamos mais a novos fatos. Dessa forma, destacamos, aqui, as seguintes respostas: “Conhecia o professor Adelmar e não sabia que ele era importante”; “meu avô contava a história da onça que falou e eu achava que era bobagem”; “conheço o lugar chamado nego velho e não sabia da lenda”; “Não sabia que no travessão tem tanta história assustadora de lá”.

Observamos, com as respostas, que os alunos possuem contatos com as pessoas que os visitaram na escola, no caso do professor Adelmar, mas nunca o haviam valorizado. Havia um distanciamento entre o jovem (aluno) e o velho (professor Adelmar), distanciamento esse que se estende ao senhor Pedro. A oficina, se não conseguiu encerrar esse distanciamento, diminuiu ao trazer os ilustres senhores ao centro de nossa intervenção. A valorização do velho podemos evidenciar na resposta do aluno que somente veio reconhecer o quanto a narrativa da onça que falou era atrativa, ao ouvir uma outra pessoa narrando, pois, quando a ouviu do avô, julgou ser bobagem. Ouvir outro, saber que ele foi pesquisador, o fez valorizar o avô.

Araguatins é uma cidade que tem o rio Araguaia como lazer ou via de transporte. Alguns alunos participam desse movimento no rio Araguaia e, nesse navegar pelas águas do grande rio, conhecem seus pontos e particularidades como o travessão, canal com muitas pedras pelo meio do rio e o paredão do nego velho, margem elevada ao lado da cidade e de frente à ilha São Vicente. Apesar do contato constante, do conhecimento dos nomes, foi somente durante a fala dos convidados na oficina sete que vieram descobrir que os locais têm narrativas que encantam e causam espanto para quem as ouve. Destaca-se, aqui, novamente o despertar para o conhecimento local através da intervenção realizada em sala.

Durante o percurso metodológico, a oficina quatro foi utilizada para trabalhar a interpretação das narrativas, o que elas podiam nos ensinar, seja diversão, história local, um conhecimento. A terceira questão, apresentada na última oficina, buscava observar isso nos alunos, se eram capazes de observar e absorver o que as narrativas apresentadas pelos convidados na oficina poderiam nos propiciar.

Talvez pela forma da questão, o tipo de abordagem apresentada ou a dificuldade em interpretar e absorver os textos orais, a questão três foi a que menos teve participação e os poucos que se manifestaram, citaram um mesmo fato com palavras diferentes. Em geral: “*as narrativas serviam para mostrar como o povo de Araguaatins e do quilombo antigamente, passavam o tempo quando não tinham trabalho para fazer*”. Certamente distração era uma função, mas, uma das várias que podem existir.

Devido à pouca participação no debate a respeito do questionamento, foi preciso

abordar e apresentar aos alunos que as narrativas servem para expor a cultura, que mostram traços característicos da identidade de um povo. Como traço de identidade, foi exposto aos alunos que as narrativas da Ilha São Vicente sempre apresentam o rio Araguaia como cenário, o que dá aos quilombolas, uma característica ribeirinha. A intervenção feita pelo professor nessa parte da aula, expondo aos alunos um dos traços da cultura quilombola, vai ao encontro do pensamento de Candau (2008, p. 24-25) que nos diz que na sala de aula deve-se:

[. . .] proporcionar espaços que favoreçam a tomada de consciência da construção da nossa própria identidade cultural, no plano pessoal, situando-a em relação com os processos socioculturais do contexto em que vivemos e da história do nosso país.

O ato de narrar tem diminuído bastante, em parte, pelas mídias, que trazem inúmeras informações, tirando o espaço do narrador e o prazer do ouvir por parte do outro. Sem ouvinte não tem narrador. Segundo Busatto (2013, p. 15):

Para a atual sociedade de consumo, contar histórias pode ser interpretado como perda de tempo. É só observar a pouca paciência que se tem para ouvir o outro. [. . .] parece que não há disponibilidade e serenidade para ouvir histórias.

Trabalhar com literatura oral é trabalhar com narrador e ouvinte. Para que a história se perpetue no tempo, é necessário quem conte, quem ouça, e que esse ouvinte seja capaz de repassar para que, assim, não se perca a narrativa no tempo. Um dos objetivos deste trabalho é, certamente, formar o bom ouvinte, haja vista o fato de o ouvinte estar se perdendo, como diz Busatto.

Toda a sala, ao ser interpelada pela questão quatro, afirmou que dará mais atenção ao fato de alguém narrar. Certamente isso é algo para se alegrar, entretanto, não é possível discernir se as respostas foram sinceras ou se os alunos somente as fizeram para agradar o professor. Para essa dúvida, somente o futuro dará a resposta.

Para o último questionamento, os alunos apresentaram em suas falas respostas afirmativas. Alguns afirmaram que sairiam das oficinas, sabendo mais da comunidade quilombola que reside na ilha. Houve também quem dissesse que tudo o que sabiam do povo Barros haviam aprendido nas oficinas, o que não é para alegrar-se, pois, estando no nono ano do fundamental, os alunos já deveriam ter conhecimento da família que habita a ilha São Vicente desde 1888. E, por fim, houve quem dissesse que tudo que foi falado a respeito dos quilombolas, eles já sabiam e que aprenderam pouco.

Trazer representantes da comunidade quilombola para dentro da escola possibilitou um contato com o que não está nos livros, com o povo que faz da ilha sua casa, seu território. Esse movimento levou os alunos a reconhecerem membros da

sociedade, desconhecidos para eles, como membros importantes para a construção da história local, autores da literatura oral araguatinsense, livros vivos que carregam a nossa história.

Dentro desse contato entre alunos e quilombolas, temos a perspectiva intercultural de Candau que:

Quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam didaticamente incluídas (CANDAU, 2013, p. 23).

Essa educação de reconhecimento do outro, no caso deste trabalho, o outro sendo o quilombola, se não foi em sua plenitude, em parte foi atingida e uma parte do conhecimento ficou com os alunos.

Após a abordagem do quinto questionamento, foi feito um momento de reflexão por parte do professor, que agradeceu a colaboração dos alunos, a participação da turma nesta caminhada do conhecimento, citando que a educação é uma troca e que nesta troca, o professor certamente saiu com mais conhecimento adquirido, não somente os alunos. Com os agradecimentos do professor, foi encerrado o último momento de oficinas.

4 NARRATIVAS ORAIS E A MEMÓRIA DE SÃO VICENTE A ARAGUATINS

Neste trabalho, propomos dar voz aos grupos não ouvidos, mais especificamente à Família Barros, descendentes quilombolas, que vivem em Araguatins, Tocantins. Fora abordado também, neste trabalho, como ocorreu o processo de ocupação dos Barros na Ilha de São Vicente. No entanto, há ainda um conjunto de memórias a serem abordadas neste trabalho. É a essa abordagem da memória presente nas narrativas orais coletadas que este capítulo se dedica.

4.1 Memória e discurso nas narrativas orais de São Vicente e Araguatins

O objetivo deste trabalho é dar voz e vez ao povo quilombola da família Barros, uma voz dissonante dentro da sociedade Araguatinense, essa voz foi pesquisada nos discursos que formaram a literatura oral de seu povo. A princípio, a ideia era coletar narrativas que envolvessem contos, lendas e mitos dos Barros. Contudo, os discursos de um povo não são fixos e, com isso, o trabalho apropriou-se de uma gama de histórias que envolviam não somente as narrativas desejadas a princípio, mas também a história local, a memória do povo, além de narrativas da cidade de Araguatins, uma vez que não é possível dissociar o quilombo da sede do município.

As memórias coletadas mostram-nos que os Barros, ao serem trazidos para a cidade de Araguatins, às margens do Araguaia, e depois terem ido viver em uma ilha em meio ao rio, assumiram uma identidade ribeirinha. O rio Araguaia como elo entre a ilha e o continente propiciou essa mudança na identidade dos Barros que não deve ser vista como apagamento de identidade, mas como uma possibilidade de adaptação ao meio em que se vive. Para Hall:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2002, p.13).

Este trabalho apresenta um conjunto de quinze narrativas, sendo 10 lendas, contos e causos e cinco memórias devidamente registradas em seus anexos, dentre as quais, somente as memórias de Fátima Barros, intituladas *Os Porcos Selvagens da Ilha* e *Lembranças de meu tio Eugênio* não apresentam as águas do Araguaia como espaço de realização dos fatos narrados ou fazem alguma menção ao grande rio.

Esse elo entre o povo e o rio atribui aos Barros uma característica Ribeirinha. Até mesmo a tradição católica de cultuar a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos sofre influência da característica da região e tem o rio adaptado à tradição. Primeiro, o rio

aparece como via de transporte para aqueles que gostariam de sair da cidade para participar do festejo na ilha, depois usado como via para realização de procissão fluvial como a professora Fátima Barros cita em sua memória a respeito do culto a nossa Senhora:

A preparação do festejo no passado ela exigia toda uma preparação mesmo, os homens tinham que arrancar meio mundo de mandioca, tinha que fazer farinha, fazer puba, fazer tapioca, as mulheres passavam dias, semanas fazendo bolo né, juntavam fazia bastante bolo pra poder guardar, minha mãe falava que tinha um bolinho que chamado de bolo palma mangulão, esses bolos todos eram feitos para poder alimentar as pessoas que viriam pra alvorada né!? E o festejo não era só um dia, eles vinham pra uma alvorada, chegava e fazia toda aquela solta de fogos, **faziam a procissão pelo rio** e também tinha um almoço e **a noite tinha festa, tinha sussa** e esse festejo, era um festejo famoso que levava todas as famílias importantes da cidade de Araguaia para a ilha. (Entrevista realizada em outubro de 2017, grifos do Autor)

Como característica da africanidade, a dança de Sussa estava presente no festejo, segundo o relato de Fátima Barros. Porém, os elos com rio são presentes e tão marcantes quanto a africanidade.

Tendo como espaço da história uma cidade ribeirinha e o quilombo dentro de uma ilha, o Araguaia, como espaço das histórias e memórias, é presença marcante, não sendo possível dissociá-lo dos contextos em que se inserem as narrativas relatadas. O rio aparece como via de circulação entre a cidade e o quilombo, entre o quilombo e a margem paraense do rio na qual os Barros plantavam mandioca, e cenário para a construção e mistificação das narrativas coletadas neste trabalho.

As narrativas orais, aqui apresentadas, compreendem testemunhos pessoais ou de pessoas próximas ao narrador. Esses testemunhos tendem a conferir veracidade ao fato. Sarlo (2007, p. 19) diz que “[. . .] a confiança no imediatismo da voz e do corpo favorece o testemunho”.

Os narradores aqui apresentados, sempre inseriam sua presença nos fatos. O senhor Pedro Barros narrou histórias que se passaram com seu pai, como *A canoa que desceu o rio sozinho*, e com sua mãe, *Pedra grande* e *Caixa do divino*. A presença do pai ou da mãe já serviria para dar veracidade aos fatos apresentados pelo narrador, bem como a presença do próprio narrador do fato, atestando como testemunha ocular que a narrativa acontece:

O testemunho, por sua auto-representação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência. (SARLO, 2007, p. 38).

As narrativas em que o senhor Pedro aparece como personagem junto ao seu pai ou sua mãe apresentam tom de espanto, quando o mesmo as narra, pessoalmente,

no ato da coleta, mas a escrita retira isso em sua transcrição, infelizmente. Durante as entrevistas, o senhor Pedro deixava transparecer que, quando aconteceram os fatos, todos ficaram espantados, procurando explicação para eles, mas não a encontravam. Percebe-se, também, que o mesmo gostaria de deixar transparecer esse espanto, mas isso não é mais possível, pois, lembrar e reviver, perde o ineditismo do fato:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, devesse duvidar da sobrevivência do passado, tal como foi, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1994, p. 55).

Essas narrativas do senhor Pedro podem ser associadas às memórias de Zumthor em seu livro *Performance, Recepção e Leitura*, quando ele nos narra uma passagem de sua vida estudantil. Quando saía da escola, deliciava-se com cantores nas ruas de Paris, sentindo a alegria deles, amigos e pessoas que passavam em um êxtase e frenesi. O teórico aproveitava o momento até a hora do seu trem passar. Ao encontrar as músicas ouvidas com um camelô, resolveu comprar, mas ler não o fez sentir o prazer das ruas e cantar; também, faltava o espaço, faltava o ambiente, os amigos, os desconhecidos, o barulho das ruas. O ambiente era outro, a forma era outra, não havia performance. (ZUMTHOR, 2000, p. 33). O mesmo vale para a tentativa do senhor Pedro de reviver o que sentiu ao presenciar o ocorrido em suas narrativas.

Destarte, a memória não pode ser vista como uma forma resgatar o passado, isso não é mais possível. A função da memória é outra. Para Bosi (1994, p. 63), hoje, a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. No tocante à Ilha São Vicente, a memória ajuda a compreender como a família Barros apropriou-se da ilha, utilizando-a para construção de suas tradições. E, para isso, não é preciso resgatar ou reviver, visto que não é mais possível. Para Todorov:

[. . .] a memória não é jamais o resgate integral do passado mas sempre e apenas uma escolha e uma construção; [e] essas últimas operações não são determinadas pela matéria que advém da memória mas muito mais pelos sujeitos que se recordam, em vista deste ou daquele objetivo. Se o resgate do passado pela memória não tem nada de prejudicial, algumas utilizações desta são muito mais nobres do que outras; a memória pode servir à repetição ou à transformação, pode ter uma função conservadora ou emancipadora, o

que não conduz à mesma coisa. Qualquer pessoa tem o direito de se lembrar como bem entender, é verdade, mas a comunidade valoriza certas utilizações da memória e reprova outras, e não saberá praticar um culto à memória indiferenciado. (TODOROV, 1999, p. 124).

A professora Fátima Barros, diferente do seu tio, Pedro Barros, não viveu na ilha, não conheceu o território como ele. Fátima, hoje, é a líder da comunidade quilombola, a pessoa responsável por brigar por seus direitos, seu discurso é altamente politizado, uma forma de brigar pelos direitos seus e de seu povo, que desde 2010, ano da desapropriação, vive a inquietação de ter que sair novamente e a esperança de conseguir a posse definitiva da terra. O medo de sair e o desejo de ter o direito garantido giram em torno de um motivo, o papel, que daria a posse definitiva da terra.

Enquanto a posse não vem, Fátima continua a luta pela “posse do território”, como ela mesma enfatiza, pois perder a posse seria perder a identidade, o mesmo que morrer em vida. Fátima precisa do território para existir enquanto quilombola, e faz desse desejo, o campo de seu discurso: “Se perco meu lugar de enunciação, não posso mais falar. Eu não falo, logo não existo” (TODOROV, 1999, p. 20-21).

Como não viveu no local e hoje permanece em constantes viagens devido à sua luta, é perceptível em seu discurso que Fátima faz questão de conhecer a memória e a história de seu povo através dos mais velhos, sua mãe e tios. As memórias apresentadas neste trabalho, com exceção de uma em que ela fala de seu tio Eugênio Barros, são vivências dos outros. São memórias de sua família, que ocorreram dentro da ilha São Vicente, como as memórias do festejo de Nossa Senhora do Rosário, a praga das formigas que destruíram os mandiocais, o alvoroço do povo da ilha ao ver o primeiro avião, a fartura de peixe em uma semana santa. Esses relatos formam a memória coletiva, segundo Bosi (1994), ou identidade coletiva, segundo Todorov (1999).

As narrativas coletadas, aqui, com os remanescentes dos Barros, Pedro, Raimundo e Fátima não possuem traços de africanidade e sim de ribeirinhos, como já abordado. Também não possuem um narrador profissional ou um responsável pelas narrativas da Ilha, o “Griot”. Talvez esse personagem fosse o Senhor Salvador, membro da família Barros, que nasceu e viveu na ilha até sua morte, ocorrida em 19 de outubro de 2017.

Entretanto, a falta desse exímio narrador não fez com que a comunidade perdesse a capacidade de produzir narrativas. As coletas deste trabalho, apresentadas anexo, mostram-nos isso. Infelizmente, a complicação pode ficar para as gerações futuras, uma vez que essas narrativas, se não forem repassadas, podem entrar no esquecimento. Não o esquecimento seletivo que ajuda a construir as memórias, mas sim o esquecimento profundo, que, para Ferreira (2003, p. 92), torna-se uma

incapacidade absoluta de lembrar, ou, por algum motivo, sepulta-se, não deixando que emerja para a narrativa.

Os jovens - e eles existem na ilha - são os integrantes do futuro que podem carregar essas narrativas e a memória local. No entanto, é preciso ter cautela, pois as tecnologias, que tanto ajudam a vida moderna, tira o jovem das conversas cotidianas e isso pode atrapalhar a recepção das narrativas e, se não tem quem as receba, não tem quem as passe adiante. Assim, elas morrem. Para Sarlo (2005, p. 95), “[. . .] hoje o tempo é mais fluido. A aceleração que afeta a duração das imagens e das coisas afeta também a memória e a lembrança”. Esse é um obstáculo que a comunidade terá que contornar, pois como nos diz Benjamin (1994, p. 205), “[. . .] narrar histórias é sempre a arte de as continuar contando e está se perde quando as histórias já não são mais retidas. Perde-se porque já não se tece e fia enquanto elas são escutadas”.

O Griot ou exímio narrador, que não existe na ilha, foi encontrado fora dela. Claro que não o chamaremos de Griot, esse só existe dentro de comunidades africanas ou descendentes dela. Na cidade de Araguatins, tivemos a grata surpresa de encontrar o Professor aposentado Ademar Borges. O professor é um profundo conhecedor da memória araguanense e um exímio contador de histórias, um narrador excepcional. Busatto, baseada em Ong (1998), diz o seguinte a respeito desse tipo de narrador:

Esse contador tradicional faz parte de um grupo social que retém as informações por meio da oralidade, seja por ser analfabeto ou, quando vivendo numa comunidade letrada, por não se deixar influenciar pela escrita, apesar de ela estar presente no seu dia-a-dia. W. Ong conceitua esses sujeitos como participantes da “cultura verbomotora”, ou seja, pessoas que convivem com a palavra escrita, mas não lançam mão dela para significar o seu cotidiano, procurando se orientar mais pelo oral do que pela técnica da escrita. Ele é um comunicador que adquiriu o dom de narrar influenciado pelo meio em que habita, transformando-se na memória coletiva da sua comunidade e transmitindo, por meio dos contos, lendas e mitos, as raízes culturais do seu povo. Na América Latina ele é chamado de cuentero popular. (BUSATTO, 2013, p. 19)

Devido à sua profissão, Ademar Borges esteve em constante contato com a escrita, mas isso não o impediu de estar em contato com a oralidade, em suas falas, seja nas entrevistas realizadas ou durante sua palestra no momento de intervenção, sempre deixou claro que gostava de ouvir histórias desde menino, que isso sempre o atraía e, de um bom ouvinte, tornou-se um bom narrador. Um outro fato que explica seu gosto por contar histórias foi ter uma avó que tinha o hábito de narrar para ele enquanto ainda era criança. Há neste trabalho, inclusive, uma narrativa, Nonatinho, que o professor afirma ter aprendido com a sua avó, pois era ela quem a contava.

Este trabalho apresenta três narrativas relatadas pelo professor Ademar, todas abordam a questão do encantamento, do maravilhoso. A Lenda do Nego Velho serve como fato histórico ou ficcional para nomear um paredão que fica à margem do rio

Araguaia, coincidência ou não, em frente à ilha de São Vicente, na margem do lado do continente.

Pela narrativa, o Professor Adelmar diz que um vaqueiro caiu na margem do Araguaia, em um paredão alto, após perseguir um boi; o boi e o cavalo morreram, ele não, pois foi salvo por sua santa protetora. Mesmo salvo, o vaqueiro, conhecido como nego velho, morreu de tristeza e o paredão onde aconteceu o acidente fora batizado de paredão do nego velho. O local é real, conforme consta na foto em anexo. Grande parte da população sabe do local e do nome, entretanto, poucos conhecem a narrativa que dá origem ao nome do lugar.

As narrativas são produtos do meio em que o narrador está inserido, ali elas nascem, são contadas e recontadas com a característica do ambiente, isso justifica o fato de as narrativas do quilombo terem características ribeirinhas e não de africanidade. Isso serve como justificativa, também, para a narrativa batizada por Adelmar Borges de *A onça que falou*.

A economia de Araguatins do início do século XX até meados do mesmo século era baseada em extrativismo e venda de peles de caça, como pode ser verificado na Figura 2, deste trabalho. Devido à facilidade de venda, inúmeros caçadores vinham a Araguatins caçar animais para retirada de pele e venda. O professor Adelmar relatou que seu pai era um comprador e vendedor de peles e que, por isso, vários caçadores frequentavam a casa de seu pai e foi nessas visitas que ele ouviu a história do caçador que falou com uma onça.

Segundo o professor, o caçador afirmava ser verdade que havia falado com uma onça que estava afugentando os animais e que, por isso, ele não conseguia mais caçar. Após esse encontro, caçador e onça entraram em acordo para não andarem mais pelos mesmos locais e, com isso, não se viram mais.

Uma atividade comercial, ocorrida na região onde se situa Araguatins, levou à criação de uma narrativa que o professor afirma ter ouvido em sua casa quando criança e repassa até hoje. Além de uma boa narrativa, trata-se da memória da economia local há mais de 60 anos e uma justificativa ficcional para o fato de haver uma diminuição na captura de animais para retirada de couro que, posteriormente, era comercializado. Pelos dados apresentados na Figura 2, era complicado manter a caça devido à alta destruição, em algum momento as caças desapareceriam.

Adelmar, em suas narrativas, faz questão de sempre começar relatando que ouviu de outro, nunca se põe como o criador da narrativa. Seu prazer não está em criar, nem o deveria, mas sim no fato de narrar, de falar ao próximo o que ouviu há muito tempo. Busatto (2006, p. 17) afirma que “[. . .] histórias existem para serem contadas, serem ouvidas e conservarem aceso o enredo da humanidade. O contador narra para se sentir vivo.”. Cada vez que narra, Adelmar renova-se, ressignifica-se como narrador

ou como “contador de histórias” como alguns o chamam.

A história que Adelmar ouviu do caçador, possivelmente, não era a primeira vez que ele a contava, também não se pode afirmar se o caso ocorrera de fato com ele. Como esses discursos nascem, não se sabe. Também não é objeto deste trabalho a investigação do criador; encontrar o narrador já basta, expor sua oralidade é a finalidade. Acredita-se que não é possível encontrar o criador dos discursos, como diz Bakhtin:

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear. (BAKHTIN, 2000, p. 319).

Professor Adelmar não foi o primeiro a narrar, seu discurso, deixando claro que não o deseja ser. O que fica evidente é que ele não quer ser o último a narrar, ele conta para se sentir vivo, como diz Busatto (2013), e, também, para que sua narrativa encontre vozes que não lhes permita morrer.

O encontro do narrador e da narrativa com o ambiente fica mais evidente nas narrativas de Adelmar, ao relatar a história de *Nonatinho*, ser encantado, como ele diz, filho de mulher que gostaria de ter filhos e que desejou ter nem que fossem cobras e, assim aconteceu. Teve uma filha cobra e um filho encantado, que era cobra dentro do rio e homem na cidade, quando desencantava. Segundo o professor, a história de Nonatinho ele ouvira de sua avó, que garantia ter conhecido o ser encantado; boa pessoa, segundo ela, que afirmava ter dançado com Nonatinho em festas no início do século passado.

Encontra-se em Nonatinho um dialogismo com Cobra Norato, texto oral coletado por Câmara Cascudo no Pará, na região de Óbidos-Pa. Seria, então, Nonatinho uma cópia de outro texto oral brasileiro? Seria o mesmo texto? Não nos cabe julgar. As narrativas são livres, estão em constante movimento, assim como as águas dos rios Araguaia, citado em Nonatinho, e Trombetas, citado em Cobra Norato. Exatamente por serem livres, vagam pelas sociedades sem se fixarem, mas modificando-se e assumindo espaço na literatura oral da região que alcançam em uma constante evolução. Para Bakhtin:

Qualquer texto (tanto oral como escrito) comporta, claro, grande quantidade de elementos heterogêneos, naturais, primários, alheios ao signo e que escapam ao campo das ciências humanas [. . .]. Não há textos puros, nem poderia haver. Qualquer texto comporta, por outro lado, elementos que se poderiam chamar técnicos (aspecto técnico da grafia, da elocução, etc. . .). (BAKHTIN, 2000, p. 331).

Nonatinho, narrado pelo professor Ademar comporta muitos elementos de Cobra Norato, como fora discutido em sala com os alunos, mas não o faz cópia. Há uma adaptação a região. Para Cascudo (1978, p.11):

[. . .] o mito presente pelo movimento, pela ação, pelo testemunho humano, pode conservar alguns caracteres somáticos que o individualizam, mas possui costumes que vão mudando, adaptados às condições do ambiente em que age.

Uma nova (re)criação, encantada ou real, que atraiu atenção de quem ouvira a avó do professor contar anos atrás, hoje atrai os ouvintes do professor Ademar que se tornou o narrador das histórias que ouvira em sua infância.

As narrativas aqui apresentadas foram coletadas, como já citado, e transcritas. O objetivo deste trabalho foi trabalhar a oralidade, seu valor como literatura, como produção cultural de um povo, entretanto, o fato de se fazer pesquisa acadêmica exige uma transcrição dos textos orais, exige a apresentação através de escrita de textos coletados. Há uma necessidade de apresentá-los neste trabalho final, assim como era preciso apresentá-los para trabalho com os alunos. Nesse ponto, temos a escrita representando o *Pharmakon*, de Derrida (1997), como remédio, pois permitiu-nos levar os textos onde o narrador não pode ir. Por outro lado, essa mesma escrita, ainda para Derrida (1997), apresenta-se como Veneno, pois mata a performance do narrador, o calor do contato, da voz, e o mistério que envolve todo o ato do contar.

Assim, temos a consciência que as transcrições necessárias dos textos orais também apresentam suas falhas por não comportarem tudo que a oralidade contempla. Com isso, voltamos à discussão entre oralidade e escrita, que não é o objetivo deste trabalho, mas é difícil de afastar:

Partir desse modelo particular que é a escritura fonética tal como ela reinava com a cultura grega. Os signos da escritura funcionavam nela num sistema em que deviam representar os signos da voz. Signos de signos. [. . .] a escritura se dá por imagem da fala. Ela desnatura, pois, mais gravemente o que pretende imitar. Ela não substitui nem mesmo uma imagem a seu modelo, ela inscreve no espaço do silêncio e no silêncio do espaço o tempo vivo da voz. Desloca seu modelo, não fornece dele nenhuma imagem, arranca violentamente ao seu elemento a interioridade animada da fala. Assim fazendo, a escritura distancia-se imensamente da verdade da coisa mesma, da verdade da fala e da verdade que se abre à fala. (DERRIDA, 1997, p. 87-88).

A escrita certamente distancia a oralidade e a verdade da fala, por tirar todos os elementos performáticos que a compõem, mas também é certamente um meio para levar adiante o discurso de um narrador, marcá-lo no tempo, fazer o registro. Isso é o que as transcrições aqui apresentadas buscam contemplar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, com esta dissertação de Mestrado, teorias referentes à literatura oral e à memória, bem como as metodologias que nos levaram a praticar uma intervenção em uma turma de nono, através do trabalho com narrativas orais para desenvolver, na turma abordada, o conhecimento da história e cultura local, em especial, a do Quilombo Ilha de São Vicente, através de textos orais que marcaram a história da família Barros, que habita a ilha desde o ano de 1888.

Para atingir os objetivos deste trabalho, partimos do estudo de oralidade e memória, que permitiu uma interação entre pesquisador, comunidade quilombola pesquisada e alunos da turma onde se realizou a intervenção, o que propiciou uma interação entre os grupos, expandindo o conhecimento de todos que desta pesquisa participaram, em especial do autor.

Entender a literatura oral como memória de um povo, permitiu-nos descortinar nossas vistas para um tipo de texto literário que está muito além de ser um simples divertimento para um povo em momentos de lazer, pois a oralidade mostrou-se como entrelaçamento entre literatura, história e cultura, o que permitiu entender a tradição do povo quilombola através da família Barros. Dessa forma, colocaram-se os alunos da turma abordada e a comunidade quilombola como sujeitos ativos e construtores desse processo de consolidação de conhecimentos e de valorização da oralidade da cultura local.

Para o desenvolvimento desta dissertação ratificou-se que a literatura oral não pode ser vista somente como um dos elementos do folclore local. Pois, como afirma Cascudo (2006), toda literatura oral é folclórica, mas nem todo folclore é literatura oral. Salientou-se, ainda, que não se deve reduzir a oralidade apenas como informalidade e traço de grupos não letrados de determinada comunidade.

Para os resultados alcançados, destacamos, primeiro, o estreitamento dos laços entre escola e comunidade quilombola. Essa proximidade permite à escola utilizar-se da comunidade para construção do conhecimento dos alunos quanto à história local e como esse povo quilombola participou do processo histórico da sociedade araguanense.

No que diz respeito ao trabalho de intervenção realizado em sala, verificou-se uma abertura de conhecimento para as narrativas orais como um tipo de literatura, descortinando a visão dos que julgavam ser literatura somente o que estivesse escrito em livros. Soma-se a isso o conhecimento da memória local, colocando os alunos em interação com o processo de criação da história de sua comunidade e valorização dos quilombolas.

No processo de construção do ouvinte perante os narradores, pode-se perceber que a intervenção levou os alunos a entenderem o ato performático dos narradores, compreendendo que para se ter literatura oral, faz-se uso não somente de um narrador e sua voz, pois o corpo do narrador no processo de narrar também expõe seus traços, que contribuem para o processo performático. Então, conseguimos alunos mais atentos ao ato de ouvir, compreender e interpretar os textos orais narrados.

Enfatizamos, ainda, que o presente trabalho conseguiu desenvolver e/ou aguçar o posicionamento crítico e reflexivo dos alunos que ressignificaram suas formas de ver, ouvir e valorizar os narradores de histórias que se fazem presentes em suas vidas diariamente através do contato e interação social com familiares e membros da comunidade.

É importante destacar, também, as falhas no processo de desenvolvimento desta pesquisa e os resultados não alcançados. Como falha, citamos a falta de uma visita *in loco* na comunidade quilombola feita pela turma na qual se desenvolveu a intervenção. Acreditamos que a visita permitiria aos alunos um maior conhecimento da família Barros, do seu modo de vida e dos locais que aparecem em suas narrativas orais, propiciando um maior aprendizado por parte dos alunos. Entretanto, salientamos que a falta da visita deu-se pela total falta de logística, apoio e, em alguns casos, até mesmo autorização familiar para o transporte de 34 de alunos adolescentes até uma comunidade localizada em uma ilha localizada no rio Araguaia e a 45 minutos de barco, saindo do porto da cidade.

Como resultado não alcançado, destacamos a falta de participação de alguns alunos em determinadas atividades durante as oficinas e a falta de atenção no dia da intervenção com a participação de membros da comunidade quilombola e da cidade de Araguatins. Isso impossibilitou uma maior aquisição de conhecimento por parte desses alunos, fazendo com que alguns não pudessem compreender questões como performance, história local e, até mesmo, entendimento das narrativas abordadas nas oficinas.

Reforçamos que este trabalho não tinha como objetivo elucidar todas as problemáticas encontradas ao abordar literatura oral e memória em sala de aula. O trabalho com alunos envolve um labor diário e tem que ser moldado na perspectiva de cada turma, nem sempre sendo possível resolver todos os problemas encontrados, como ocorreu na turma abordada. O que se quis foi somente trilhar um caminho para se desenvolver um trabalho com a literatura oral em sala de aula.

No que diz respeito às práticas pedagógicas e didáticas do pesquisador, acredito que me ressignifiquei enquanto professor e pesquisador. Compreendi o quanto é valoroso levar a comunidade para dentro da escola, dando voz a esse povo, em especial a uma voz dissonante como a dos quilombolas da ilha de São Vicente, pois

isso fez, não somente que os alunos os valorizassem, mas a mim também. Aqueci, igualmente, minha audição, permitindo-me ouvir melhor os alunos e demais membros da comunidade, que podem contribuir para minha construção social, levando-me a interagir mais e refletir sobre as práticas sociais presentes em minha vida.

Vejo um caminho longo a percorrer enquanto pesquisador, mas entendo, hoje, que nesse caminho, mudar as práticas enquanto professor era o primeiro passo que foi dado durante a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. **Planeta sem Bocas: Escritos Efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2006. 378 p. Trad. Lyslei Nascimento.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de: Os quilombolas e as novas etnias. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e as novas etnias**. Manaus: Uea Edições, 2011. p. 56-88. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/quilombos-e-as-novas-etnias-alfredo-wagner-berno-de-almeida/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 421 p. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Cap. 14. p. 197-221. (Obras Escolhidas). Trad. Sérgio Paulo Rouanet.

BOGO, F. Nóis Mudemo. In: **O quati e seus contos**. 3 ed., Palmas: Kelps, 2009. p. 27-30.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 1994. 483 p.

BUSATTO, Cléo. **A arte de contar histórias no século XXI: Tradição e ciberespaço**. 4. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013. 150 p.

CANDAUI, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAUI, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 13-37.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem In: CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas cidades Ed.34, 2002. p. 77-92

_____. O direito a Literatura. In: ANTONIO, Candido. **Vários escritos**. 3ª ed.. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CASCUDO, Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Sp: Global, 2006. 486 p.

_____. **Lendas brasileiras para jovens**. 2.ed. São Paulo: Global, 2006. 92 p.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2012. 73 p. Trad. Laura Taddei Brandini.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: Teoria e Prática**. 2. ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2016. 139 p.

DARNTON, Robert. Histórias que os Camponeses Contam: O Significado da Mamãe Ganso. In: DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. Cap. 1. p. 21-102. Trad. Sonia Coutinho.

DERRIDA, Jacques. **A Farmácia de Platão**. 2. ed. São Paulo, Sp: Ed. Iluminuras Ltda, 1997. 126 p. Tradução: Rogério Costa.

Dicionário Michaelis On-line. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mem%C3%B3ria/>>

DUARTE, Leônidas Gonçalves. **De São Vicente a Araguatins**. Marabá: J.C. Rocha Editor, 1970. 156 p.

EAGLETON, Terry, **Teoria da Literatura: Uma Introdução**. Ed. Martins Fontes. São Paulo 2006

FALCÃO, Duda. Devoradores de Narrativas. In: FALCÃO, Duda. **Treze**. Porto Alegre: Argonautas, 2015. Cap. 11. p. 123-131.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. **Oralidade e poesia oral: problemas e alternativas para o ensino de literatura**. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/SENALE_IV/IV_SENALE/Frederico_Augusto_Garcia_Fernandes.htm> acesso em 20/02/2017

FABIANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FINNEGAN, Ruth. O Significado da Literatura em Culturas Oraís. In: QUEIROZ, Sônia. **A Tradição Oral**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2006. p. 66-106.

GOMES, Lenice; MORAES, Fabiano. **Alfabetizar letrando com a tradição oral**. São Paulo, Sp: Cortez, 2014. Coleção biblioteca básica de alfabetização e letramento. HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 395 p.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 395 p.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 1999. 102 p. Tradução: Tomaz Tadeu Silva e Guaciara Lopes Louro.

KLEIMAN, Angela. **Oficina de Leitura: Teoria e Prática**. 14. ed. Campinas, Sp: Pontes, 2012. 155 p.

_____. **Texto e Leitor: Aspectos cognitivos da leitura**. São Paulo, Sp: Pontes, 1989. 82 p. (Linguagem e Ensino).

LAJOLO, Marisa. **O que é Literatura?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

LEITE, Ilka Boaventura (2000). **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas** < http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>

LEVY, Tatiana Salem. **A Experiência do Fora: BLANCHOT, FOUCAUT E DELEUZE**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 142 p.

LISBOA, Henriqueta. **Literatura Oral para Infância e Juventude: Lendas, contos e Fábulas Populares no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2002. 197 p.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola ilha são vicente**. 2014. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/lists/pedido/attachments/521320/resposta_pedido_rtid_ilha_de_so_vicente_to.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo, Sp: Parábola Editorial, 2008. 296 p. (Educação Linguística).

MOISES, Massaud. **A Criação Literária: Poesia**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2003. 303 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. **Uma Etnologia dos Índios Misturados? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais**. *Mana*, 4 (1):47-77. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=en>

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita:: A Tecnologização da Palavra**. Campinas: Papirus, 1998. 223 p. Trad. Enid Abreu Dobrázky.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>

PENALVA, Gilson. **Literatura oral no sudeste paraense: Memórias de velhos camponeses**. 2002. 2018 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Faculdade de Letras da Ufmg, Ufmg, Belo Horizonte, Mg, 2002.

SANTIAGO, Dourival. **Gente do Interior**. Gurupi-to: Veloso, 2011. 120 p.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Tempo Presente: Notas sobre a mudança de uma cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. 238 p. Trad. Luis Carlos Cabral.

SILVA, Simone Rezende da. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: Roni Mayer Lomba; Kátia de Souza Rangel; Geovane Grangeiro da Silva; Marcelo Gonçalves da Silva. (Org.). **Conflito, territorialidade e desenvolvimento. Algumas reflexões sobre o campo amapaense**. 1ed. Dourados: Editora da UFGD, 2014, v. p. 13-40.

SOARES, Magda. A Escolarização da Literatura Infantil e Juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves de Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (Org.). **A Escolarização da Leitura Literária: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Cap. 1. p. 17-48.

SOUSA, Inglês de. A Quadrilha de Jacó Patacho. In: SOUSA, Inglês de. **Contos Amazônicos**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011. p. 89-98.

THIOLLENNT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 14 ed. São Paulo, Sp, Cortez, 2011.

TODOROV, Tzvetan . **O Homem Desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999. 252 p. Trad. Christina Cabo.

WELLEK, René; WARREM, Austin. **Teoria da Literatura e Metodologia dos Estudos Literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 343 p. Luis Carlos Borges.

ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi. **Modelos de letramento literário e ensino da literatura: problemas e perspectivas**. Revista Teoria e Prática da Educação, v. 03, p. 47-62, 2007. Disponível em <https://social.stoa.usp.br/articles/0037/3065/Modelos_de_Letramento_Liter_rio.pdf>

ZILBERMAN, R. **Estética da Recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática S.A,

ZUMTHOR, Paul. **Introdução a Poesia Oral**. Belo Horizonte, Mg: Ufmg, 2010. 354 p.(Humanitas). Tradução: Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat, Maria Inês de Almeida.

_____. **Performance, Recepção, Leitura**. São Paulo, Sp: Educ, 2000. 137 p. Tradução: Jerusa Pires Ferreira, Suely Fenerich.

_____. **A Letra e Voz: A “Literatura” Medieval**. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 1993. 324 p. Tradução: Jerusa Pires Ferreira, Amálio Pinheiro.

Anexos

ANEXO A – TEXTOS ORAIS COLETADOS

A.1 Narrativas orais

Pescaria com o pai

Eu e meu pai, a gente foi pescar, ai nois chegamos lá e a gente pegou uma poita, não se você conhece a poita, a poita é uma pedra com uma corrente, aí pra canoa não sair do lago, não rodar, aí a gente solta ela na água pra ficar bem *quetinha*, a gente *marra* a corda no banco da canoa pra canoa ficar *quetinha*, aí do meu lado como eu era menino pequeno , eu era leve, o meu pai soltou a pedra lá dentro da água.

Aí quando *nois tamo* lá, *começô* a subir bolhas de água, aquelas bolhas grande assim oh (demonstra com as mãos), na frente, mais perto de nois, uma distância assim oh (demonstra apontando), aquelas bolhas subindo assim, meu pai disse:

- Meu filho o que é aquilo?

E eu respondi que não sabia.

Depois irmão, começou a subir aquele palmo de água, começou a subir e foi subindo, subindo, subindo, aí com pouco começou a sair uma volta assim na água oh. Um negócio muito grosso oh, um trem oh, eu não sei se era uma sucuri oh, achei estranho pela cor que era avermelhado, né!? E esse negócio foi saindo fora da água e foi crescendo, crescendo e crescendo. Aí me pai disse:

- Fica quieto, fica quieto, fica quieto.

Aí eu quetei, né!? O pai foi do meu lado onde eu *tava* e puxou a poita, a pedra de dentro da água, sem topar no banco canoa pra não fazer barulho e aquele negócio *tava altão*. Uma parte grande pra cá e outra parte pra lá. Aí cum pouco *começô* a baixar aqui perto de nós e começou a aparecer otro bem aculá. Moço era coisa horrível, nois não vimo nem a cabeça e nem o rabo daquela fera, daquele bixo que não sei o que era aquilo e desapareceu.

Depois um primo da mãe que já faleceu viu o mesmo bixo no travessão e ele não viu a cabeça, só o meio, mas a fera nunca mexeu com ninguém.

Narrador: Raimundo Barros

Pescaria de cari

Uma vez em 74, no ano que eu me casei , uma amigo me falou, mas a gente já *tava* aqui em Araguatins. Um amigo me falou que eles foram pescar , foram rancar cari lá naquela pedra, no travessão né!? Ele me contou isso, disse que *tavam* *treis* numa canoa, aí ficava dois em cima, não, ficava um em cima na canoa e dois mergulhavam pra rancar cari no mergulho, pra pegar. Aí ele disse que um foi e rancou o cari. Desceu e achô lá na loca onde o cari *tava*, tirou um, passou a mão e achô otro, mas não deu de tirar, o fôlego dele ficou curto e ele subiu com um , ai falou:

- eu achei otro aqui.

E aí ele disse que desceu, logo que ele desceu , diz que ele subiu apavorado assim, quase alaga a canoa e disse:

- Vamo, vamo embora.

Diz que na medida que ele *tava* descendo, ia de encontro ele um bixo, com uns olho deste tamanho (faz gesto com as mãos), aquele *negoçu* subindo assim, lá do fundo da água, beirando a pedra no rumo dele e ele subiu, garrou na ponta da pedra subiu na canoa e foram embora com muito medo.

Narrador: Raimundo Barros

A sucuri e o pé de babaçu

O cara viu uma sucuri do lado do pé de babaçu e chamou o Salvador meu irmão, né!?

- Ôh salvador, traz o machado aqui pra nois matar a "*sucruiu*".

E Salvador foi e levou o machado, o cara bateu no "*sucruiu*", sucuri, ai o sucuri deu aquela volta na palmêra. Ele enrolou tanto que o palmito subiu e acho que ainda hoje ele vai subindo (risos)

Narrador: Pedro Barros

A canoa que desceu o rio sozinha

Naquele tempo na ilha tinha tanta formiga na ilha que meu pai não conseguia plantar. Aí meus tios tinha muita terra do lado do Pará, aí deram um pedaço *pru* meu pai plantar mandioca lá do lado do Pará.

Aí com meu pai ganhar este pedaço de terra ele foi e fez um sítio lá, de laranja, manga, jaca, plantou um bocado de planta lá, sabe!? Aí *nois* *fiquemo* atravessando o rio quase todo dia pro lado do Pará, remando pro lado do Pará, remando pra ir pro Sítio. Isso lá deu muita laranja lá.

Ele esta época me carregava dentro do paneiro, eu menino, ainda hoje eu me lembro, ele me carregou muitas vezes dentro do paneiro, me colocava pra ir pra ilha, lá pro lado do Pará plantar as coisas que as formiga comia: o milho, a mandioca, que ficava com as folhas tudo cortada e naquele tempo não tinha veneno. Aí todo dia atravessava o rio, atravessava até de duas *veiz* numa cano de um pau só, naquela canoa de amarelão no remo, naquele tempo não tinha motor.

Aí quando foi um dia lá pra onde *nois* ficava do lado do Pará, *nois* viemos pra ilha e meu pai esqueceu de *marrar* a canoa e ela desceu, tu acredita que essa canoa foi ficar ná no porto onde *nois* ficava no lado do Para? A canoa ficou lá só rodando, não saiu do lugar, ficou rodando lá. Meu pai ficou até pensando que tinha roubado a canoa, mas ela fez foi descer sozinha e foi parar no porto do Pará e ficou rodando sozinha, todo mundo se admirou desse negoçu.

Narrador: Pedro Barros

Pedra grande e a caixa do divino

Na pedra grande quando é de verão sempre a gente escuta a caixa do divino bater por lá e chega lá não é a divindade. É uma visão. Lá já alagou uma canoa que tinha o pessoal da divindade e morreu foi um ou foi dois que morreu lá, sabe!! É por isso que fez foi encantar, de vez em quando é assim mais de verão a pessoa escuta bater a caixa e pensa que é a divindade, aí corre pra lá e quando chega num tem nada. Eu mesmo já ouvi uma vez, tava na ilha quando escutei. Aí nesse tempo eu era piquenu, ainda tinha minha mãe. Aí eu disse:

- Mãe olha a divindade.

Ela ficou assim e disse:

- Não meu filho, aquilo é pessoal da divindade, os que morrêru, que se encantou que tão batendo na caixa do divino lá na pedra grande.

Aí eu fiquei foi cum medo quando ela falou que não era a divindade. A gente fica assim meio sismado, assustado, mais eu lembro bem de ouvir tocar a caixa.

Narrador: Pedro Barros

Andança no rio

Meu primo mais o Juarez, eles gostava de vim pra cá pra brincadeira de São João da roça, num tem aquela brincadeira de São João da roça? Quais todo ano eles inventa isso, aquelas *quadrias*. Aí eles *vieru* pra cá num dia sabe. O Juarez e eles eram uns *treis* numa canoa e o Henrique sozim numa outra canoa, que esse Henrique morreu agora, vai fazer um ano que esse Henrique faleceu. Aí rapaz, o Henrique ficou

lá pra traz e quando o Henrique olhou vinha assim, aquele *rebojão* atrás da canoa, aquele mundo de água igual uma cachoeira. Aí ele remando e remando e aquele trem chegando pra perto e ele viu o trem encostar na canoa mermo e então ele gritou os otros e encostou a canoa no barranco e esse bixo passou, aquele monte de munzuazão de trem, com água parecendo uma cachoeira. Aí os otros encostaram também e este trem passou no beradão, rapaz aquela maior zuada. E eles num levava arma, num levava nada, e ficou todú mundo cum medo que eles deixaram as canoa e já foi de pé por dentro da mata. Porque não deram conta mais com medo. Desse bixu, e eles num sabem que bixo era e nunca mais viru esse bixo.

Narrador: Pedro Barros

As arraias que viram rôdero

Num tem as arraias que viram rôdero? Arraia grande, o cara que ia passando no canal grande, tem um canal que de verão só passa lá motor grande, mas era tempo de cheia e aí o cara ia numa canoinha pequena, de remo mesmo, né!? e quando chegou no meio do canal, na pancada mesmo a canoa começou a baixar, afundar mesmo no rio, a canoa parada e baixando, afundando. Aí ele ficou assim e pensou no rodeiro. Aí ele já tinha visto falar qui quando a pessoa sabe que era assim um rôdero, um bixo que tava puxando a canoa, pegava um facão e tacava no meio da canoa assim (gesto com as mãos pra indicar), aí a canoa subia.

Aí assim ele fez, ele lembrô da história que um cara contou pra ele, aí pegou e enfio o facão no meio da canoa e a canoa subiu, subiu e ele remô nela cum força, nesse tempo era só no remo, hoje qui tem motô, então ele remô e ele foi embora. O bixo que puxou ele era uma arraia que viro rôdero, ai puxa a canoa. A arraia quando vira rôdero já caiu o esporão, já caiu tudo, da quase o tamanho dum carro, e bicho muito grande qui dá medo né?!.

Narrador: Pedro Barros

Lenda do nego velho.

A lenda do nego velho, isso aqui quando eu era menino via, meu pai me contava muito, contava essa história, inclusive eu sabia até onde era o curra lá de onde, a fazenda onde ele trabalhava, porque ele trabalhava, a fazenda em que ele trabalhava, porque aqui naquele tempo era gado criado solto, e ele trabalhava em uma fazenda, era um preto velho, que sempre ele tava com um cigarro na boca, gostava de um chapeuzinho na cabeça e os companhêro dele, gostava muito demais dele, ele era um excelente vaquêru.

Quando foi um dia o patrão dele mandou que ele fosse levar um gado num determinado lugar, e eles foram, tudo bem né!? Ele montado depois que amanheceu o dia, ele pega o cavalo dele e vai né!? Cavalo de estimação, bom na lida e antes de tudo tomava um café amargo, que o café dele era amargo, né!? Acende um pito e vai pra o pasto, pasto não, pru mato, pegar o cavalo dele, que naquele tempo o pasto era nativo, quando chegou mexeram com o gado e no meio da estrada, onde eles iam, iriam tirar o gado de um lugar pra outro né! Quando chegou num determinado lugar ele encontra com uma boiada nativa, uma boiada brava, viu! Criada solta, ai os bois se misturavam e teve uma hora que a boiada estourou.

Aí ele tinha, ele sempre tinha um dizer qui sempre sempre onde ia um boi o cavalo dele botava as patas, né!? Significa que onde um boi passasse o cavalo dele ia atrás, em qualquer lugar. Aí começou aquela correria de cavalo, vaquêru, , boi, tudo assim e naquela correria ele perdeu a direção da. . . a noção do tempo e a direção, então não sabia nem pra onde ia, o importante dele era pegar o boi, né!? O boi fugitivo, diz que eles, os outros correram no centro da cidade e o boi qui ele saiu atrás correu no rumo do rio, e naquela carrêra desenfreada, o nego viu quando deu fé, disse que ele em cima do cavalo, mas o cavalo não ia pisando no chão não, aí que ele viu que ele tinha pulado, caído no despenhadêro lá, do nego velho, ai ele desceu e o boi morreu, e ele desceu muntado no cavalo, quando ele foi chegando perto do chão na queda, ele lembrou da protetora dele, aí chamou pela santa, aí diz que na frente dele abriu um clarão e aquele clarão amparou o nego véi, o boi caiu e morreu, o cavalo morreu e ele foi amparado pela aquela luz né.

E aí quando os champanhêru dele terminaram a lida sentiram falta do nego véi, ai pegaram o ratro de onde ele tinha começado a carrêra atrás do boi, e viram que o boi tinha corrido no rumo do desfiladêro, quando chegou lá, eles todos eles tiraram o chapéu, vieram onde o cavalo caiu, o boi e tudo. Eles tiraram o chapéu tudo em homenagem ao nego véi, mas eles gostavam tanto do nego véi que foram procura-lo, desceram e acharam um lugar mais plano, desceram e saíram aberando o rio. Chegaram num determinado lugar e estava o nego véi sentado lá num pau ou numa pedra chorando por causa da morte do cavalo, aí pegaram ele, levaram pra casa desse dia em diante acabou tudo quanto foi alegria do nego véi e foi até um dia quando encontraram ele morto, morreu pela paixão, apaixonado pelo cavalo que tinha morrido, aí, devido isso, deram o nome lá do barranco de nego véi.

Narrador: Ademar Borges

A onça que falou

A onça que falou, eu era menino, eu sempre gostei de lendas, histórias, meu pai era comerciante né!? Ele comprava a pele dos animais e na região aqui oh, toda semana chegava aquela porção de peli, peli de viado, peli de catitu, quêxada, onça era mais difícil. Aí eu cunversava, aí enquanto eles tava lá fazendo, fazendo as compras tudo, eu ficava pelo meio ali e aí via eles conversando e teve uns que era caçadores profissionais, que contaram essa história da onça que falou. Diz que essa história aconteceu aqui (Rio) barrêro, por que nesse barrêro aí era lugar que tinha muita caça, né!? Pra lá os pessoal passava semanas e semanas caçando, né!? Matava as caça, tiravam os côrus,, as peles, né!?

Aí as carne eles deixavam lá, e tinha um caçador afamado que a profissão dele era essa, quando foi um dia, um determinado tempo, ele notou que os, as caças estavam se distanciando dele, por mais que ele se esforçasse, ele não conseguia nada, até que ele descobriu que na região que ele caçava tinha uma onça, e ele colocou na cabeça que a onça era que tava afugentando os animais, as caças.

Quando foi um dia um belo dia, ele pegou os cachorros, que ele tinha uma porção de cachorros caçadores né!? Entrou no mato, logo que ele chegou na região os cachorros deram na onça, diz que a onça correu pouco e os cachorros acuaram ela, na carrêra que ele vinha diz que ele tomou um susto muito grande, e quando ele viu, saiu em cima da onça, diz que a onça tava em cima de um pau assim meio que descendo, né!? Quando ele chegou lá, ele viu a onça, ele descansou um pouco, porque diz que caçador enquanto vê a onça, ele tem que descansar para poder não errar o tiro, né!? Ai ele sacou a arma dele , a arma dele era um “rife” 44 papo amarelo e onça lá, os cachorros latindo com a onça, e a onça num olhava pros cachorros, só olhava pra ele, né!? Aí quando ele descansou, ai ele armou o 44 e mirô a onça, ai a onça falou pra ele:

- você não me atira, porque se você me atirá e errá o tiro eu lhe mato.

Então ele virô pra ela e ela quis descer, a onça quis descer, ai ele disse pra ela:

-se você descer eu lhe atiro e mato.

Aí foi quando ele nunca tinha ouvido um animal falar, aí quando ele viu a onça falando se apavorou, e ele foi e disse:

- quem é você que eu nunca vi uma onça falando e você tá falando.

Ai ela foi contar:

- eu sou uma índia velha que ando vagando por essas terra em busca de comida pra sobreviver até chegar meus dias finais. Então eu caço pra comer e você é o contrário, caça pra vender.

Aí ele pensou um pouco e disse:

- olha, pois nois vamos fazer um trato, um trato nois dois, já que você salvou a minha vida e eu salvei a sua, nois vamos fazer um pacto, eu não caço onde você estiver e nem você vai pra onde eu vou caçar, então a única maneira de acontece este pacto entre nois, , eu fico aqui no estado do Goiás (antes era Goiás, hoje Tocantins) e você atravessa para o para o lado do pará, nem você vem aqui comer minhas caças e nem eu vou lá.

E assim ficou, a onça mudou pro lado do Pará e o caçador do lado de cá e nunca mais eles se viram.

Narrador: Ademar Borges

Nonatinho

Nonatinho era a vovó que contava, que dizia que era uma senhora que que não tinha filhos, aí ela doida por um filho, quando foi um dia ela abriu a boca e falou que queria um filho nem que fosse pra virar cobra. Aí passou poucos dias a mulher apareceu grávida e cumpriu período da barriga. Quando essas criança nasce, diz que nasceu de duas cobra, quando nasceu, diz que foi diretamente pro rio, ai diz que era uma cobra macho e ou outra fêmea, aí a cobra macho foi crescendo e recebeu o nome de nonatinho, era encantado, ele se transformava em cabra e se transformava em gente. E a cobra fêmea, era uma cobra mesmo, não se transformava. A cobra nonatinho ficou vagando nos rios Tocantins e Araguaia, das cidade de Tucuruí até Conceição do Araguaia, e a cobra fêmea mesmo ela foi só para o rio Tocantins. Com o passar do tempo, a cobra começou a atacar o pessoal, matando, atacava os viajantes, canoieiros tudo e aquela confusão toda. E o nonatinho ficava andando de Tucuruí da cachoeira de Itaborá, né. . . acima de Tucuruí até conceição do Araguaia.

Diz que era um rapaz muito bonito, quando tinha uma festa ele estava lá rente, e ele chegava a noite entrava lá pra festa e dançava, inclusive minha avó dia que dançou muito com ele, dizia que ele era muito bonito, muito educado, mas que a coisa que ele mais queria era ser gente, ele não queria mais ser encantado e nunca achava ninguém que tivesse coragem de desencantar. O segredo pra desencantar era quando ele tivesse numa festa, quando ele ia pra festa ele deixava aquela pele dele lá no mato, a pele de cobra. Quando uma pessoa de coragem pra tocar fogo na pele dele e que quando ele se transformava, que quando chegasse não encontrava mais. Né!?

Aí mais ele durante as trajetória dele, ele soube que a irmã dele, tava fazendo, causando dano aos viajante das cidades, ele falou que só queria desencantar depois que ele desse um fim na irmã dele, ai quando foi num belo dia diz que ele desceu o araguaia e quando subiu o tocantins diz que ele convocou um “bucado” de boto e fôro lá pra região, dá, da irmã dele. Chegaram lá e diz que eles travaram uma batalha, diz que foi três dias de batalha, diz que corria sangue na água, ficou tudo sujo de sangue. Até

quando ele com a ajuda dos botos conseguiu matar a irmã. Aí ele volta pro Araguaia, aí lá no Apinajé, no São João do Araguaia, tem uma senhora, diz que ela lavava, um dia ela tava lavando roupa e um jacaré queria pega-la né, ele foi e o nonatinho chegou e encostou nela ali e ela pensava que era um pau, diz que ficou batendo roupa nas costas dele e esfregando roupa nele, pensando que era um pau e de noite encontrou com ele na festa. Ai o nonatinho disse:

- Ei veia, tô com minhas costas doendo.

E ela perguntou de que e ele foi e falou:

- só de tu bater roupa em cima dela no rio.

Aí ele ficou andando, nonatinho diz que durante a trajetória dele diz que ele teve medo dos animais, diz que um dia foi uma arraia, diz que ele viu uma arraia no rio, muito grande, né!? E outro foi um peixe que ele diz que nunca tinha visto peixe daquele tamanho e ele teve medo também.

Aí ele continuô aquela andança, subia e descia o rio, não perdia uma festa, quando foi um dia, ele falando com um colega dele, o colega dele disse que achou pena, e falou de fazer esse benefício pra ele, quando eles foram pra, quando estava na festa, diz que o rapaz pegou uma lata de gasolina e um fósforo, aí chegou foi lá pra onde tava, quando chegou lá que viu a carcaça do côro do Nonatinho ficou com medo, mas ai pensou, aí não tem ninguém, eu vou aí, diz que pegou a gasolina e tacou fogo na carcaça toda lá, aí diz que ele tinha deixado o Nonatinho na festa, mas aí o Nonatinho pressentiu que ele tinha saído, quando o amigo riscou o fogo e tacou no querosene, foi aquele fogo, foi uma explosão tão grande que diz que ele subiu uma altura que ele não sabe contar, quando, ele só não morreu porque quando desceu, Nonatinho aparou ele e desse dia em dia acabou o encantamento e ele passou a ser gente.

Foi assim a história do Nonatinho e minha avó jura que dançou nas festa com ele.

Narrador: Ademar Borges

A.2 Memórias de Fátima Barros

Formigas saúvas e a história de amor dos meus bisavôs

Araguaia um rio que passa em nossa vida a 149 anos, já faz tanto tempo que chegamos aqui neste território.

São tantas histórias que já escutei de minha mãe e de minhas tias e do meu pai.

Os meus ancestrais quando foram para este território da Ilha de São Vicente seria um desafio quatro pessoas sobreviver na Ilha, eles enfrentaram muitas dificuldades para viver na Ilha, que era o sonho de um lar, de uma terra e de segurança.

Cultivaram à terra, fizeram as bioconstruções, conseguiram animais domésticos e a vida estava renascendo para eles.

Porém depararam com pequenos inimigos formigas saúvas, cupins e de muitas outras espécies que devorava as plantações, eles combatiam com receitas caseiras como o óleo de babaçu, a calda de pimenta, o plantio do gergelim porém, a mandioca que era a base da alimentação era devorada todas as vezes que chegava o ciclo da lua e o período das chuvas, plantavam e tudo era devorado pelas devoradoras de plantas.

Assim meu tataravô Julião Henrique Barros e seus dois filhos pegaram suas canoas e seus remos e entraram no rio e foram para o lado das matas fechadas do Pará uma terra inóspita e onde não poderiam adentrar-se muito pois o contato com os indígenas poderia significar a morte.

Definiram o local para a roça de mandioca, limparam e iniciaram a plantação das manivas de Jaibara (ramas de mandioca) própria para farinha, esta espécie possui uma toxina que não pode ser consumida sem que seja em forma de farinha, é também conhecida como mandioca brava.

Eles plantavam e voltavam todos os dias para Ilha, depois com o tempo ocorreu o primeiro contato com os povos Araras e pouco a pouco aconteceu a história de amor que possibilitou o casamento de meu bisavô Henrique Barros com uma indígena Arara e o meu tio bisavô também casou se a irmã de minha bisavó.

Minha bisavó foi batizada para poder casar se e recebeu o nome de Maria Batista Barros, nasceu 7 filhos desse casamento, tiveram um casamento longo e feliz, minha bisavó faleceu antes de meu bisavô Henrique, porém os filhos já eram todos crescidos.

Quando minha bisavó faleceu, meu bisavó casou se com a Catarina Noronha que era viúva e pertencia a família Noronha (remanescente africana da família Noronha que também veio escravizada de Carolina), eles não tiveram filhos pois a união já foi com eles idosos, minhas tias diziam quem a vó Catarina, Catirina como minhas tias e minha mãe falam, era a parteira e benzedeira da comunidade.

Meu avô José Henrique era o filho mais velho do meu bisavô e quando adulto foi quem permaneceu na Ilha de São Vicente, ele fazia farinha e vendia em Marabá, essa farinha era empaneirada em cestos feito de tucum jari forrados com palha de bananeira murcha no fogo, a farinha era transportada por água em canoas que eles levavam remando, existia uma delegação com alguns homens para levar a farinha para ser comercializada em Marabá PA, essa farinha era famosa em Marabá conhecida como a Farinha dos Henriques.

Porém a Ilha de São Vicente era o lar dos Henriques lá eles tinham as casas, flores, criavam gado, porcos, galinha e cultivavam o arroz e o milho.

Até hoje as formigas e os cupins vivem na Ilha e os Barros e Noronha também. Ilha de São Vicente é nosso quilombo e a nossa referência de ancestralidade.

Narradora: Fátima Barros

Mulheres que construíram história no seu cotidiano e não são vistas pela sociedade

Minha Mãe Vicência Batista Barros nasceu em 1935 na Ilha de São Vicente, a parteira que fez o parto de minha avó Maria Francisca conhecida como dona Cotá, foi minha tia avó Brasilina Barros a quem carinhosamente minha mãe e minhas tias chamavam de mãe titia.

Mamãe nasceu em 1935, pouco depois que as mulheres conquistaram o direito a votar, neste dia 05 de abril de 1935 foi também o dia que sobrevoou o primeiro avião no céu de Araguatins.

Tia Maria me relatou que neste dia do nascimento de minha mãe, vó Brasilina estava fazendo um procedimento de saúde que ela dominava que era a prática da Ventosa, que consiste em localizar a região onde a pessoa sente dores musculares, fazer um pequeno corte, com uma faca chamada lanceta, colocar se no local do pequeno corte um algodão e coloca fogo, abafa com um copo de vidro e pressiona sobre o local e este procedimento retira as dores conhecidas como ventrosidade.

Pois bem neste dia do nascimento de minha mãe, uma senhora foi a Ilha de São Vicente na casa de meus avós e minha vó Brasilina atendeu a senhora pois ela estava com muitas dores, quando ela estava com o copo nas costas da mulher, foi justamente quando o avião surgiu no céu e todas as crianças e adultos saíram correndo, descendo as ladeiras e olhando o céu para verem esta nova máquina que conseguia andar pelo céu como um pássaro de aço e ferro.

O tio Prudêncio que era esposo da vó Domingas pegou uma canoa e saiu varejando levando todas as crianças para acompanharem pelo rio Araguaia a visão do avião.

Nisto minha avó Cotá tentava sair da cama para poder ver o avião, vó Brasilina dizia você está de resguardo e não pode levantar da cama, nisso a senhora que recebia o tratamento de ventosa fala: - Tire este copo de minhas costas que eu também preciso ver este avião.

Estas são histórias das mulheres de minha família que ninguém conhece e só as conheci conversando com minha tia Maria.

Narradora: Fátima Barros

Os Porcos Selvagens da ilha de São Vicente

Quando minha mãe era uma garotinha e vivia na Ilha, um dia ela disse que logo após o café da manhã elas escutaram um barulho muito estranho que vinha dos lado da lagoa para rumo a casa, elas assustadas perguntavam para minha avó Cotá o que seria aquilo, ela disse para as crianças que eram os porcos bravos, que encontraram o rumo da casa e vinham destruindo tudo.

Mamãe conta que ela mesma correu e subiu em uma caixa de madeira, as outras crianças subiam no paiol de arroz, nas travessa da casa, nas mesas e todos tentavam esconder se nos porcos bravos. Por sorte eles não entraram na casa, estragaram as plantas e assustaram as galinhas e até os cachorros, mas voltaram para o mato sem que ninguém fosse atacado.

A origem desses porcos eram os porcos que o avô de meu avô criava na Ilha, eles ficaram bravos e ninguém mais conseguia mantê-los presos e por isso até os dias atuais eles ainda existem.

Narradora: Fátima Barros

História do tempo do meu avô José Henrique

Mamãe e minhas tias contaram que quando elas eram crianças e viviam na Ilha de São Vicente, meus avôs não comiam carne de vermelha durante a quaresma, nos dias grandes que é a semana santa, no sábado de aleluia e nem na páscoa.

Isso implicava em fazer uma preparação alimentas para essa época do ano.

Em um ano quando chegou o sábado de aleluia o peixe e os legumes já estavam no fim, ai meu avô decidiu sair para caçar uma cotia para alimentar as crianças, apesar que ele e minha vó e meu avô não comiam, mas as crianças poderiam comer.

Ele saiu com uma espingarda e foi para o coração da Ilha onde têm a Lagoa Grande, quando ele chegou lá apareceu um cardume de peixes: jaraqui, piabanha, pial e pacu, meu avô maravilhado, fez uma caixa grande dento da lagoa, essa caixa ele

dava o nome de Caixa de Pari ele batia na água com uma vara e os peixes pulavam para dentro da caixa e assim ficava fácil para captura-los.

A pesca neste sábado de aleluia foi muita farta e depois desse tempo nunca mais ficaram sem peixe, e passaram a usar essa pescaria na caixa de pari.

Atualmente praticamente não temos essa riqueza de peixe, pois o território esta invadido, os invasores, não tem respeito pela fauna e flora, desmatam tudo, colocam gado, fazem queimada e matam e pescam tudo que acham pela frente sem nenhum amor pelo território, para eles a ilha é apenas uma colônia um espaço para exploração, fico triste e com raiva quando vejo toda a destruição.

Quem visita onde fica as casas dos remanescente pensa que a Ilha está toda preservada, porém quando você vai nos espaços onde estão os invasores ai você percebe a destruição dos que não tem amor por esse território.

Minha mãe, minhas tias e meu tio Pedro são agora os que ainda guardam essas lembranças da Ilha de São Vicente quando era preservada, quanto a minha geração e aos mais jovens temos a responsabilidade de resgatar nossas memórias, preservar nossa identidade e fazer a luta pela defesa do território.

Narradora: Fátima Barros

Fazendo memórias de meu tio Eugênio Barros

Meu tio Eugênio Barros, filho mais velho do meu avô José Henrique Barros, irmão mais velho de minha mãe, ele foi um homem alegre, organizado, inteligente e que amava fotografia e fazia carimbos em casca da madeira de cajá.

Eu fui criada por ele e por sua filha Eugenília e por isso ele é parte importante de minha história. Ele me conheceu desde meu nascimento, depois quando nos visitava assistia e registrava em sua câmara fotográfica as brincadeiras das crianças no sítio, assando batata doce na fogueira de São João, acompanhou quando eu li o primeiro livro e dançou a valsa comigo na minha festa de encerramento do ensino fundamental.

Lembro seu sorriso contagiante, sua capacidade de construir vínculos familiares e manter a família unida, faço suas memórias e assim o eternizo na história.

Narradora: Fátima Barros

ANEXO B – FOTOS

B.1 Fotos das oficinas

Figura 1 – Exposição de objetos que representam uma memória familiar ou pessoal.



FONTE: Arquivo dos pesquisadores (2018)

Figura 2 – Membros da comunidade falando aos alunos.



FONTE: Arquivo dos pesquisadores (2018)

Figura 3 – Encerramento do encontro com membros da comunidade



FONTE: Arquivo dos pesquisadores (2018)

Figura 4 – À esquerda, Esther Lawanda Barros Torres, Quilombola
À direita, Michelle Rafaela Rodrigues Duarte Millhomem, tataraneta de
Leônidas Gonçalves Duarte



FONTE: Arquivo dos pesquisadores (2018)

B.2 Fotos família Barros

Figura 5 – Membros mais velhos da família Barros festejando Nossa Senhora do Rosário e recebendo livros da cartografia quilombola



FONTE: Arquivo Pessoal de Fátima Barros

Figura 6 – À direita, Barracão da Associação
À esquerda, Pedro Barros



FONTE: Arquivo Pessoal de Fátima Barros

Figura 7 – Barco de transporte escolar deixando quilombolas na cidade para estudar



FONTE: Arquivo pessoal de Fátima Barros

B.3 Espaços citados em narrativas

Figura 8 – Paredão do Nego Velho



FONTE: Arquivo pessoal de Fátima Barros

Figura 9 – Travessão e Pedra grande



FONTE: Arquivo pessoal de Fátima Barros